

REVISTA DA
**ACADEMIA
BRASILEIRA
DE FILOLOGIA**



**N.º XXV
NOVA FASE
2020
Segundo Semestre**

REVISTA DA
**ACADEMIA BRASILEIRA
DE FILOGIA**

Nova Fase
N.º XXV - 2020
Segundo Semestre

EXPEDIENTE

Diretor

Antônio Martins de Araújo

Coordenador executivo

Claudio Cezar Henriques

Redator-chefe

Manoel Pinto Ribeiro

Secretário

Amós Coêlho da Silva

Divulgação e publicidade

Antônio Martins de Araújo

CONSELHO HONORÍFICO

Constituído por todos os sócios-correspondentes da
Academia Brasileira de Filologia

CONSELHO TÉCNICO

Antônio Martins de Araújo, Carlos Eduardo Falcão Uchôa,
Castelar de Carvalho, Evanildo Bechara, Marina Machado Rodrigues,
Maximiano de Carvalho e Silva, Ricardo Stavola Cavaliere
e Rosalvo do Valle

A Academia Brasileira de Filologia não se responsabiliza
por conceitos emitidos em artigos assinados.

Diretoria
Academia Brasileira de Filologia

Biênio: maio de 2018 a maio de 2021

Presidente
Amós Coêlho da Silva

Vice-presidente
Deonísio da Silva

Primeiro Secretário
Ozanir Roberti Martins

Segundo Secretário
Luiz Fernando Dias pita

Tesoureiro
Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Relações públicas
Francisco Venceslau dos Santos

Bibliotecário
Flávio de Aguiar Barbosa

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL - MANOEL P. RIBEIRO 7

ENSAIOS

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA TEXTUAL, PARA ESTUDOS DE LITERATURA, NESTES TEMPOS DE PANDEMIA - CEILA MARIA FERREIRA 8

O REALISMO COLONIALISTA EM MACAU: UM ESTUDO SEMÂNTICO-ESTILÍSTICO DE HENRIQUE DE SENNA FERNANDES E JAIME DO INSO - AFRÂNIO DA SILVA GARCIA 17

DESVIOS E ANACRONISMOS NO SIMBOLISMO POÉTICO AMÓS COELHO DA SILVA DESVIOS E ANACRONISMOS NO SIMBOLISMO POÉTICO - AMÓS COELHO DA SILVA 40

ONTOLOGIA E MISTICISMO NA ESCRITA DE CLARICE LISPECTOR (NO ANODO SEU CENTENÁRIO) - LUIZALOBO 53

BRECA, CEIA, CHIBATA, CONTESTADO, PAPAI-NOEL, URUCUBACA - Anotações sumárias e despretensiosas - Deonísio da Silva 71

O CONHECIMENTO PRÉVIO DO LEITOR E A INFORMAÇÃO VISUAL APRESENTADA NO TEXTO - MARIA ANGÉLICA FREIRE DE CARVALHO 79

ESBOÇO DE UMA TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO CHOMSKYANO - LUIZ FERNANDO DIAS PITA 96

A COMÉDIA LATINA DE PLAUTO: ESTRUTURA, TEMAS E INSPIRAÇÕES NA LITERATURA BRASILEIRA - RAFAEL MAGNO DE PAULA COSTA	111
O ESTUDO DO LÉXICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA-TEREZINHABITTENCOURT.....	119
ENTREVISTA	130
RESENHA	135
MEMÓRIA	137

EDITORIAL

Há vinte e cinco anos Junito de Souza Brandão nos deixou, mas marcou sua presença entre nós. Quem pode esquecê-lo após frequentar, aos sábados, aqueles auditórios lotados, na zona sul e na norte, falando sobre Roma e Grécia?

Em 1920, portanto, há cem anos, nascera Clarice Lispector, cujo coração transbordava uma paixão como fonte arqueológica, escavada do âmago cultural da sensibilidade humana, tal como o exemplo que está narrado “A paixão segundo G. H.”

Nesta edição, a revista da Academia Brasileira de Filologia traz a lume, além dos homenageados, também na capa, ensaios de colaboradores de vários pontos do Brasil com investigações e inquirições importantíssimas para a vida acadêmica, não só para os universitários, mestrands e doutorands, como também os pesquisadores em geral.

Amós Coêlho da Silva

ENSAIOS

REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CRÍTICA TEXTUAL, PARA ESTUDOS DE LITERATURA, NESTES TEMPOS DE PANDEMIA

Ceila Maria Ferreira¹

LABEC-UFF/ABRAFIL - Bolsista de
Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq

RESUMO:

Este artigo é formado por reflexões, nestes tempos de pandemia, sobre a importância da Crítica Textual para estudos de literatura. Os exemplos serão retirados das edições críticas de **Papéis Avulsos**, coletânea de contos de Machado de Assis, e das narrativas de viagem de Eça de Queirós, ainda em processo de preparação.

Palavras-chave: Estudos de Literatura, Tradução, Edição Crítica.

REFLECTIONS ABOUT THE IMPORTANCE OF TEXTUAL CRITICISM TO LITERARY STUDIES IN THE CONTEXT OF A PANDEMIC ABSTRACT:

This article consists of reflections, in the context of a pandemic, about the importance of textual criticism to literary studies. Examples are taken from the critical editions of **Papéis Avulsos**, an anthology of short stories by Machado de Assis, and travel narratives by Eça de Queirós, which are still being edited.

1- Possui graduação em Português-Latim pela Faculdade de Letras da UFRJ (2000); mestrado em Linguística-Filologia Românica pela UFRJ (1993) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela FFLCH-USP (2002). No doutorado, fez pesquisas na Biblioteca Nacional de Portugal e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo sob a orientação de Ivo Castro. Atualmente é Professora Associada IV da Universidade Federal Fluminense. Participa do Mulherio das Letras Nacional e do Rio, movimento feminista de mulheres ligadas à Literatura. Tem um romance publicado e premiado (Prêmio Clarice Lispector da Diretoria da UBE-RJ). Participa da Equipe de Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada pelo Professor Carlos Reis, e é coordenadora do Labec-UFF.
<http://lattes.cnpq.br/2184322471606808>

Keywords: Literary Studies; Translation; Critical Editing.

Enquanto escrevo este artigo, a pandemia de COVID-19 segue quase que descontrolada em nosso país. Mais de 90 mil pessoas perderam suas vidas.

Escrevo para manter-me viva e sã. Leio também e entre as leituras que faço está a entrevista de João Quartim de Moraes, publicada no número 34 da **Revista Margem Esquerda**, e feita por Fabio Mascaro Querido. Nessa entrevista, Quartim de Moraes diz, respondendo a uma indagação de Mascaro Querido, sobre qual é o papel do intelectual crítico neste contexto de ascensão do fascismo, com a extrema direita no poder, e de pandemia que: “Perante essa ameaça catastrófica, a defesa da vida e da civilização assume inédita urgência”. (2020, p. 27).

Como alguns/algumas sabem, sou professora de Crítica Textual, lotada no Departamento de Ciências da Linguagem do Instituto de Letras da UFF, escritora ligada ao Mulherio das Letras Rio, membro da Academia Brasileira de Filologia, mulher, mãe de três filhas e de dois filhos e estou muito preocupada com o presente e o futuro do nosso país e da vida na Terra. E, no meio disto tudo, como já disse, leio e escrevo, inclusive também porque é uma das tarefas cotidianas de docentes de universidades públicas. E por falar em universidades públicas, ao contrário do que parte da grande mídia vinha afirmando, elas não estão paradas. E além de não estarem paradas, contribuem com muitas ações voltadas ao tratamento de pessoas infectadas pelo novo coronavírus e no combate à propagação da COVID-19.

Feita esta introdução, que julguei necessária, na conjuntura em que vivemos, vamos ao assunto deste artigo: são reflexões, nestes tempos de pandemia, sobre a importância da Crítica Textual, para os estudos de literatura, a partir de observações feitas em nossa experiência como docente e pesquisadora da área da Crítica Textual, que certamente abarca nossa atuação no Laboratório de Ecdótica da UFF e nossa práxis de preparação de edições críticas, como as que estamos trabalhando, no momento, a de **Papéis Avulsos**, coletânea de contos de Machado de Assis, e a das narrativas de viagem de Eça de Queirós. Inclusive, destacaremos, em algumas das páginas que compõem este trabalho, exemplos retirados dessas edições, para maior compreensão do público leitor acerca da importância da construção de edições críticas, como as acima citadas, por exemplo.

Uma das obras que fazem parte da bibliografia da disciplina Crítica Textual/Ecdótica I, obrigatória nos cursos de Letras de Graduação da Universidade Federal Fluminense, é **Introdução à Crítica Textual**, de César

Nardelli Cambraia. Numa das passagens desse livro, Cesar Nardelli afirma que: “[...] a contribuição mais evidente e importante da crítica textual é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma dada cultura.” (2005, p. 19). Já para os estudos literários, que têm como objeto de investigação a literatura escrita, Nardelli diz que:

[...]a contribuição da crítica textual está em assegurar que o crítico literário possa exercer sua função com base em um testemunho que efetivamente reproduz a forma do texto que o autor lhe deu, ou seja, sua forma genuína.

Ainda que se argumente que é legítimo realizar uma análise literária volada para a forma como o público-leitor percebe um dado texto independentemente de sua forma ser genuína ao não, tal argumento não invalida o fato de que é igualmente legítimo realizar outros tipos de análise, como aquelas voltadas para o texto como ato de criação literária socio-historicamente contextualizado, caso em que é fundamental saber se o testemunho do texto em estudo é ou não é fiel à forma que o autor lhe deu. (2005, p. 21).

Contudo, há quem não problematize a qualidade editorial dos textos que são utilizados em análises acadêmicas, como há os que não considerem, no horizonte de suas preocupações, a distância temporal que separa, da atualidade, alguns dos textos estudados em nossa contemporaneidade. E por que deveriam preocupar-se? Como já escrevemos em vários de nossos artigos, os textos sofrem alterações de edição à edição. Não podemos garantir, sem examinar ou sem termos tal garantia por parte de quem ficou responsável pela edição, se o texto publicado está conforme o último materializado em vida de sua autora ou de seu autor, pois os próprios autores podem fazer mudanças em seus textos.

Além do mais, os textos do passado - e não apenas do passado longínquo - apresentam palavras e/ou expressões que caíram em desuso ou que tiveram o sentido modificado, mas a forma preservada ou o sentido e a forma alterados, precisando, algumas vezes, de comentários explicativos ou exegéticos para chegar, com mais facilidade, ao público leitor.

Acerca de **Papéis Avulsos**, coletânea de contos publicada pela primeira e última vez, em vida de seu autor, em 1882, há várias edições, saídas após o falecimento de Machado de Assis, que apresentam alterações do texto autoral, algumas mais, outras menos.

Vale lembrar que os contos, que formam **Papéis Avulsos**, foram publicados em periódicos antes de aparecerem naquela coletânea e sofreram modificações, muito provavelmente autorais, ao passarem à forma livro.

Também não temos noticiais, nos dias de hoje, sobre a existência de manuscritos autógrafos da referida obra, lembrando que estamos utilizando, aqui, a palavra manuscrito, no sentido de escrito pelo autor sem o uso de máquina intermediando o ato de escrever.

É também importante salientarmos que a ADVERTÊNCIA, que abre **Papéis Avulsos**, não foi publicada antes, na forma de periódico, por razões óbvias: ela é mais característica da forma livro, embora não obrigatória nesse tipo de publicação. E é até mesmo no título ADVERTÊNCIA que o texto de **Papéis Avulsos** sofre alterações, após a morte de Machado de Assis.

Vamos aqui apresentar o exemplo de mudanças ocorridas no título ADVERTÊNCIA, presentes em algumas das edições que elencamos abaixo. São quatro entre as sete edições de **Papéis Avulsos**, com que estamos trabalhando, no cotejo, para preparar o aparato crítico de variantes que irá compor a edição crítica e comentada que estamos realizando.

Quanto às edições de **Papéis Avulsos** com que estamos trabalhando, elas são as seguintes: 1882, publicada pela Lombaerts & C., no Rio de Janeiro, e é o texto-base da nossa edição. A segunda não está datada, mas, em **Bibliografia de Machado de Assis**, Galante de Souza a elenca entre uma edição de provavelmente 1920 e uma de 1937. Saiu pela Garnier. A terceira é de 1937. Foi publicada pela W. M. Jackson Inc.. A quarta também é da Jackson e saiu em 1944. A quinta, também da Jackson, foi publicada em 1957, um ano antes da criação da Comissão Machado de Assis.

A sexta saiu pela Nova Aguilar, em 1997. Mas segundo informação que consta do verso da folha de rosto daquela edição, trata-se da sexta reimpressão da edição de 1959. Aqui cabe uma pergunta: o que os editores daquela edição entendem por reimpressão? Por nova impressão, entendemos a publicação de exemplares que não tiveram mudanças em relação à impressão anterior. Tal edição de 1997 apresenta estudos e será que eles não sofreram alterações nem adendos até hoje?

A sétima é a da Penguin Classics Companhia das Letras, de 2011 e traz um excelente prefácio escrito por John Gledson e notas de Hélio Guimarães.

Sobre o referido exemplo, o da mudança no título, vejamos:

1882	s.d.	1937	1944	1957	2011
ADVERTENCIA	PREFACIO	Prefacio	Prefacio	Prefácio	Advertência

Entre as sete edições de **Papéis Avulsos** com que estamos trabalhando, quatro apresentam mudança em relação ao título ADVERTÊNCIA, assim

grafado na edição que estamos realizando. A de 2011 apresenta diferença por não utilizar a referida palavra com todas as letras maiúsculas, o que ocasiona mudança de significado, pois a materialidade do texto também é formadora de sentido e uma ADVERTÊNCIA tem gradação ou modulação de sentido diferente de uma Advertência.

A sem data e as de 1937, 1944 e de 1957 alteram o título daquela parte do livro sem o aval do autor.²

Também há o caso de textos que não foram publicados em vida de seus autores, como as narrativas de viagem de Eça de Queirós. Dessas narrativas, pequenas partes foram publicadas no **Diário de Notícias**, em Portugal, em 1870-1871. Contudo, até o momento do trabalho de transcrição crítica com grafia atualizada dos manuscritos autógrafos queirosianos, não encontramos tais passagens nos referidos textos. Entretanto, podem fazer parte de manuscritos que foram entregues ao **Diário de Notícias** e não foram mais devolvidos ao autor, apesar de sabermos que o processo de escrita de Eça exigia a correção sistemática das provas tipográficas de seus textos. O autor geralmente ia corrigindo e acrescentando partes, passagens aos seus manuscritos.

Acerca dessas narrativas, já falamos em mais de um artigo. Entretanto, neste apresentaremos mais um exemplo de diferenças apresentadas entre trechos do manuscrito autógrafo de Eça de Queirós e da edição de 1926, publicada pela Lello & Irmão, com texto preparado pelo filho mais velho do autor, José Maria d' Eça de Queirós. Vale destacar que várias passagens do manuscrito foram escritas a lápis e a ação do tempo vai apagando o que foi escrito com esse instrumento. Soma-se a essa dificuldade a necessidade de decifração da letra do autor que, em algumas passagens, se apresenta quase que ilegível. Além disso, há também, no manuscrito, palavras, a maior parte delas de difícil leitura, que estão sublinhadas com lápis de cor azul. Em nossa avaliação, os sublinhados com lápis azul foram realizados pelo filho do autor. Contudo, trata-se de uma hipótese. Não temos como afirmar isto, no momento, com certeza. Também há algumas marcações com lápis preto que também devem ter sido feitas pelo filho mais velho de Eça de Queirós, pois parecem marcar trechos que aparecem como parágrafos na edição de 1926 e não estão evidenciados como parágrafos no manuscrito. Também já dissemos, em outra ocasião, que a maior parte dos títulos que estão presentes na edição de 1926 não aparecem nos manuscritos autógrafos de Eça de Queirós. Inclusive,

2- Gérard Genette elenca, entre o que chamou de parassinônimos de prefácio, advertência. Contudo, afirma que: "Muitas nuances distinguem naturalmente esses termos, sobretudo em situação de copresença [...]"(2009, p. 145).

o título **O Egipto** e o subtítulo Notas de viagem não são autorais. Ademais, há passagens do manuscrito que não constam da edição de 1926; assim como há passagens da edição de 1926 que não constam do manuscrito.

Vejamos um exemplo de discrepância entre a edição de 1926 e a transcrição crítica, com grafia atualizada, do manuscrito autógrafo, que estamos preparando para a Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós, coordenada por Carlos Reis, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra. Vamos também fazer o confronto desse trecho com o que é a ele correspondente, publicado na edição das **Obras de Eça de Queiroz**, da Lello & Irmão, do ano de 1958. Contudo, não atualizaremos a grafia da edição de 1926 nem a de 1958.

O trecho que destacamos é o da transcrição da página 43 da segunda caderneta das narrativas de viagem de Eça.

Nossa transcrição está sendo construída a partir da leitura de cópia digitalizada do manuscrito, mas já tivemos oportunidade de confrontar parte do já transcrevemos com os originais que se encontram no Setor de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal. Teremos que certamente voltar lá, para concluir os trabalhos de edição.

Vamos ao exemplo:

Transcrição crítica com grafia atualizada do manuscrito autógrafo	Trecho da edição de 1926 de O Egipto. Notas de viagem:	Trecho da edição de 1958 de O Egipto. Notas de Viagem:
“Chega-se a Sacará _ A areia é lívida e hostil, a pedra parece cal solidificado e tudo aquilo tem um brilho branco ao sol desolado [...]”.	“Chega-se a Sakkâra. A areia é lívida e esteril, a pedra parece cal solidificada e tudo aquilo tem ao sol um brilho branco e desolador. [...]”	“Chega-se a Sakkâra. A areia é lívida e estéril, a pedra parece cal solidificado e tudo aquilo tem ao sol um brilho branco e desolado. [...]”

Pelo que podemos perceber do exame da tabela acima, hostil foi substituído por estéril, no edição de 1926, e tal alteração foi mantida na edição de 1958.

Se formos consultar um dicionário na Internet, o Dicio.com.br, por exemplo, acessaremos a seguinte informação: “Hostil é sinônimo de agressivo, invasivo, ofensivo, adverso, avesso, contrário, antipático, desagradável, mal-humorado, inamistoso”. Estéril nem sequer aparecer na lista de sinônimos de hostil e o que é mais importante, segundo a teoria e a prática da Crítica Textual: no manuscrito, não aparece, no trecho destacado por nós, a palavra estéril e sim hostil.

Além disto, ainda examinando a tabela anterior, após tem, na transcrição do manuscrito está: “um brilho branco ao sol desolado [...]”. No edição de 1926: “ao sol um brilho branco e desolador. [...]” e na de 1958: “ao sol um brilho branco e desolado. [...]”. Ou seja: o que estava escrito no manuscrito não foi mantido em 1926 e o que aparece na edição de 1958 modifica, em parte, a lição da edição de 1926. Contudo, tanto “areia é lívida e hostil” como “sol desolado” já apontam para procedimento muito utilizado por Eça de Queirós em suas obras.

As mudanças feitas em 1926 – e mantidas, em parte, em 1958 – não permitem que o público leitor tenha, por meio dessas edições, acesso ao texto autoral. Tal contato é fundamental para o estudo do estilo, da construção da narrativa autorais, além de também ser de grande importância para o estudo do Realismo/Naturalismo do século XIX.

Também a leitura do exemplo retirado do trabalho de cotejo que estamos realizando na preparação da edição crítica e comentada de **Papéis Avulsos** contribui para demonstrar a importância da Crítica Textual, uma disciplina que estuda a transmissão, a gênese e a recepção de textos, além de desenvolver teoria e metodologia para a transmissão e preservação dos mesmos, pois, dependendo da edição consultada, teremos acesso a um texto com determinadas características e, muito provavelmente, com critérios de edição diversos e que nem sempre são comunicados ao público leitor, nem buscam transmitir o texto autoral.

Acerca dos Estudos de Literatura, estão aí incluídos os Estudos de Tradução.

Sobre Tradução, diz Barbara Cassin, em **Plus d'une langue**. Le paradigme de la traduction.: “Penso que a tradução é hoje o melhor paradigma – digo o melhor, de maneira alguma o único -, o melhor paradigma possível para as ciências humanas.” (2014, p. 12).³

Lembramos que num passado não muito distante a Linguística foi o

3- Tradução livre, realizada por nós, do trecho: “Je pense en effet que la traduction est aujourd’hui le meilleur paradigme – je dis le meilleur, pas du tout le seul -, le meilleur paradigme possible pour les sciences humines. [...]” (CASSIN, 2014, p. 12)

paradigma das Ciências Humanas e acabamos assistindo ao ocaso dos estudos de Linguística Histórica e de Crítica Textual. Contudo, a tradução de obras literárias e até mesmo de obras não literárias não dispensa os trabalhos da Crítica Textual, a despeito da pouca divulgação que a Crítica Textual tem em nosso país ainda nos dias de hoje.

Vale salientar que, segundo Maximiano de Carvalho e Silva, Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense, em *Crítica Textual – Conceito - Objeto – Finalidade*, se encontra, entre as principais tarefas da Crítica Textual: “A indicação dos pressupostos filológicos para a boa realização da tradução dos textos.” (1994, p. 59-60).

Destacamos também que até mesmo para a formação de um público leitor mais crítico é fundamental a divulgação de problemas e de questões relacionadas à transmissão textual.

E saber que os textos mudam, que, algumas vezes, são alterados é também importante para a formação de pesquisadores da área de Letras, mas não só de Letras como de História, de Antropologia, de Sociologia, de Biblioteconomia, de Arquivologia etc.

Neste difícil momento em que assistimos com tristeza ao crescimento do fascismo no Brasil e da quase inacreditável naturalização da ocorrência de mais de 90 mil mortos pela pandemia de COVID-19, é importante percebermos a importância da Literatura, um dos direitos incompressíveis dos seres humanos, nas palavras de Antonio Candido (2004, p. 174), para a vida na Terra e para a construção de uma vida digna para todas e todos. Porém, para que tenhamos condições de ler os textos do passado e mesmo do presente é preciso que eles sejam publicados e que seja reconhecida a importância da Crítica Textual para a divulgação e a preservação da literatura, patrimônio cultural da humanidade entendida como plural e inclusiva num diálogo com o que disse Barbara Cassin sobre a Tradução (2014, p. 12).

Em nossa avaliação como docente, noções de Crítica Textual podem estar presentes no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio, para que um maior número de pessoas, desde cedo, tenha condições de perceber a importância de um estudo que leva em conta a historicidade e as mudanças.

E, hoje, acreditar na possibilidade de mudanças é algo que pode esperarçar os seres humanos e contribuir para evitar o colapso da vida em nosso planeta e para tornar o mundo, enfim, justo.

Referências:

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *PAPEIS AVULSOS*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C, 1882.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *PAPEIS AVULSOS*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Papeis avulsos*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1937.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Papeis avulsos*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1944.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W.M. Jackson Inc., 1957.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *PAPÉIS AVULSOS*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). Machado de Assis. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997, v. II, p. 251-366.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Papéis avulsos*. São Paulo: PeguinClassics Companhia das Letras, 2011.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CANDIDO, Antonio. *O Direito à Literatura*. In: CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 4 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.
- CASSIN, Barbara. *Plus d'une langue. Le paradigme de la traduction*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian. Délégation en France, 2014.
- GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- HOSTIL. In: <https://www.dicio.com.br/hostil/> Acesso em 2 ago. 2020.
- MORAES, João Quartim de. Entrevista. In: *Margem Esquerda*. Revista da Boitempo, São Paulo, nº 34, 1º semestre 2020, p. 11-27.
- QUEIROZ, José Maria Eça de. *O Egipto*. Notas de viagem. 3 ed. Porto: Chardron, de Lello & Irmão, 1926.
- QUEIROZ, José Maria Eça de. *O Egipto*. Notas de viagem. In: QUEIROZ, José Maria Eça de. *Obras de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1959, p. 673-818.
- SILVA, Maximiano de Carvalho e. Crítica Textual – Conceito – Objeto – Finalidade. *Confluência*. Revista do Liceu Literário Português. Rio de Janeiro, n 7, p. 57-63, 1º sem 1994.
- SOUZA, Galante. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1955.

O REALISMO COLONIALISTA EM MACAU: um estudo semântico-estilístico de Henrique de Senna Fernandes e Jaime do Inso

Afrânio da Silva Garcia¹
afraniogarcia@gmail.com

RESUMO:

Quando lemos os trabalhos de Henrique de Senna Fernandes e Jaime do Inso, ficamos impressionados com o *realismo* do qual eles estão imbuídos: as dificuldades sociais que os personagens encaram; a violência difusa sempre presente, mesmo em festas e banquetes “aos quais os cheneses são tão propensos; os epílogos surpreendentes ou brutais das situações; sendo o *colonialismo*, obviamente, uma das explicações para esse tipo de narrative, o confronto entre portugueses e chineses, embora na maioria das vezes cordial ou disfarçado, como na passagem em que o narrador fica surpreso com a presença de chins (chineses) numa festividade (de certa maneira, um paradoxo, no mínimo uma antítese, já que é de se esperar chins (chineses) em Macau (parte da China).

Este artigo irá demonstrar como o *realismo colonialista* é expresso não apenas por elementos semânticos, como metáforas, metonímias, hipérboles, ironias, antíteses e paradoxos, mas também por elementos estilísticos, como repetições, inversões, enálages e antanáclases

Este estudo do realismo colonialista na literatura de Macau se concentra em dois eixos principais: *dinheiro* e *diferenças sociais*, os quais são as raízes dos problemas e situações descritos, além de constituírem os elementos que impulsionam o enredo. Um terceiro elemento que tanto gera quanto resolve os conflitos, nuclear para o desenvolvimento da trama, é o *trabalho*, já que ele possibilita tanto a sobrevivência quanto a ascensão social.

Primeiramente, apresentaremos uma análise da *onipresença do dinheiro* no conto estendido *Um milagre de Natal*, de Henrique de Senna

1- Concluiu o Doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Participou recentemente de oito eventos internacionais, na China, em Portugal, na Itália, na França e nos Estados Unidos. Recentemente, teve quatro trabalhos publicados nos Estados Unidos.

Fernandes, uma maravilhosa história sobre um garoto e seu desejo de possuir uma bicicleta, tanto em seu aspecto negativo e opressivo, quanto em seu aspecto positivo e restaurador, junto com o *preconceito social*, culminado num surpreendente final feliz.

Em seguida, em outro conto estendido, *A desforra de um china-rico*, também de Henrique de Senna Fernandes, uma brutal narrativa sobre traição e vingança, é retratado como as fundações do *poder* e do *preconceito social* estão entrelaçadas com o *dinheiro*, uma vez que a felicidade ou desgraça de todos os personagens principais se deve, de uma forma ou outra, ao seu enriquecimento ou à sua pobreza prévia.

Finalmente, o “romance” *O Caminho do Oriente*, de Jaime do Inso, é também motivado pelo *dinheiro*, visto que é a busca do dinheiro que faz com que os sócios e amigos portugueses Rodolfo Moreira e Frazão Antunes embarquem numa viagem que faz um paralelo com as Grandes Navegações dos portugueses em busca do caminho marítimo para a Índia. No Oriente, ambos amigos encontram não apenas dinheiro como também amor, Rodolfo por uma mulher chinesa, A-Mi, e Frazão pelo Oriente, pela própria China. O *colonialismo* constitui o terceiro elemento principal do “romance” (na verdade uma mistura de novela e narrativa de viagem), dado que a maioria das relações pessoais, como a relação de Rodolfo e A-Mi, são também uma relação de *poder e comércio*, o que é demonstrado por diversas vezes, culminando com a passagem em que Rodolfo literalmente *compra* sua amada A-Mi do seu noivo e casa com ela.

Palavras-chave: **Realismo, Colonialismo, Semântica, Estilística, Macau**

COLONIALIST REALISM IN MACAU:

a semantic-stylistic study of Henrique de Senna Fernandes and Jaime do Inso

SUMMARY

When we read the works of Henrique de Senna Fernandes and Jaime do Inso, we get impressed by the *realism* that pervades them: the social difficulties which the characters face; the diffuse violence always present, even in parties and banquets “to which the Chinese are so prone”; the surprising or brutal outcomes of the situations, being the *colonialism*, obviously, one of the explanations for this type of narrative, the clash between the Portuguese and the Chinese, though most of the times cordial or covert, as in the passage in which the narrator is amazed with the presence of chins (Chinese people) in a festivity (in a certain way, a paradox, at least, an antithesis, since it is to be

expected chins [Chinese people] in Macau [part of China]).

This article is going to demonstrate how this *colonialist realism* is expressed not only by semantic elements, as metaphors, metonymies, hyperboles, ironies, antitheses e paradoxes, but also by stylistic elements such as repetitions, inversions, enallages e antanaclases.

This study of colonialist realism in Macau literature is centered in two main axes: *money* and *social differences*, which are the roots of the troubles and situations described, besides constituting the propelling elements of the plot. A third element that generates and solves conflicts, nuclear to the development of the plot, is *work*, since it enables both the survival and the social ascent.

Firstly, there will be an analysis of the *omnipresence of money* in the extended short story *Um milagre de Natal* (A Christmas miracle), by Henrique de Senna Fernandes, a wonderful tale about a boy and his desire to own a bicycle, both in its negative and oppressive aspect and in its positive and re-establisher aspect, together with *social prejudice*, ending with an unexpected happy ending.

Secondly, in another extended short story *A desforra de um china-rico* (The revenge of a rich Chinaman), also by Henrique de Senna Fernandes, a brutal narrative about betrayal and revenge, it is portrayed how the foundations of *power* and *social prejudice* are interwoven with *money*, since the happiness and disgrace of all the main characters is due, in one way or another, to their enrichment and to their previous poverty.

Finally, the novel *O Caminho do Oriente* (The way to the Orient), by Jaime do Inso, is also motivated by *money*, since the search for money is what makes the Portuguese friends and partners, Rodolfo Moreira and Frazão Antunes, embark on a journey which makes a parallel with the great navigations of the Portuguese in the search of the maritime route to India. In the Orient, both of them find not only money but love: Rodolfo for a Chinese woman, A-Mi, and Frazão for the Orient, for China itself. The *colonialism* constitutes the third main character of the novel, since most personal relations, as the relation of Rodolfo and A-Mi, are also a relation of *power* and *commerce*, what is demonstrated several times, culminating with the passage in which Rodolfo literally *buys* her loved A-Mi from his fiancé and marries her.

Key Words: **Realism, Colonialism, Semantics, Stylistics, Macau**

1- INTRODUÇÃO

Ao lermos a obra de Henrique de Senna Fernandes e Jaime do Inso,

ficamos impressionados com o *realismo* que as permeia, as dificuldades sociais pelas quais os personagens passam; a violência difusa sempre presente, mesmo em festas e banquetes “às quais os chineses são tão dados”; os desenlaces surpreendentes ou brutais das situações, sendo uma das explicações para esse tipo de narrativa, é claro, o *colonialismo*, o embate entre os portugueses e os chineses, ainda que muitas vezes amistoso ou apenas esboçado, como na passagem em que o narrador se surpreende com a presença dos chins numa festividade (de certa forma, um paradoxo, no mínimo, um oxímoro, visto ser de se esperar chins [chineses] em Macau [parte da China]).

Neste trabalho, procuraremos demonstrar como este *realismo colonialista* é expresso não só através de elementos semânticos, como metáforas, metonímias, hipérbole, ironias, antíteses e paradoxos, bem como por meio de elementos estilísticos, como repetições, inversões, enálages e antanáclases.

Centraremos nosso estudo do realismo colonialista na literatura de Macau em dois eixos principais: o *dinheiro* e as *diferenças sociais*, que são as raízes dos problemas e situações descritos, além de constituírem os elementos propulsores da trama. Um terceiro elemento que gera e resolve conflitos, nuclear para o desenvolvimento da trama, é o *trabalho*, por possibilitar tanto a sobrevivência quanto a ascensão social.

2- UM MILAGRE DE NATAL

Um traço marcante que diferencia a literatura macaense da literatura brasileira é a *onipresença do dinheiro*, tanto em seu aspecto negativo e opressor, quanto em seu aspecto positivo e restaurador. Embora vários romances brasileiros abordem a temática da miséria e da opressão, pontificando entre eles as obras de Aluísio Azevedo, Graciliano Ramos e Jorge Amado, o elemento “dinheiro” raramente é mencionado. Na literatura macaense, o dinheiro é um fator de enorme importância tanto para o sentido quanto para o desenvolvimento da trama.

No conto *Um milagre de Natal* (Mong-Há, p. 9-53), de Henrique de Senna Fernandes, temos o triângulo tradicional entre dois meninos e um brinquedo (no caso, uma bicicleta) como elemento desvelador das tragédias, injustiças e humilhações advindas única e exclusivamente da falta ou excesso de dinheiro. O elemento inicial do enredo é a gravidez indesejada de Alice, que acarreta seu abandono pelo namorado, fazendo-a ser expulsa de casa e viver em penúria e humilhação, visto que, de acordo com a moral da época, “era uma mulher marcada, uma barregã que tivera um filho solteira” (op. cit.,

p. 22), Nesta situação extrema, escorraçada e com um filho pequeno para criar, Alice mostra sua têmpera, e o autor sua maestria, através de três sentenças de grande valor estilístico (op. cit., p. 22):

Ganhar o pão amargo de cada dia, porém, era uma necessidade. Fazer-se coitada e implorar não era com ela. O que estava feito, estava feito.

Note-se o valor expressivo da hipálage, que modifica o ditado bíblico, em que o adjetivo amargo é deslocado da vida da protagonista para o pão. Em seguida, repare-se na reiteração: fazer-se coitada e implorar, negada enfaticamente pela expressão da variante coloquial: não era com ela. Por último, temos o alto valor estilístico da tautologia: o que estava feito, estava feito, enfatizando a irreversibilidade dos seus atos.

Alice vai trabalhar como costureira numa casa abastada, pouco distante de sua moradia: “Um muro alto separava o casebre dessa casa-grande.” (op. cit., p. 22) Observe-se a ambiguidade irônica na expressão muro alto, em que o sentido literal, concreto, remete ao sentido conotativo, metafórico, sinalizando a imensa dificuldade de ultrapassar as diferenças impostas pelo dinheiro.

O filho de Alice, Alberto, cresce com a melhor criação que a mãe pode lhe dar, mas isso não o impede de sofrer com o estigma de ser criado sem pai, principalmente depois que um colega de escola lhe grita o vulgarismo: “Filho trás-da-porta” (op. cit., p. 26). Ao saber da verdade de seu nascimento, ele ama e respeita ainda mais sua mãe por todo desvelo que lhe dedicou. Mais tarde, Alberto trava amizade com o filho dos donos da casa-grande, principalmente por causa de sua bicicleta. Impedido de usar a bicicleta do amigo, sonha ter uma bicicleta. Católico fervoroso, pede ao Menino Jesus que lhe dê uma bicicleta no Natal, e se esforça ainda mais para ser um menino exemplar.

No Natal, no entanto, recebeu uma bola novinha, o máximo que sua mãe pôde lhe dar, o que lhe causou imensa decepção e revolta, fazendo-o desacreditar do Menino Jesus. “Era a humilhação de ser relegado da lista das crianças contempladas” (op. cit., p. 38), onde contempladas tem valor ambíguo: presenteadas pelo Menino Jesus e nascidas num berço rico, que pode lhes dar bons presentes. Esta constatação é reforçada pela passagem a seguir, que narra a visita de Alberto e Alice à casa-grande, em que metonímias da injustiça imposta pelo dinheiro se superpõem e se reforçam numa ironia trágica (op. cit., p. 42):

Era tudo e não havia mais razão para se demorarem. Nisto, atrás da grande senhora, surgiu Rudolfo, todo corado. Não correspondeu às Boas-Festas da costureira e acenou para Alberto dizendo:

– Vem ... vem ver o que o Menino Jesus me deu.

Não se deteve, num impulso irresistível, e seguiu na cola do colega.

Entrou na sala, onde presidia uma enorme Árvore de Natal. Nunca admirara uma igual, a ramaria dobrada de luzes, ornamentos, listões prateados e algodão, fazendo as vezes de neve, uma linda Árvore de Natal, como só se admirava nas ilustrações e no cinema. Estacou sem fala, comparando-a com a árvore pequenininha que tinha em casa.

No chão, em torno da árvore, ia um caos de caixas abertas e papéis rasgados. Na lareira, ainda se conservavam os sapatinhos da petizada e penduradas as meias do Pai Natal, entesourando maravilhas.

Então Rudolfo, com a insensibilidade dum rapazito que tinha tudo e nunca fora destituído, expôs-lhe o que o Menino Jesus lhe presenteara. Soldadinhos de chumbo, uma espingarda, navios de guerra de ferro, uma indumentária completa de cowboy, com cinturão, revólver e coldre e chapéu. Outros brinquedos e prendas se espalhavam, aqui e ali.

De repente, não avançou mais um passo. Uma bicicleta vermelha, com cromos prateados, apenas em ponto maior do que aquela que sonhara, encostava-se a uma poltrona. Era para o irmão mais velho de Rudolfo. Talvez a mãe adivinhasse o seu tormento, arrependida de tê-lo obrigado àquela visita, onde a desigualdade ressaltava de modo flagrante. Chamou-o e despediram-se.

Ao atravessar o jardim para o portão, Alberto avistou a velha bicicleta, que tanto amava, caída sobre um canteiro, abandonada e a enferrujar-se ao sol, por inútil. Mãe e filho nada tinham para conversar. Uma frase infeliz e ambos desatariam a chorar.

Através dessa passagem, vemos Alberto passar por uma sucessão de desilusões: primeiro, a árvore de natal estupenda; depois, a profusão de presentes de Rudolfo; em seguida, o presente do irmão de Rudolfo, a bicicleta novinha com que sonhara; por último, a velha bicicleta, que tanto o faria feliz, mesmo não sendo nova, abandonada como lixo.

O impacto deste descompasso entre seu valor e as recompensas que recebia da vida, a consciência da desigualdade decorrente do dinheiro, fazem-no perder sua fé e dizer:

“– O Menino Jesus só se lembra dos ricos.” (op. cit., p. 43)

Sua desvalia para as pessoas da casa-grande fica ainda mais evidente quando vê passar a bicicleta que ele tanto queria vendida a peso para o homem do ferro-velho (op. cit. p. 46):

Alberto continuou sentado, a brincar com a bola entre as pernas. Um quarto de hora depois, mais ou menos, o portão de ferro rangeu, atraindo casualmente os seus olhos para o homem dos tin-tins.

Saíra carregado, os cestos cheios de bugigangas. Subitamente, Alberto

estremeceu. Num dos cestos, estava a desprezada bicicleta do Rudolfo, ainda perfeitamente utilizável. Sentiu um baque, aquela bicicleta era-lhe muito querida. Ao desfazerem-se dela, nem sequer se tinham lembrado do filho da costureira. O Menino Jesus esquecera-se dele com uma nova, agora Rudolfo também com a velha que ainda tanto podia ser aproveitada. E vendiam-na, sem que precisassem do dinheiro, só porque constituía um estorvo. Não restava mais nada a Alberto, senão sofrer sem protesto, em silêncio.

Já mais crescido, Alberto compreende todo o sacrifício da mãe e, ao chegar a época de Natal, em vez de pedir algo para si ao Menino Jesus, pensa na mãe (op. cit., p. 49):

Alberto murmurou muito humilde:

– Não sei se sou bom, se sou mau. Não peço nada para mim. Peça para minha mãe.

Finalmente, de uma maneira misteriosa, suas preces são atendidas, e tanto ele quanto a mãe recebem o melhor presente de todos: o **retorno do pai**, livrando-os do abandono, com seu amor; da miséria, com seu dinheiro; e da reprovação social, com seu comprometimento com a família (op. cit., p. 53):

Muito comovida, Alice balbuciou ternamente:

– Alberto ... beija o teu pai.

Não sabia se queria chorar ou rir. Afinal ele existia, não era um mito, algo de impalpável. Estava ali, aparecera, iluminando o casebre, alto, forte, com um sorriso de amor. Obedeceu à voz da mãe e do sangue. Ao beijar, sentiu as picadas da barba, o cheiro agradável de bom tabaco, o impacto dum sentimento novo.

– Alice ... vem para aqui, para junto de nós. É noite de Natal. Ainda não compreendeste que empenhei tudo para chegar a tempo para passar contigo e com o nosso filho esta noite única?

Enlaçados os três no mesmo amplexo, ficaram calados por muito tempo, sem necessidade de mais palavras. Evelina que pranteava, desde o início incluiu-se no grupo.

– Vamos agora para a Missa do Galo. Quero que todos vejam que voltei para ti e para ele.

Então aconteceu uma coisa surpreendente. Alice despreendeu os ganchos do toutiço e os cabelos negros rolaram pelos ombros abaixo, o rosto esplendendo em beleza renascida.

Sorrateiramente, Alberto encaminhou-se para o seu cubículo, para deixar os pais sozinhos, como já o fizera Evelina para a cozinha. Nunca tivera um Natal como aquele! Ia à Missa do Galo, segurando a mão do pai, com a

mãe finalmente feliz. Que lhe importava a festa da casa-grande, com todos os seus luxos e luzes feéricas?

Estacou diante da imagem do Menino Jesus. A visão estava esborratada pela humidade dos olhos. Ele sorria-lhe, flutuando na moldura. Mais uma vez não lhe traria a bicicleta. Mas restituíra-lhe o pai e era tudo ...

3- A DESFORRA DUM CHINA-RICO

O conto *A desforra de um china-rico*, de Henrique de Senna Fernandes, narra uma história brutal de traição que tem suas raízes na antítese entre *dinheiro* e *posição social*, numa estrutura aparentada com Edgar Allan Poe (principalmente O Barril de Amontillado) ou com Álvares de Azevedo (os contos de Noite na Taverna). O personagem motivador da história tem papel secundário, como o pai abastado de um china-rico, que, partindo de uma origem humilima, chega ao enriquecimento, através do trabalho e de negociatas (Nam Van, p.107):

O jovem Cheong nascera de condição humilde, mas, no momento em que se casava, era filho de china-rico. O pai começara a vida, moço imberbe, como vendilhão ambulante. De emprego em emprego, conhecera a adversidade e provara o fel acidulado da miséria.

A confusão provoca da pela Guerra dos Boxers, numa Cantão fervilhando de revolucionários e especuladores, abriu-lhe o caminho das oportunidades. Tinha faro para o negócio e soube aproveitar-se da ocasião. Fez negociatas com os estrangeiros – que negociatas não interessa aqui mencioná-las, jogou todas as economias nelas, com a mesma calma e coragem com que os seus compatriotas arriscam todos os seus haveres, numa noite, no pai kao. Teve a habilidade de acertar e enriqueceu.

Quando chegou o advento da República, amassava já uma grande fortuna. Rapou a trança e, sem compromisso com o regime destronado – a política dos manchus fora-lhe inteiramente indiferente –, prosperou mais ainda, acabando por adquirir aquela sumptuosa mansão, no bairro mais requintado de Cantão. Para ali foi viver com a concubina, o filho que tivera desta, e uma filha do primeiro matrimónio, já orfã de mãe, desde tenra idade. Acompanhou-os um séquito de fâmulos e criadagem.

Note-se a contundência da metáfora: provara o fel acidulado da miséria, mostrando as atribulações pelas quais passara. Outra figura digna de menção é a reiteração hiperbólica: de trabalho em trabalho, enfatizando seu esforço, sua ausência de esmorecimento.

Não é sem razão que, ao se tornar proprietário de uma suntuosa

mansão, o velho Cheong demonstre um genuíno orgulho com seu progresso, lembrando a longa e difícil caminhada até chegar onde estava (op. cit., p. 107):

Ao calcorrear os primeiros passos de proprietário na álea das árvores anãs, o velho Cheong impava de legítimo orgulho. Fora uma caminhada bem longa, a partir de vendilhão ambulante. Só a tímida concubina se mostrara amedrontada com aquela grandeza toda a que não estava habituado o seu berço camponês. E sentiu-se logo gelada quando no fundo do corredor, espreitando-a, divisou o perfil fantasmal do mandarim.

Naquela mansão cresceu e se fez homem o jovem Cheong, cercado de mimos e atenções que se deviam ao único filho varão da casa. Contrastando com as maneiras rudes do pai e a simplicidade aldeã da mãe, desabrochou-se num rapaz distinto, nos hábitos e nas maneiras. A afabilidade do seu trato conquistara-lhe genuínas simpatias. Teve todas as vantagens dum herdeiro de china-rico, incluindo o ingresso na Universidade de Ling Nám, onde leccionavam professores americanos, para aprender algo dos costumes e cultura ocidentais, em obediência ao esnobismo da época. Mas, como todo filho de china-rico, ilustrou-se mais na boémia que nos estudos, ao ponto do pai ser obrigado a interromper-lhe o curso e encarregá-lo de certas responsabilidades nos negócios que mais tarde havia de herdar. Uma vez arrumado no emprego, havia que casá-lo para assentar duma vez para sempre. Os vinte e dois anos do mancebo eram uma idade algo tardia para constituir família, segundo os padrões do tempo. O jovem Cheong não objectou e, de acordo com o estilo tradicional, submeteu a escolha da noiva aos pais.

A distinção entre a vida fácil do filho e a vida sofrida dos pais transparece na antítese conceitual: naquela mansão cresceu e se fez homem o jovem Cheong, cercado de mimos e atenções x as maneiras rudes do pai e a simplicidade aldeã da mãe. Só que a riqueza adquirida trouxera ao velho Cheong não apenas um orgulho salutar pelas suas conquistas, mas também um preconceito social contra os pobres, que será a causa da sua ruína (op. cit., p. 108):

Começou para estes a delicada selecção da moça que iria partilhar da vida do filho preciosíssimo, em cujo ventre gestaria a geração continuadora dos Cheongs. A mãe imediatamente sugeriu a filha do herbanário Lei, uma rapariga jeitosa e saudável, que brincara na infância com o rapaz e revelara sempre por ele uma clara simpatia. Prometia preencher, à perfeição, o lugar duma nora submissa e meiga. Ao ouvir, porém, o nome dos Lei, o velho Cheong empertigou-se com indignação:

– Não quero para nora uma donzela que cheire a ervas medicinais.

O filho não podia casar com uma pobretana qualquer. Os pruridos de milionário denunciavam que se esquecera totalmente do seu passado de vendilhão ambulante.

Vale a pena notar a sutil ironia da hipérbole na expressão: a moça que iria partilhar da vida do filho preciosíssimo. Mais adiante, temos outra antítese conceitual, entre os muitos valores reais da possível noiva: rapariga jeitosa e saudável, revelara clara simpatia, nora submissa e meiga, e o defeito preconceituoso: uma pobretana que cheire a ervas medicinais.

Recusada a pretendente pobre, uma casamenteira é contratada para arrumar uma noiva rica, de boa família, e consegue, aparentemente, muito mais do que o pretendido (op. cit., p. 108):

Uma noite, surgiu alvoraçada, rebolando as suas banhas, a papada de lua cheia rebrilhando de gordo suor. Debruçou-se para o ancião e pronunciou um nome. O rosto enrugado do velho Cheong rejuvenesceu-se, de súbito, a boca rasgada num largo sorriso.

Encontrara a noiva almejada para o filho. E que noiva! Justamente a filha do Leong dos barcos da carreira do delta. E mais se inchava ainda, quando avaliava que a possível noiva era a filha dum dos seus antigos patrões, precisamente o mais altivo de todos. Para a vaidade do ricaço, oriundo da miséria, nada podia ser mais sedutor.

Esta passagem, coalhada de antíteses, marca a vida dividida do velho Cheong, entre a juventude humilde e a velhice abastada: o rosto enrugado rejuvenesceu-se, ricaço, miséria; entre o dinheiro e a posição social: mais se inchava ainda quando avaliava que a noiva almejada era a filha do mais altivo dos seus antigos patrões.

Enquanto a família Cheong celebrava o casamento com uma filha-família, o mesmo não se podia dizer da noiva, Pou In, forçada a casar por conta das dificuldades monetárias da família (op. cit., p. 109):

O que jamais previra é que só in extremis ela aceitara o enlace. O Pai Leong enredara-se em desastrosas especulações e estava à beira da falência. Havia a honra da família a salvar, a memória de todos os ancestrais que não devia deslustrar, e só um casamento rico para a filha poderia livrá-lo do atoleiro.

Pou In possuía um feitio que não se harmonizava com a sua pródiga beleza. Filha única, numa prole de cinco, crescera no meio de varões depravados, desde o pai ao irmão mais novo, todos à compita em desbastar um valioso património, amealhado, sapeca a sapeca, pelos antepassados. Desprezava-os por serem fracos, jogadores e femeeiros, e este desprezo estendia-se a outros homens, pelo exemplo dos seus.

Dizia que nunca se casaria senão com quem fosse da sua escolha e da sua hierarquia. Desdenhava os pretendentes e o seu perfil altaneiro arrefecia todos os entusiasmos. Desafiava assim o destino, desesperando os pais que a viam caminhar para os vinte e três anos, sempre solteira e só.

Parecia apenas enamorada de si mesma. Os anos não a afectavam, pelo contrário, faziam-na mais bonita. Os seus penteados, o corte dos seus trajas e as jóias que ostentava, eram a inveja das damas e donzelas de Cantão. Rodeada de mui-tchais, pobres escravas compradas para servi-la, narcisava-se horas a fio, depois de longos banhos e massagens meticulosas.

Podemos perceber o descompasso entre o dinheiro e a posição social dos Leong: a vida suntuosa e elitista de Pou In, que, rodeada de mui-tchais, pobres escravas compradas para servi-la, narcisava-se horas a fio, em oposição à falta de dinheiro de Pai Leong, à beira da falência, contando apenas com um casamento rico para salvar a honra da família.

A passagem abaixo exemplifica a disputa entre a empáfia dos Cheong, em virtude do dinheiro, e a arrogância dos Leong, em virtude da posição social (op. cit., p. 110):

A pretensão do velho Cheong chocou-a, pela inqualificável ousadia. Sentiu que descia de nível social, ao entrar na família do antigo empregado do pai e, demais a mais, casando-se com o filho duma concubina. Recalcitrou-se, mas o progenitor, com lágrimas nos olhos, apresentou-lhe a terrível conjuntura dos seus negócios. Exagerou o quadro sombrio do futuro e a filha estremeceu com o espectro da miséria e da vergonha.

O pai transaccionava-a. Friamente fez os cálculos e verificou que apenas havia uma realidade que compensava todo aquele comércio sujo. O dinheiro vindo dos céus, o dinheiro que podia satisfazer todos os caprichos e ambições. Anuiu, por fim, mas desprezou mais ainda o pai e os irmãos, quando os viu sorrir uns para os outros aliviados.

Esta a noiva que a filáucia do velho Cheong adregara para o filho e que este exaltava como uma dádiva generosa dos deuses, queimando pivetes votivos.

Na disputa entre a posição social impalpável e o dinheiro concreto, este leva a melhor e Pou In concorda em participar deste comércio sujo (reparem na eficácia estilística desta metáfora), embora passe a desprezar ainda mais o pai e os irmãos, submetendo-se ao que se espera de uma esposa (op. cit., p. 110):

Pou In execrou o marido, desde a primeira hora. As delicadezas exageradas, o receio patente de se conduzir mal e a idolatria servil que ressaltava dos seus olhos, interpretou-os ela, como atitudes muito pouco viris.

Era um fraco, um ser amorfo que lhe obedecia, como uma das muitas mui-tchais que possuía. Não diferia muito dos irmãos.

Entregou-se-lhe na noite de núpcias, sem emoção nem amor. Apenas um pedaço de gelo perfumado que quebrava o silêncio, murmurando palavras essenciais. A desilusão não obsteu, porém, que o marido se lhe afeiçoasse profundamente, convencido que o tempo e o contacto diário haveriam de modificar aquele estranho temperamento.

Pou In admirava e temia a personalidade forte e a rudeza de seu sogro. Deixou-se engravidar e exultou com o nascimento de um filho varão, que garantia a sucessão da família e sua posição nela (op. cit., p. 111):

O sogro era o único que a intimidava. Não estava habituada à sua rudeza e temeu-o desde o primeiro instante. O contraste com o filho não podia ser maior. O sogro era um homem de personalidade forte e ela apreciava naturezas varonis. Secretamente, nos arcanos da alma, preferiria ter-se casado com o antigo vendilhão ambulante que não se dobrava à sua vontade. Por isso, se acolhia indiferentemente à ternura do marido, via-se com espanto a procurar agradar o sogro. Não durou muito que a sua perspicácia feminina lhe alertasse que só ofertando um neto varão ganharia completamente o coração desse homem grosseiro e atarracado que a todos dominava, como um senhor da guerra.

Para tal fim, submeteu-se aos seus deveres conjugais, ocultando a sua aversão mas não conseguindo dissimular a sua frieza. Naturalmente deixou-se engravidar e recebeu com calma as efusões duma família embriagada de felicidade, logo que a notícia correu. Regozijou-se por não ser estéril, mas durante meses viveu numa inquietação constante. O sogro não lhe perdoaria, como não perdoara à sua primeira esposa, se, em vez dum rapagão, lhe desse uma frágil neta. Os nervos esgotaram-se-lhe nesse transe. Explodia em irritações com o marido, humilhava a sogra e torturava as escravas, à mínima contrariedade. Tudo, no entanto, lhe foi perdoado.

Chegado o dia, ansiosamente, esperado, nasceu um soberbo varão. Em casa, foi uma festa. O marido e os sogros não esconderam lágrimas, violando a natural circunspeção da raça que proibia fraquezas do género. Pou In respirou e teve o seu momento de triunfo. Garantira a sucessão da melhor forma. Coincidindo com o acontecimento, os negócios dos Cheongs prosperaram, como se os ventos favoráveis conjurassem em proteger aquele lar.

O casamento sem amor de Pou In, no entanto, entediava-a. Com sua paixão pelo teatro, acaba conhecendo Wong, um ator jovem, bonito e sedutor (op. cit., p. 116):.

Não decorreu muito tempo que Wong reparasse naquela dama, sentada em lugar de destaque, ostentando toda a opulência da sua condição. Sabia do fascínio que exercia. Tinha na sua conta inúmeras aventuras e tanto mais se empenhava em alcançá-las quanto mais elas redundavam em vantagem para ele. Vindo das camadas mais baixas da sociedade – a profissão de actor era das mais paupérrimas – fora vendido em pequeno pelos pais esfomeados a uma companhia de teatro de passagem pela sua aldeia natal, e começara o seu aprendizado desde os verdes anos, por um dono seduzido pelo seu ar feminino e grácil. Fora maltratado e abusado, passara fome e guardara sempre um ressentimento contra os privilegiados. Tirar proveito deles ou dominá-los era a sua ambição mais embriagadora. A sua arte ganhara-a à custa de privações e muita pancada. Desde a infância fizera uma vida nómada, de cidade em cidade, de vila em vila, representando em barracões imundos e improvisados da província. Agora, desembocava em Cantão para ficar e conquistar.

Apercebeu-se Pou In, a partir de certa noite, que o actor cantava e monologava para ela. As juras de amor, o garganteio de palavras floreadas, os meneios estilizados dirigiam-se-lhe directamente.

Qualquer coisa de inédito acalentou o coração frio daquela mulher, uma estranha sensação de vertigem que atordoava. Desvaneceu-se o tédio, acreditando que podia acarinhar mais um capricho. Ainda não tinham trocado uma palavra, mas era para ele que agora se vestia, se enfeitava e se pintava. A meticulosidade e o desvelo que punha na sua apresentação desconcertavam a mui-tchai, ainda inocente da verdade.

Wong era uma pessoa profundamente marcada pela miséria e pelos abusos decorrentes dela, como se pode verificar pelo pleonasma: a profissão de actor era das mais paupérrimas; por uma profusão de metonímias: pais esfomeados, fome, privações, muita pancada, barracões imundos. Tinha um profundo ressentimento contra os privilegiados. O poder do dinheiro fica evidente pela quantidade de termos pertencentes a este campo semântico: fora vendido em pequeno pelos pais esfomeados, vantagem, tirar proveito, ambição.

O carácter dominador e os toques femininos de Wong, em antítese tão flagrante com o carácter fraco e o jeito masculino (hoje diríamos sexista) de seus irmão e marido, fazem Pou Li se encantar, e eles acabam se tornando amantes após um passeio de barco (op. cit., p. 118):

Tudo aquilo era novidade para Pou In. Cruzando com centenas de embarcações, de todos os feitios e tamanhos, sentiu-se liberta das convenções. Gargalhou e bateu as palmas de contentamento como uma criança despreocupada. A existência aventureira e inédita do rio exaltava-a.

Nunca vivera um momento como aquele. Nunca também nenhum dos seus familiares a vira assim.

Wong, solícito e respeitador, nem sequer lhe tocou. Limitou-se a ser uma espécie de guia, apontando-lhe as mais curiosas facetas daquele estranho mundo. Quando singraram junto das casas de flores, pejadas de rapariguinhas muito ornadas e pintadas, todas destinadas à vida das nuvens e da chuva, soube mostrar-se casto, baixando os olhos com pudor de donzela.

Algumas entrevistas mais se seguiram, no mesmo local, procedendo Wong da mesma maneira. Mas um dia não se contentou com o simples passeio. Era já demais para o sua sensualidade há muito repesada. Insistiu que fossem jantar a uma hospedaria muito discreta, implorou numa voz envolvente. Pou In lutou fracamente contra a sedução e cedeu.

Tornaram-se amantes quando uma chuva branda salpicava os vidros das janelas e a hospedaria balançava à suave ondulação do rio. Nos braços do belo e frágil actor, sentiu Pou In o que jamais sentira. Todo o refinamento da sensualidade chinesa, tão sopesada por baixo duma aparente impassibilidade, se revelou naquele homem, perito em mulheres, apesar da sua compleição efeminada. Gemeu Pou In como uma virgem núbil, provando a vertigem e os frutos edênicos dum espantoso orgasmo.

Forçada a assistir tudo, estava A-Yeng, a mui-tchai preferida de Pou In. Sua história triste também é determinada pelo dinheiro e pela posição social (op. cit., p. 119-120):

A-Yeng nascera num dos barracões imundos de Honán, doutro lado do rio. Quando se recordava da mãe, desenhava-se-lhe na mente uma mulher cansada e sempre grávida. Num lar de poucos varões e muitas filhas, onde não havia que comer, seguira o destino de duas irmãs mais velhas, estas vendidas para os prostíbulos da cidade, ela para a casa grande dos Leongs para servir a Menina.

Reduzida à situação de mui-tchai, fez parte do gineceu da dona caprichosa e mais velha. Devotou-se à função, com a dedicação dum cão fiel que agita a cauda mesmo que o maltratam. Emulou-se na ideia de agradar à Menina, estudou-lhe os gostos, adivinhando-os até. As suas mãos aprenderam a penteá-la, a massajar-lhe o corpo, a preparar-lhe beberagens que lhe aformoseavam a cútis, a tocar o alaúde e o piano de cordas que a distraíam nos dias de depressão e de tédio. Pouco a pouco, transformou-se na sombra da Menina, a criatura de confiança, a favorita entre as mui-tchais. Mas uma favorita que sofria sevícias quando a dona se irritava, o que era frequente.

Adorou-a. Orgulhava-se de ser a mui-tchai preferida de tão linda senhora que estava acima doutras, pela elegância e refinamento. Nunca

houve o menor ressentimento na sua alma de serva. Não ambicionava outra existência que não fosse ao lado da sua Menina. Aliás, qualquer casamento estava fora da questão porque a dona jamais consentiria em alforriá-la. No dia em que lhe descobrira os seios a despontar, disse friamente:

– Aperta-os. Não quero que nenhum criado olhe para ti. A tua vida é servir-me e não para nenhum homem.

A opressão do dinheiro e da posição social ficam evidentes por duas metonímias terríveis: *seguira o destino de duas irmãs mais velhas, estas vendidas para os prostíbulos da cidade, ela para a casa grande dos Leongs para servir a Menina; não quero que nenhum criado olhe para ti. A tua vida é servir-me e não para nenhum homem.*

Enlouquecida de paixão por Wong, Pou In “decidiu receber o amante em sua própria casa.” (op. cit., p. 124) Wong, já cansado de Pou In, apossa-se do lugar com sua habitual desfaçatez (op. cit., p. 125):

O amante não se mostrou agradecido por aquele supremo favor. Após umas escassas visitas, procedeu como um agreste proprietário. Dava ordens à A-Yeng, mandava-a preparar a água para o banho, censurava-lhe a ceia, punha-se em camisola e empestava o ar com o fumo de sok-in. Como se considerasse aquele o seu próprio quarto, estendia-se na cama, sem respeito pelo decoro, numa sem-cerimónia que feria o pudor da mui-tchai, sobretudo quando aquele corpo delicado de homem tomava posições afeminadas, para provocar a sensualidade pervertida da sua dona e senhora.

Vale a pena notar as metonímias domésticas que enfatizam seu desprezo por Pou In e seu marido: procedeu como um agreste proprietário; dava ordens à A-Yeng, mandava-a preparar a água para o banho, censurava-lhe a ceia, punha-se em camisola e empestava o ar com o fumo de sok-in, estendia-se na cama, sem respeito pelo decoro.

Seu desdém por Pou In chega ao ponto da agressão física (op. cit., p. 126):

Uma noite, em que a Tai-Tai nos seus ciúmes, lançava as mais virulentas recriminações, Wong enfureceu-se e, sem medir o acto, esbofeteou-a sem contempações. A amante estendeu-se ao comprido no chão, quase desmaiada.

O actor, vindo a si, empalideceu. Fora longe demais. Nunca ninguém ainda tinha agredido aquela filha-família, nem o marido paciente, nem em casa dos pais, onde reinara como uma criança tirânica e dominadora. Fora um insulto desmesurado. Sentiu-se perdido. Adeus às dádivas, adeus ao dinheiro. Ficou inerte, o braço paralisado, olhando para a mulher que limpava o sangue da boca.

Quando esperava por uma ordem de expulsão que cortaria cerce as suas relações, Pou In limitou-se a chorar. As bofetadas tinham-na reduzido a farrapo.

Escoaram-se os receios. Não a perdera, pelo contrário, firmara um poder maior sobre ela. Um frémito de deleite estimulou-lhe o sangue. Que prazer maior do que vê-la no chão, jogada a seus pés, a soluçar um queixume brando.

– Magoaste-me ... Magoaste-me.

A cena, de uma violência assustadora, reitera a natureza pervertida das relações do casal. Também enfatiza o caráter negativo de Wong, que só se preocupa com as consequências ruins para ele, ignorando a dor e a humilhação de Pou In: Sentiu-se perdido. Adeus às dádivas, adeus ao dinheiro. Logo em seguida, para confirma a baixa de seu caráter ele regozija-se com a humilhação e o sofrimento e Pou In, que aumentavam seu poder sobre ela: Não a perdera, pelo contrário, firmara um poder maior sobre ela. Um frémito de deleite estimulou-lhe o sangue. Que prazer maior do que vê-la no chão, jogada a seus pés, a soluçar.

A partir daí, a relação de Wong com Pou In passa a ser marcada decididamente pela exploração (op. cit., p. 127-128):

Esboçou um gesto teatral de partida. Pou In, dum salto, barrou-lhe o caminho, estendendo histericamente os braços. Não, não podia abandoná-la assim, sem mais nem menos, implorou, jurou ser razoável e compreensiva. Então, Wong impôs condições, exigiu dinheiro, muito dinheiro. Tudo ela aceitou, em tom humilde.

Excitados, ele, pelo seu ascendente, ela, pela sua baixa, amaram-se brutalmente. A mui-tchai estarecida, fugiu para a sua divisória, onde vomitou de nojo. (...) O jovem Cheong não podia prever que Pou In vivia em transe. O medo instalara-se nela. Wong tornara-se num autêntico sorvedouro. As exigências de dinheiro não findavam. As quantias eram cada vez mais vultuosas e ela tinha de dar tratos à inteligência para satisfazer as suas dissipações. Empenhou as jóias, foi à bolsa do sogro, contraiu dívidas com as amigas. Quando o dinheiro não chegava, o amante batia. Agora que possuía o domínio sobre ela, maltratava-a por prazer.

Queixas e súplicas não suscitavam a mínima piedade. Vingava-se nela das afrontas do passado, toda a infância de miséria, os maus tratos e privações, durante o seu aprendizado de actor. Cevava o seu rancor visceral contra os privilegiados nessa desgraçada mulher, símbolo dos mesmos privilegiados. Com sorriso cínico, praticava a chantagem.

– Tenho as tuas cartas ... os teus recadinhos amorosos. Que dizes se os

mostro ao teu sogro ou ao medricas do teu marido?

Como era de e esperar, o velho Cheong acaba descobrindo-os, quando Wong foge da confusão causada pelo seu assédio a A-Yeng (op. cit., p. 129):

– Numa noite em que espareciam com a ausência do jovem Cheong, em Macau, de visita à irmã, entrou Pou In, inesperadamente no quarto, vinda dum longo banho. Surpreendeu Wong enlaçando a cintura da mui-tchai. Um silêncio pairou entre os três. Pela primeira vez depois de tanto tempo, Pou In aprumou-se com dignidade ofendida e, em voz irreconhecível, ordenou ao amante que se retirasse. Havia tal expressão na sua fisionomia que Wong se defendeu:

– Foi ela quem me provocou ...

Sumiu-se, num ápice. A mui-tchai protestou terrificada. Pou In abriu um armário, segurou uma vergasta de rota, esse instrumento dolorosíssimo de castigo, na China. A raiva contra o amante e o ciúme contra a serva misturaram-se numa cólera insana.

Caiu sobre a vítima e sovou-a selvaticamente, sem conta nem medida. A-Yeng, ensanguentada, fugiu pelos corredores, perseguida pela dona que parecia louca. Ninguém acudiu. Se a criadagem ouvisse alguma coisa, permanecia nos seus quartos. Afinal a moça pertencia à patroa e não havia nada que intervir.

De repente, no fundo da escuridão, surgiu o velho Cheong. Vinha como um espectro, os olhos arrancados, o rosto pálido como um defunto. Na mão, tinha um pedaço de pano que ela reconheceu ser de Wong.

Com a morte do velho Cheong, seu filho retorna à casa e, informado da traição da mulher, esconde-se para confirmar suas suspeitas (op. cit., p. 140):

O jovem Cheong não saiu de casa, porém. Escondeu-se num dos aposentos da mansão. A-Yeng, interrogada, revelara-lhe a maneira de espreitar o quarto. Com a paciência proverbial dos da sua raça, esperou. Na primeira noite, nada presenciou. Apenas constatou que a mulher ia muitas vezes à janela, caminhando depois, num vaivém desesperado. Imóvel no pouso, aguardou até ela deitar-se.

Na segunda noite, o actor apareceu, gíngando as ancas numa forma aberrante e depravada. Às primeiras recriminações dela, esbofeteou-a. Pou In humilhou-se, tirando-lhe os sapatos, servindo-lhe a ceia como uma criada, suportando sem reacção as suas maneiras bruscas!

Depois foram para a cama. Viu tudo. Nunca a mulher lhe dera aquilo que prodigamente nesse momento, oferecia ao outro. Afinal, não era nenhuma doente, incapaz de ardências. Era uma criatura sensual, entregando-se com

gosto e com cio, praticando perversões que eram agora o único meio de satisfazer o tédio e a saciedade do amante.

Os murmúrios e os gemidos penetravam-lhe nos ouvidos como punhaladas. No entanto, imobilizou-se no lugar, como uma peça monolítica, até que o par adormeceu de esgotamento. Então, retirou-se na ponta dos pés.

A terrível provação do jovem Cheong é demonstrada pela antítese entre o comportamento da mulher com ele e com o amante: Nunca a mulher lhe dera aquilo que prodigamente nesse momento, oferecia ao outro. Afinal, não era nenhuma doente, incapaz de ardências. Era uma criatura sensual, entregando-se com gosto e com cio, praticando perversões que eram agora o único meio de satisfazer o tédio e a saciedade do amante.

O jovem Cheong planeja uma vingança horrorosa, empestecendo o casal com a lepra. Para tanto, usa a força do dinheiro (op. cit., p. 118):

A-Fun apontou para ela e o jovem Cheong, mal acreditando ainda, aproximou-se, ficando a dez passos de distância.

– És leprosa? Não estás a enganar-me?

– Sou leprosa ... Não minto, Senhor.

Era como uma maçã exteriormente muito linda, mas toda podre por dentro. Obcecado com o seu plano, o jovem Cheong não teve tempo para piedade. Fez uma série de perguntas. Informou-se da família dela e soube que tinha irmãos, todos sãos e muito pobres.

– Ouvi tudo. Educá-los-ei, dar-lhes-ei emprego. Mas só com a condição de me prestares um serviço.

– Tudo farei para o futuro dos meus irmãos.

– Quanto tempo te resta?

– Alguns meses ... Menos que um ano.

Em voz fria e monocórdica, o jovem Cheong expôs o seu plano que a rapariga ouviu, sem a menor expressão no rosto. Quando terminou, extraiu do bolso um envelope que lançou à moça.

– Isto é a primeira prestação.

Assoava-se ruidosamente e escarrava por todos os lados, na crença popular e supersticiosa de que tais métodos purificavam o ar e a sua respiração.

– Como te chamas?

– Sok Lán.

– Juras ajudar-me?

– Juro ... Cumprirei à risca o que me disse.

Wong arruma uma nova amante e, sem nenhuma compaixão, leva-a para morar na mansão com ele e Pou In (op. cit., p. 118):

Dez dias depois, na estreia do novo auto de Wong, no teatro coalhado de espectadores, uma mulher de singular formosura, instalou-se na fileira mais dispendiosa da plateia. Não tirou os olhos do actor, como nas noites seguintes. Parecia fascinada. Wong saboreou a perspectiva duma nova conquista e empenhou-se neste sentido.

Algumas semanas decorridas, eram amantes. A moça que se afirmava viúva dum china-rico de S. Francisco da Califórnia. entontecera o leviano conquistador. Era uma mulher ideal, generosa e mãos-largas, que não o perseguia com ciúmeiras, satisfazia-lhe todos os caprichos e vícios e só queria estar colada a ele. Mas não se deixava escravizar pelo amor, misteriosa e invulnerável, ocultando renitentemente o passado. Por isso, era mais sedutora que todas as outras.

Ferozmente egoísta, Wong não repudiou Pou In. Na ausência do proprietário, governava a mansão, como se fosse o verdadeiro dono. Toda a criadagem antiga fora despedida, para ser substituída por gente nova, excepto A-Fun, que, no entanto, ao cair da noite, passava o portão para a rua, com medo do ar que ali se respirava. Até o dia seguinte, a casa ficava entregue ao Wong e à sua gentilha. Era um regabofe!

Entre os favores de duas amantes, nunca a existência do Wong correra melhor. Pou In descobriu a nova concubina. Fez cenas de ciúmes, mas o actor escarneceu. Perdera por ela todo o respeito e pudor. Era um facto consumado, quer ela gostasse ou não. Qualquer escândalo que houvesse, só ela é que ficaria atingida. Seguro da fama e das protecções, vangloriou-se:

– Um escândalo e o teu nome ficará no esterco. Tenho o meu prestígio assegurado. Nestas coisas, um homem nunca perde ...

Como o maior dos atrevimentos, levou a nova amante para a mansão e apresentou-a a Pou In. Acorrentada à sua servidão, submeteu-se à nova provação. Compreendeu toda a baixeza da sua condição, mas não atinava já com o caminho que devia prosseguir.

Após meses de convívio e certo de que Wong já tinha contraído a lepra e a tinha transmitido para Pou In, o jovem Cheong revela a horrível verdade ao casal (op. cit., p. 118):

Uma noite, em que os amantes se achavam nus, e deitados, lado a lado, o jovem Cheong rompeu pelo quarto adentro. O actor lívido saltou da cama, vestiu instintivamente as calças e ficou encostado à parede, arfando, enquanto Pou In se cobria, o semblante distorcido de medo.

O jovem Cheong mediu os dois, chispando de ódio, no meio dum

silêncio mortal. Nunca se pareceu tanto com o pai, como naquele momento. Pausadamente, falou para o actor:

– Lembras-te de Sok Lán? ... dessa tua amante? Ela sumiu-se da tua vida, não foi? Pois bem ... sabes porquê?

Teve um sorriso mau e disse:

– Porque era leprosa ... Passou-te a doença. Fui eu quem lhe pagou para te transmitir a doença. Estás podre ... podre por dentro.

4- O CAMINHO DO ORIENTE

O romance *O Caminho do Oriente*, de Jaime do Inso, seria melhor definido como um relato de viagem, um apanhado de descrições e reflexões, com uma dupla de protagonistas, Rodolfo Moreira e Frazão Antunes.

Nele, o Autor tece um paralelo entre a viagem destes personagens a caminho do Oriente no século XX com as grandes navegações portuguesas, em direção ao Oriente, na busca do caminho marítimo para as Índias.

Tanto é assim que o primeiro capítulo, O Oriente, não se encaixa na história, sendo apenas uma reflexão sobre a presença portuguesa no Oriente (cf. O Caminho do Oriente, p. 15-16):

O Oriente!

Haverá nome que melhor tenha soado aos ouvidos dos portugueses?

Não há, e com razão.

É que o Oriente é aquele mundo onde qualquer coisa de novo, de misterioso e de subtil empresta uma nova feição à vida e às coisas.

O Oriente é aquela terra tentadora e voluptuosa para o europeu, cheia de ilusões e desilusões, de gozos e perigos onde, num labutar constante, numa vida exaustiva de trabalhos, de quando em quando encontra a tortura e a morte: a tortura do espírito, a agonia da personalidade!

O Oriente, sonho antigo de Portugal, fator de nossa grandeza e decadência, visão incompreendida do grande Infante, é o rasto da epopeia lusitana que outros depois trilharam numa ascese de opulência e de riqueza.

O Oriente que nos chamava, criando o motivo das estrofes d'Os Lusíadas, fará perdurar na memória dos homens a fama e o eco da gente lusitana.

O Oriente, que tanto foi para nós, que nos deu nome, enriqueceu e que ainda se mantém aliado à nossa tradição, o Oriente um dia, por um fatalismo histórico cujas causas não me proponho a investigar, o Oriente como que desapareceu de nós, ante outra fascinação: a do Continente Negro!

Foi bom este divórcio do Oriente? (. . .)

E porque tenho fé na esperança do ressurgimento de nossa Pátria a que andam tão intimamente ligados o prestígio e a riqueza das nossas colônias, é que tenho prestado gostosamente e presto o meu modesto concurso para o complexo problema do nosso regresso ao Oriente, não com soluções concretas que demandam a conjugação de muitas vontades e competências, mas penas com a propaganda indispensável daquela outra metade do mundo onde ainda conservamos, como herança, uma jóia antiga que se chama Macau!

Assim como os portugueses do século XV, Rodolfo e Frazão partem para o Oriente em busca do dinheiro, no caso para salvar sua firma, Moreira & Antunes Ltda., de séria crise financeira. Chegando à Itália, Rodolfo conhece Tininha e surge um interesse afetivo de parte a parte (op. cit., p. 31):

Rodolfo estava absorto na contemplação do realíssimo quadro que se desenhava ante seus olhos, preso daquela quietação luminosa e bela da costa da Itália, quando foi distraído pelo choque de um bambino que lhe caiu aos pés.

Desviou a cabeça e cruzaram-se dois olhares: uns olhos verdes e claros reflectiam, como estranhos espelhos, toda a música luminosa, espalhada naquela paisagem italiana...

Tininha sorriu, num misto de alegria e ternura, e afastou-se com o bambino nos braços.

Mais tarde, no entanto, a paixão que Rodolfo passa a sentir pela China começa a despertar seu interesse pelas mulheres orientais, primeiro por Miss Ilda Tchín, uma half-cast, uma mestiça de ascendência inglesa, de Hong Kong (op. cit., p. 142-143):

Era uma half-cast que mostrava o mais puro tipo de beleza do cruzamento inglês na China, onde as raças nórdicas, neste ponto, nos levam a palma.

De cabaia de seda amarela, gola alta, revestida de arminho, brilhantes. Ouro e jade a luzirem-lhe nos cabelos, a tez branca, muito branca e levemente rosada, tinha nos olhos rasgados um leve fio dos celestes que só aumentava a graça preciosa daquela flor mestiça do Oriente.

Rodolfo quedou-se em muda contemplação da half-cast mimosa até que ela desapareceu, e quase foi preciso Frazão despertá-lo para que cumprisse convenientemente com os rigores do protocolo. (. . .)

Dali a pouco, Rodolfo dançava com miss Tchín e Pepita, pelo braço de Frazão, descia ao jardim, deixando um rasto de sândalo, o perfume que usava nos cabelos.

Tempos depois, em Macau, Rodolfo apaixonou-se à primeira vista por A-Mi, que conhece num templo (op. cit., p. 167-169):

Rodolfo sentia-se preso naquele recinto onde ficou só, contemplando os enigmáticos caracteres que pareciam dançar em frente da imagem, quando sentiu que alguém se aproximava.

Voltou-se. Hesitante, à porta, e sem se atrever a entrar ante a presença de um europeu – como que profanando aquele lugar – detinha-se uma rapariga, formosa e miudinha, de feições correctas e os lábios vermelhos. (. . .)

A partir daquele dia, A-Mi aparecia-lhe continuamente, num fundo de desenhos obscuros que figurava o pagode.

E andava preso daquela obsessão, como que aguilhoado por uma loucura – procurar, ter, descobrir A-Mi.

Rodolfo consegue, pagando uma boa soma, desfazer o contrato de casamento de A-Mi e vai morar com ela, no que parece um final feliz (op. cit., p. 173):

Desviar uma pi-Pa-T'chai apalavrada de um china rico de Cantão não era coisa fácil.

Mas não se deteve e foi logo ter com a sua conhecida Lam-Chui, da rua da felicidade, que era perita em assuntos desta ordem.

Dizia depois A-Hiu:

– Muito custoso desfazê contrato! Dá muito trabalho, mas p'ra sr. Douro, trabalhá bem fêto!

E trabalhou, o que lhe valeu uma boa gorjeta, não se tendo Segismundo se enganado muito no cálculo das patacas que Rodolfo teve de dispende.

É preciso notar-se que estamos na China onde estes contratos são moeda corrente, se bem que a eles se oponham as nossas leis.

Se, porém, nos lembrarmos que é um costume enraizado nos chineses, de há muito, venderem até os filhos e que nós, numericamente, representamos tanto na China como uma gota de água no oceano, ver-se-á como aquelas transações possam realizar-se com relativa facilidade.

Infelizmente, A-Mi morre num dos tufões tão comuns na China. Rodolfo fica inconsolável e adoce gravemente, sendo salvo pelo carinho e desvelo de Ritinha. Depois de curado, Rodolfo casa com Ritinha e o “romance” acaba.

5- CONCLUSÃO

Embora possa parecer muito específico e passadista, o estudo da literatura macaense de língua portuguesa incita reflexões bastante úteis sobre a natureza do colonialismo português no Oriente e sobre a realidade da vida em Macau tanto ontem quanto hoje, além de ser uma literatura digna de ser lida pelo seu valor intrínseco, como demonstrado pelas obras estudadas.

Por uma questão de respeito aos ilustres autores abordados, além de dar um sabor de autenticidade, mantivemos a grafia original das palavras nas citações, bem como algumas expressões chinesas.

6- BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Henrique de Senna. *Mong-Há*. Macau: Instituto de Cultura de Macau, 1998. 275 p.

_____. *Nam Van*. Macau: Instituto de Cultura de Macau, 1997. 148 p.

GARCIA, Afrânio da Silva. *Estudos universitários em semântica* (2ª edição rev. e atual.). Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2011, 154 p.

INSO, Jaime do. *O caminho do Oriente*. Macau: Instituto de Cultura de Macau, 1996. 212 p.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. 259 p.

DESVIOS E ANACRONISMOS NO SIMBOLISMO POÉTICO

Amós Coêlho da Silva¹

RESUMO

Os fragmentos intertextuais da linguagem se transformando em discurso literário. Dada as escolhas arbitrárias do fundador do texto, teremos daqui e dali, isto é, um recorte fixado num subsistema, mas passando a uma significação plural, Comparação de fragmentos com a mesma temática em poetas diferentes.

Palavras-chave: simbolismo de fragmentação da linguagem; alegoria; etimologia.

DEVIATIONS AND ANACHRONISMS IN POETIC SYMBOLISM SUMMARY

The intertextual fragments of language becoming literary discourse. Given the arbitrary choices made by the founder of the text, we will have from here and there, that is, a cut fixed in a subsystem, but passing to a plural meaning, Comparison of fragments with the same theme in different poets.

Keywords: symbolism of language fragmentation; allegory; etymology.

Há uma estrada bem longa percorrida para se alcançar o que hoje em dia é vigente para a psicologia, a etnografia, a antropologia e a história. Os pesquisadores conseguiram reunir elementos para assegurarem uma revelação do que é o Homem em relação à descoberta do ‘kosmos’, “a ordem bela”, como, outrora, a denominariam os gregos. Sair da escuridão para a visibilidade da luz...

Num primeiro momento de representação do real, temos a figuração de contemplar e considerar as leis eternas da ordem cósmica, seria o quid, o

1- Possui mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atuou como professor titular na Universidade Gama Filho até 2006. Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o vínculo de Professor Voluntário. Um dos projetos atuais de pesquisa é INSCRIÇÕES VERNACULARES E LITERÁRIAS DA TRADIÇÃO CLÁSSICA NA CONTEMPORANEIDADE, atua na Pós-Graduação em Letras Stricto Sensu e Lato Sensu, do Instituto de Letras, da UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é o atual Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

<http://lattes.cnpq.br/5108687360273549>

<https://orcid.org/0000-0003-0685-6259>

quê?, o busílis... Por contemplar, do latim *contemplare* por *contemplari* – a diferença aqui é o verbo depoente, a forma *contemplari*, em latim mais antigo, denotava a voz médio passiva, que em português significa o sujeito praticar e sofrer a ação verbal ao mesmo tempo; era no latim mais arcaico semelhante a construções pronominais portuguesas, como eu me feri. Ou seja, os áugures dependiam da direção do voo das aves como manifestação divina; e assim, colhiam no templo um augúrio.

Note-se, pois, a situação de dependência dos deuses. Há uma sua ação respeitosa de acatamento disso. Uma outra com “considerar”, conforme também Nascentes 1932, observa os astros (“sidus”) para deles recolher uma orientação. Assim, Marco Túlio Cícero (106 – 43 a.C.) já emprega a expressão *sidera natalicia* (*De Div.* 2, 43, 91), astros que presidem aos (nossos) nascimentos... De modo que mais tarde ficará camuflada de sua expressão original tal significação e passaremos ao racional, de nossos dias, com a simplificação do significado em tão somente “observar” em ambos os termos. Aqui, tomando dois exemplos como emblemáticos da natureza do homem, desde outrora criando formas simbólicas da linguagem.

Insistamos, portanto, neste início original: o de representar o mundo pela via de linguagem simbólica, como traço singular do Homem. No reino animal, por exemplo uma jovem ovelhinha que em si detém o cheiro da mãe, pesquisa solitária num pasto este seu cheiro para localizar sua mãe que se afastou momentaneamente. No dizer de Cassirer:

O homem, por assim dizer, descobriu um novo método de adaptar-se ao meio. Entre o sistema receptor e o sistema de reação, que encontram em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como “sistema simbólico”. (CASSIRER, 1977: 49)

Com base em estudos de laboratórios, cita Cassirer as reações de animais como o cão em relação ao seu dono, quando observa até mesmo expressões faciais do dono, seu amo. Sintetiza como reações a sinais, exatamente como testou Pavlov com suas sinetas em experiências. O sistema canino fica restrito a um pequeno número de reações, que se reduzem ao sinal. O símbolo tem outro valor; é funcional. Nas páginas 62 em diante, tomou como exemplo a história de Laurence Bridgman e Helen Keller, duas crianças cegas e surdas-mudas, que, por meio métodos, especiais aprenderam a falar. (p. 63) Portanto, passou da aprendizagem de um alfabeto manual, via tátil, depois por repetições amplas fundamentadas na associação, daí a um novo descobrimento: um sistema de nomes com função simbólica. Foi essa função simbólica que deu luz e horizonte a Hellen Keller. (*Apud* CASSIRER: *Helen Keller, The Story of My Life*)

Tomando o espaço e o tempo como basilares na contenção do “real”, cite-se, então, como “memória simbólica” a obra de Santo Agostinho, *Confissões*, onde a ação que se desenrola é “o drama religioso da humanidade”. (p. 91) Aí, lemos sua conversão pessoal, mas como “reflexo do processo religioso universal – a queda e a redenção do homem.” (p. 91) Quer dizer, por trás da sua história pessoal está contida “a linguagem simbólica da fé cristã.” (p. 91)

Como espectadores de nossas vidas, a noção de tempo e lugar é simbólica; tem cunho afetivo. Vivemos muito mais função do futuro, cheio de dúvidas e esperanças, do que em função do nosso passado, que é dado: está realizado; em relação ao presente quase não prestamos atenção. O poeta Horácio (65 – 8 a.C.) explora em sua poesia exatamente a linguagem simbólica do Homem. Por isso, seus versos não têm a data do calendário que ele viveu, século I a.C. Pois, quando recomenda “Não pergunte o que haverá amanhã, Quid sit futurum cras, fuge quaerere” (Odes I, 9,33) e é taxativo no *Carpe diem, Aproveita o dia (de hoje)*. (Odes, I, 11-8) Trata-se de um conselho também que nos toca, neste século XXI. Tanto que seu “Carpe diem” virou tema no filme *Sociedade dos Poetas Mortos*, e dos Estados Unidos, com sessenta e dois óscares, ganhou o mundo em múltiplos outros países. Isso mesmo ganhou um alto tom a obra de Thomas More, *Utopia*. Nela não se retrata um mundo que existiria, mas carente de um mundo ético, que não é dado, mas está em processo de conquista. O tempo e lugar tem valores simbólicos.

Para Cassirer, “Linguagem e mito são parentes próximos”. (p.175) Isso deve ao seu ponto de vista quando entende a natureza da linguagem como metafórica. De fato, a metáfora que compõe a formação mais plena do dicionário.

Dentre as múltiplas leituras recorridas por Othon M. Garcia, encontramos o triângulo de Ogden e Richards abaixo:

Ver gráfico ilustrativo na página ?

Os exemplos comentados por Ogden e Richards nos permitem afirmar que, devido à fluidez do significado das palavras – ou seja – do “referente”, há múltiplas interpretações para um mesmo texto. Assim, seguindo os passos de Umberto Eco em *Obra Aberta*, vamos admitir “símbolo” como signo da língua verbal, na palavra “cão” (ECO, 1971: 111). Há neste termo uma relação sem motivo e não natural com aquilo que este indica, ou seja, o cão propriamente dito (Idem, 112). Em outro idioma, teríamos à esquerda do triângulo outro segmento fônico e nem por isso haveria mudança na relação com o “referente”. No entanto, se alterarmos a referência, teremos novidade, porque é a mediação entre o “símbolo” e o “referente” é dada pela “referência”. Isso é o que uns chamam de conceito, outros, de imagem mental e até a condição de uso do

“símbolo”. Há uma estreita relação entre “símbolo” e “cão”. Ao se tentar dizer “cão”, não se pode dispor de outro recurso para se exprimir que não seja o “símbolo”. Ao se ouvir “cão”, devido à referência, se pensará no “símbolo” “cão”. Mas há “símbolo” sem referente, como é o caso do unicórnio (Idem: 112). A semiologia é o estudo do lado esquerdo triângulo de Ogden e Richards (Idem: 113). Aí residem numerosos fenômenos de significação (Idem: 113).

Quando Othon M. Garcia interpreta na leitura de Ogden & Richards que as palavras por si mesmas nada significam, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente – ainda se refere àquele fato afirmado também por Umberto Eco sobre a mediação da referência entre o “símbolo” e o “referente”. Ora, conforme o estudioso italiano, se for usada uma estratégia simples num âmbito de comunicação, como, por exemplo, apenas apontar o objeto sem construção de texto mais elaborado, talvez se pudesse sair desse emaranhado. Assim, se apontaria para uma “vaca” e estaria resolvida qualquer dificuldade de sentido da mensagem? Em primeiro lugar, tomemos “sentido” como diferente de “significado”. Qual é o “significado” de “vaca”? É um animal dotado dos seguintes semas: vertebrado, mamífero, quadrúpede, doméstico, fêmea etc. Porém, se a referência viesse de um hindu, e não de uma referência de um ponto qualquer do globo terrestre, ocorreria uma significação totalmente diferente a partir de um sema religioso: para eles, a “vaca” é elemento do sagrado. Ou seja, “referência” corresponde a uma outra cultura. Aí alcançamos o “sentido”.

A mesma coisa se pode exemplificar com a palavra “senhora”. Em Joaquim Manoel de Macedo, *A Moreninha*, “senhora” apresenta semas bem diferentes de Aluísio Azevedo em *O Cortiço*. Com diferenças evidentes de época, em *A Moreninha*, surpreendemos o fato de uma menina de quinze anos ser tratada por senhora, como elemento a ser interpretado, já que uma possibilidade de leitura, no vasto sistema, ou seja, no mundo, seria a de uma repressão sexual por trás dessa cerimônia social. Em Aluísio Azevedo, o termo “senhora” é enriquecido com um diminutivo e afirma o Autor de *O Cortiço*: Chamavam-lhe Pombinha. Quer dizer, a comunidade do cortiço a batizou com este “símbolo”. Por iteratividade, o mesmo acontece com a filha do Jerônimo: Crismaram-na logo com o cognome de “Senhorinha”. (p. 131, capítulo 19) O próprio Autor nos auxilia na leitura, quando afirma que, naqueles moradores antigos - como ocorrera com a Pombinha - havia uma necessidade moral de eleger para mimoso da sua ternura um entezinho delicado e superior, a que eles privilegiavam respeitosamente, como súditos a um príncipe. (ibidem) A afetividade da comunidade está expressa no sufixo -inho e o elemento simbólico de contemplação / sacralização no nome pomba, que, na tradição

judaico-cristã, representa o Espírito Santo, ou seja, a pureza e simplicidade, uma mensagem de paz, harmonia, esperança e felicidade. O que dizer, então, de “senhora”? É claro que é a Nossa Senhora, a mãe de Jesus. Tudo isso forma implícitos (repetição de diminutivos, da sacralidade do nome etc.) que devem ser orientados na leitura de um discurso literário.

Na questão da “Polissemia e contexto”, considerando a linguagem, seja na comunicação oral ou escrita, mímica ou semafórica, como um sistema de símbolos, nascido de um pacto social e proveniente de histórica convivência que amadurecerá o valor do símbolo à medida que o grupo social aprovar e aceitar um “valor lingüístico” (SAUSSURE: 157) Para um dado sentido, *La coletivité est nécessaire pour établir des valeurs dont l'unique raison d'être est dans l'usage et le consentement général: l'individu à lui seul incapable d'en fixer aucune, a coletividade é necessária para que se estabeleça os valores dos quais a única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar nele qualquer valor que seja.*

Em edições antigas, liam-se mais considerações sobre os dois exemplos de Othon M. Garcia a respeito de linha e ponto retirados do Dicionário de Laudelino Freire. O Autor de Comunicação em Prosa Moderna afirmou naquelas edições que as palavras linha e ponto teria, respectivamente, 165 e 117 sentidos. A do ano 2002 se restringe a dizer cerca de cem acepções. Inclusive, é interessante refletirmos quais seriam aqueles sentidos?

Uma outra citação é a de Karl Bühler a respeito das funções primordiais da língua. Assim, para expressar o mundo biossocial, temos na tradução do Mattoso Câmara², a função “representativa”, sempre que usarmos a língua em sua capacidade de fazer um recorte do mundo exterior. Se a finalidade for exprimir sentimentos, exploraremos a função de “exteriorização psíquica”. Na tradução de Roman Jakobson para a língua portuguesa, se fala em função “emotiva”, que parece termo mais simples e eficaz. Ao contrário da tradução que foi feita de Roman Jakobson para o português, quanto à finalidade persuasiva de língua, ou seja, “conativa”, o termo “apelo” – com esta expressão “apelo” está em Comunicação em prosa Moderna - ou “atuação social” e que foram palavras indicados por Mattoso Câmara, e nos parecem mais precisas.

Propõe-se uma leitura sobre denotação e conotação e nota-se nas entrelinhas atualidade bibliográfica do Autor. Cita expressamente Umberto Eco, *A estrutura ausente*. Comenta a palavra “cão” com seus múltiplos semas: animal doméstico, mamífero, quadrúpede, canino – assertiva semântica introduzida por Greimas.

2- Othon M. Garcia, neste passo, não cita expressamente Mattoso Câmara, mas está em sua bibliografia.

Sobre a importância da metáfora é preciso completar que ela não é conotação quando se trata de um eixo formador de polissemia. Voltemos à palavra “linha”. A “linha de mira” é de sentido denotativo e nessas metáforas consagradas (O telefone deu “linha”, perder a “linha”, “linha” melódica...); ainda temos denotação e a metáfora é um recurso de formação do abstrato.

De modo que posso construir uma arte qualquer com desvios e anacronismos. Como faremos adiante. Assim, a arte é a mentira que nos leva a verdade, conforme Pablo Picasso (1881 – 1970), *El arte es una mentira que nos hace darnos cuenta de la verdad.*

Desvios e Anacronismos

Deslocamento fóbico se dá por função defensiva perante uma censura. A condensação fóbica se dá por associações temáticas em diferentes sonhos; seu sintoma pode ser por lapsos de memória, esquecimento de palavras... O estudo de Roman Jakobson (1896 - 1982) relacionou dados do inconsciente da descrição de Freud com os processos retóricos da metáfora e metonímia. Jacques Lacan (1901 – 1981) retomou a pesquisa, desenvolveu e a assimilou assim: o deslocamento à metonímia e a condensação à metáfora. (Vocabulário de Psicanálise: Deslocamento)

Uma das dicotomias de Ferdinand de Saussure (1857 -1913) foi a relação sintagmática se realizando por presença (*in praesentia*) e uma outra de valor paradigmático se concretizando por ausência (*in absentia*)

Recorrendo a dicionários não especializados, ou seja, não específicos de literatura, temos:

No Caldas Aulete Digital: **3.** Erro cronológico que consiste em relacionar certa data com fatos, pensamentos, costumes etc. que não lhe correspondem.

No Houaiss Eletrônico: **1.** erro de cronologia que ger. consiste em atribuir a uma época ou a um personagem ideias e sentimentos que são de outra época, ou em representar, nas obras de arte, costumes e objetos de uma época a que não pertencem

No Dicionário de Termos Literários, Massaud Moisés: ANACRONISMO: Grego ‘anakhronismós’, inversão de ordem do tempo; ‘aná’ (inversão), ‘khrónos’ (tempo) Indicação falha de pessoas, situações, acontecimentos, cena, objetos etc. “O anacronismo tende a ocorrer em teatro e prosa de ficção de caráter histórico, e via de regra constitui pormenor irrelevante, que não compromete a estrutura* e o sentido das obras.” (ANACRONISMO)

Expusemos os conceitos lexicográfico para registrar uma neurose frente ao real. Passemos então à linguagem simbólica se contrapondo a esses reducionismos que se possa registrar na interlocução entre leitor e textos literários.

O Prof. Leodegário A. de Azevedo Filho comenta sobre o termo “maminha” em um soneto de Camões. No soneto de Luís Vaz de Camões, o primeiro verso “Alma minha gentil que te partiste...” houve crítico(s) que considerara(m) a expressão “”alma minha” um cacófato. Como, se a datação do termo “maminha” é de 1789 e Camões jamais desconfiaria de sua existência?

Na *Eneida* de Vergílio (70 - 19 a.C.), há em uma das aventuras de Eneias um deslocamento de data, mas que deve ser lido como uma alegoria. O Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem a entende do seguinte modo, citando Northrop Frye: “Em literatura, os problemas de veracidade e de realidade são secundários relativamente ao objetivo privilegiado, que é constituir um conjunto verbal autônomo e o valor dos símbolos depende de sua importância numa estrutura de motivos interdependentes.” Para este crítico há dois tipos de significação: uma centrífuga e se volta para fora; outra centrípeta e se volta para dentro. A poesia se caracteriza pela leitura “centrípeta”: a circulação de significação se conjuga de modo autônomo, mas plurissignificativa; na poesia, pois, temos um signo linguístico polivalente. Desse modo, acentua-se no poema o sentido, “em detrimento da referência.” (ALEGORIA)

Assim, o encontro com rainha Dido, cuja etimologia talvez seja o termo fenício ‘didhó’ (amor dele). Ela também tinha o nome de Elissa, conforme se lê na *En.* 4, 335. Conforme comentários críticos, na História Dido e Eneias estão separados por séculos, mas o Poeta as entrelaçou literariamente e são, dessa maneira, símbolos da rivalidade bélica entre Roma e Cartago, cuja ação militar de oposição a Roma foi tal que o senador Catão não se cansou de alertar ao Senado com a frase *Delenda Carthago, Cartago deve ser destruída*. Conseguiu o seu intento. Cartago foi destruída e Roma pôde registrar na História: “mare nostrum”, o que quer significar que o Mediterrâneo é para os romanos.

Numa passagem inicial da paixão de Dido por Eneias, ela, depois de oferecer hospitalidade a ele, ouve do ingrato que “Ego te, quae plurima fando / enumerare vales, nunquam, regina, negabo / promeritam, nec me meminisse pegebit Elissae, (...) Eu, rainha, jamais negarei os benefícios de ti recebidos, que podes divulgar como inúmeros, ser-me-á grato recordar de Elissa (...)” (*En.* 4, 333-336) E tenta convencê-la da imperiosa ordem de Apolo para que cumprisse os desígnios estabelecidos por Júpiter. E na passagem, *En.* 4,347:

“hic amor, haec pátria est (Itália) – este é o meu amor, esta a minha pátria.”

Já em Ovídio o amor tem outro prisma nas *Heróides* 7,29,-32:

ille quidem male gratus et ad mea munera surdus
 et quo, si non sim stulta, carere velim.
 non tamen Aenean, quamvis male cogitat, odi,
 sed queror infidum quæstaque peius amo.

Ele, na verdade, é ingrato, insensível às minhas liberalidades

Ele que eu gostaria de esquecer, se não fosse loucura.

Apesar, entretanto, da infidelidade de Eneias, eu não o odeio;

Mas lamento o infiel e, lamentando-o, amo-o ainda mais.

O tema Fedra: A segunda composição, *Hipólito Porta-Coroa*, é a declaração de amor da rainha manifestada através de uma escrava. *Foi um sucesso.* (Idem, *ibidem*) E Aristófanes *deve ter ficado radiante. Afinal, o amor de uma mulher só podia mesmo ser declarado pelos lábios de uma escrava!* (Idem, 42)

Existe uma predileção de Ovídio pelas lendas trabalhadas pelo tragediógrafo Eurípides. (SILVA, 2008: 28) Talvez isso se deva ao fato de Ovídio assumir, de certa forma, um posicionamento semelhante ao de Eurípides: não ser ortodoxo de alguns princípios ideológicos vigentes, no sentido de percepções sensoriais tomadas ao mundo externo e condicionadas, numa dada época. Do mesmo modo como Eurípides sofreu críticas severas de Aristófanes, Ovídio não conseguiu se adaptar muito bem ao ideal do imperador Augusto César, sendo, por isso, exilado; nunca obteve o perdão político e morreu no exílio.

Outro ponto afim entre os dois grandes poetas: a preferência do tema. Note a presença da mulher em algumas de suas obras: *Medéia* (uma tragédia perdida na noite dos tempos), *Os Remédios do Amor*, *Os Remédios para Embelezar o Rosto*, *Os Amores*, *A Arte de Amar* e *As Heróides*, versos em dísticos elegíacos ou pentâmetro datílico.

As Heróides de Ovídio são monólogos de amor. Monólogos, porque as heroínas apaixonadas (uma personagem histórica: Safo, a carta de número 15) escreve aos seus amados, que nunca lerão tais mensagens, a não ser três cartas respondidas: a de Paris, 16; a de Leandro, 18 e a de Acôncio, 20, que alguns as julgam espúrias (HARVEY, 1987: 271).

Os mitos significam uma função da psique e uma analogia da vida psíquica dos homens. Tomemos a divisão psicanalítica em *id*, energias primitivas, ou mesmo trogloditas, *superego*, um sistema de interdições –

como escola, hierarquia no trabalho e relações sociais em geral, e *ego*, um meio termo entre o desejo e as exigências das relações sociais. Assim, leremos o simbolismo de Fedra, filha de Pasifae e Minos, rei de Creta, a segunda união de Teseu, como alegoria das nossas fantasias sexuais.

Outro ponto importante: o que nós sabemos do mito grego foi construído poeticamente. Quer dizer, há em cada poeta um pouco do mito e essas versões é que, propriamente, dão fôlego ao mito, que, ao se transformar num relato com princípio, meio e fim, tornar-se-á *otiosus, inativo e neutro*. Assim, lê-se em Ovídio um relato sobre Narciso, que *poderia viver muito, se não se visse (no espelho das águas), si non se viderit (Metamorfose, 3, 339)* Para o historiador e geógrafo Pausânias (séc. II d.C.), a paixão de Narciso fora uma sua irmã gêmea, que o deixou inconsolável quando faleceu; por isso, ao invés de se ver no espelho da água, via, debruçado sobre o mesmo espelho d'água, a imagem de sua irmã. Sigmund Freud, em 1910, conceituou o narcisismo, como amor excessivo a si mesmo, nos parece provável que ele apreciou bastante a composição do discurso poético de Ovídio.

Retomando a tese da Profa. Márcia Ambos (*Ovídio e Eurípides utilizam como tema a paixão e a mulher*.(p.40) Examinemos uma breve passagem dos 176 versos ovidianos.

IV. Phaedra Hippolyto

Ter tecum conata loqui ter inutilis haesit
 lingua, ter in primo restitit ore sonus.
 qua licet et sequitur, pudor est miscendus amori;
 dicere quae puduit, scribere iussit amor. (10)

quidquid Amor iussit, non est contemnere tutum;
 regnat et in dominos ius habet ille deos.
 ille mihi primo dubitanti scribere dixit:
 ‘scribe! dabit victas ferreus ille manus.’
 adsit et, ut nostras avido foveat igne medullas, (15)

figat sic animos in mea vota tuos!
 Non ego nequitia socialia foedera rumpam;
 fama—velim quaeras—crimine nostra vacat.
 venit amor gravius, quo serius—urimur intus;
 urimur, et caecum pectora vulnus habent. (20)

(...)

Flecte, ferox, animos! (165)

verba precantis (175)

qui legis, et lacrimas finge videre meas!

Por três vezes tentei falar contigo, por três vezes a língua,
 Inútil, paralisou; três vezes os sons vocais sumiram ao abrir a boca.
 É lícito em minha língua, mas se segue que o pudor se misturou ao amor;
 O que me envergonhou dizer, o amor ordenou escrever. 10
 Tudo o que o Amor ordena, não seguro desprezar;
 Ele reina e tem poder entre os deuses soberanos.
 No início, ele me disse quando hesitava em escrever:
 ‘Escreva! Ele, que era insensível, estenderá as mãos vencidas.’
 Que ele me assista, do mesmo modo como fomenta o meu âmagô com fogo
 abrasador,
 Prenda assim todo seu espírito em meus desejos.
 Não romperei com indolência os laços da nossa união;
 Nossa fama – desejaria que verificasses - está sem crime (para qualquer um).
 Quanto mais demoras, mais inflamo-me de amor.

(...)

Abrande o teu coração, ó cruel! (165)

Tu que lês (175)

Estas palavras suplicantes, finge estares vendo as minhas lágrimas.

Sobre menosprezar as determinações de Eros (Cupido, em latim), conta-se que Apolo, *o Senhor Arqueiro, o toxóforo*, como o chama Homero na *Iliada*, zombou das flechas de Eros, o deus do amor retirou de sua aljava justamente a flecha que inspira aversão e, para se vingar de Apolo, feriu uma preferida deste, o coração de Dafne, que lhe repudiou o assédio do majestoso deus, que, em poder, só havia acima dele Zeus, o seu pai. Por isso, sublinha com isso o argumento de Fedra no verso 11. Possuída por Eros, que é a *complexio oppositorum, a união dos contrários*, foi impelida, pois, por uma pulsão existencial, atualizadora das virtualidades do ser. Com Eros não há antagonismos, se ocorrer a *coincidentia contrariorum*, a ligação entre dois seres há de atualizar suas virtualidades. Trata-se, portanto, de uma reintegração do universo.

O Poeta de Sulmona apresenta uma interessante argumentação no discurso de Fedra, quando ela toma Júpiter em sua defesa:

Iuppiter esse pium statuit, quodcumque iuaret, (133)

et fas omne facit fratre marita soror.

Júpiter decretou que seria piedoso, tudo aquilo que agrada, (133)

E é justo irmã casar com o irmão.

Chevalier & Gheerbrandt (verbete: INCESTO) afirmam que o incesto é *a preservação do eu mais profundo. É uma forma de ‘autismo’*. Segundo a maior parte das mitologias, é encontrado nas relações entre os deuses, entre

os faraós e os reis, nas sociedades fechadas.

Considerações finais

A linguagem é essa massa multiforme que em cada língua detém uma faculdade opcional de simbolizar. Por isso, o arco-íris é tomado em múltiplos idiomas não muitas vezes como constituído de sete cores, como o é em língua portuguesa. Essa neurose, quer dizer, perturbação na configuração de um referente em idiomas particulares, que são formulados a partir de seus discursos particulares ou fala (*parole* em F. de Saussure), já se projeta como valor simbólico.

A interação social das abelhas exclui o ‘éthos’ carente do individualismo dos homens. As chamadas abelhas operárias atuam sem distinção entre elas. O poeta, porém, toma este trabalho no apiário como uma operação humana, pois as abelhas nunca reivindicam para si uma gratidão pelo benefício do resultado de seus trabalhos. Conta-se que o poeta Vergílio escreveu o dístico “*Sic vos non vobis nidificatis aves, assim vós, mas não para vós, fazeis os ninhos, ó aves*”; Segundo Donato (*Vidas de Vergílio*, 17):

“Certa vez Virgílio escreveu na porta do imperador Augusto um dístico elogioso sem assiná-lo. Tendo o poetrasto Batilo reivindicado a autoria daqueles dois versos, o imperador, lisonjeado. Cumulou-o de presentes e honrarias. Para desmascarar o mentiroso, Virgílio escreveu na porta, mais de uma vez sem assinatura, o hemistíquio *Sic vos no vobis*, quatro vezes, um debaixo do outro. Augusto pediu a Batilo que completasse o hemistíquio. Mas nem ele, nem outros poetas da corte o conseguiram. Foi quando Virgílio, encabeçando os quatro hemistíquios com este verso: “*Hos ego versiculos feci, tulit alter honores, fui eu que escrevi estes versos, outro ficou com as honrarias.*”, completou-os da seguinte maneira:

Sic vos non vobis nidificatis aves. Assim, vós, mas não para vós, fazeis os ninhos, ó aves.

Sic vos non vobis vellera fertis oves. Assim, vós, mas não para vós, fazeis as lãs, ó ovelhas.

Sic vos non vobis mellificatis apes. Assim, vós, não para vós, fabricais o mel, ó abelhas.

Sic vos non vobis fertis aratra boves. Assim, vós, mas não para vós, puxais o arado, ó bois.

Para os poetas, a combinação de fatos históricos podem ser uma opção para simbolizar de modo plural um discurso poético. Assim, Padre Vieira utilizou, poeticamente deslocado como intertextualidade, a expressão de Vergílio sobre as abelhas num sermão seu para evidenciar a exploração

escravocrata do operário pelos mandantes do trabalho; também as liberalidades femininas de Fedra ou de Dido, citadas no texto ovidiano e vergiliano. Todas essas são expressões universais e emblemáticas da organização social e da paixão feminina. Porém, muitas vezes só existentes num poema.

Referências bibliográficas

- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas- SP: Pontes, 1995.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. *Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e Religião Romana*. Petrópolis: Vozes. 1993.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.
- CASSIRER, Ernst. *Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem*. Tradução de Vicente F. de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire Étymologique de la Grecque - Histoire des Mots*. Paris: Klincksieck, 1999.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionário de Símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Tradução de Alice K. Miyashiro et alii. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente*. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Obra Aberta: Formas e Indeterminação nas Poéticas Contemporâneas*. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire Ethymologique de la Langue Latine: Histoire des Mots*. Paris, Klincksieck, 1985.
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire Illustré Latim Français*. Paris: Hachette, 1934.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em Prosa Moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de Psicanálise*. Tradução de Pedro Tamen. São Martins Fontes, 1988.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix,

1974.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Primeira e única edição.

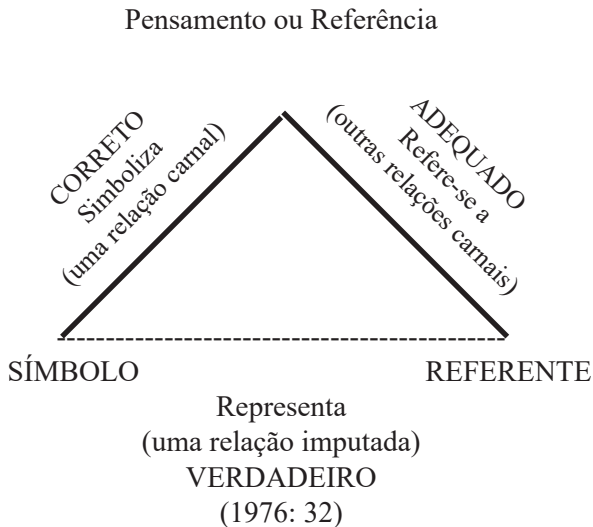
RECTOR, Mônica. *Para ler Greimas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SPALDING, T.O. *Pequeno Dicionário de Literatura latina*. S. Paulo: Cultrix, s/d.

TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Traduzido de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

Triângulo de Ogden e Richards.



ONTOLOGIA E MISTICISMO NA ESCRITA DE CLARICE LISPECTOR (NO ANO DO SEU CENTENÁRIO)

Luiza Lobo¹

RESUMO:

Este artigo propõe-se a discutir o uso, na obra de Clarice Lispector, da ontologia de Heidegger e o existencialismo de Sartre, numa visão esotérica e mística sobre a existência, aliados às técnicas literárias da epifania e do fluxo da consciência. Têm tal característica contos, romances, e mesmo as crônicas, publicadas desde a metade de 1967 até fim de 1973 na coluna de sábado do *Jornal do Brasil*. Elas foram reunidas postumamente por Paulo Gurgel Valente em *A descoberta do mundo* (1984). Por meio dessas duas técnicas literárias, a autora consegue construir uma literatura feminista pioneira, ao propor uma escrita que imerge no pensamento inconsciente e subjetivo de personagens femininas, e dessa forma se afirmar no cânone patriarcal vigente, em que autores masculinos em geral se baseiam no enredo de ação, com ponto de vista externo e valores machistas.

Palavras-chave: Clarice Lispector; Ontologia; Heidegger; Existencialismo – Sartre; misticismo; epifania; fluxo da consciência.

SUMMARY:

This article discusses the literary work by the Brazilian author Clarice Lispector and her use of Heidegger's ontology and Sartre's existentialism, in a frame of esoterism and mysticism. These are accompanied by the techniques of epiphany and stream of conscientiousness. She employs these resources not only in her novels, short stories, but also in the chronicles that Lispector published

1- Luiza Leite Bruno Lobo é professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi professora Sênior da Universidade de Massachusetts em Amherst (2014, com bolsa da Fulbright), pesquisadora e conferencista Sênior do Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford (2000), e da Universidade de Nantes (2001), professora Titular da Universidade de Poitiers (2009-2010), pesquisadora do Cerla da Maison de l'Homme (MSHS) desta Universidade, pesquisadora 1-B da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi leitora nas Universidades de Aarhus (Dinamarca, 2004-2006) e Nantes (2006-2008), em nível de graduação e pós-graduação. É membro das academias ABRASIL, Academia Brasileira de Filologia e membro-correspondente da Academia Maranhense de Letras, entre outras. Tem participado dos grupos de pesquisa NEIA, da UFMG, sobre literatura afro-brasileira, sobre épica, da Universidade de Bochum (Alemanha), e de feminismo, da Universidad Autónoma de Barcelona.

in her Saturday column on posthumously the newspaper *Jornal do Brasil*, from the middle of 1967 to the end of 1973. These were collected by her son Paulo Gurgel Valente in the volume *A descoberta do mundo* (The Discovery of the World, 1984). The use of epiphany and stream of consciousness made it possible for Lispector to focus on women's subjective thoughts and female characters as a means to include women's fiction in the present male cannon of literature, which is written by male authors who in general center on action plots, with an external point of view and patriarchal values.

Key-words: Clarice Lispector; Ontology – Heidegger; Existentialism – Sartre; Mysticism; Epiphany; Stream of consciousness..

Introdução

Não poderíamos deixar de comemorar, mesmo de forma modesta, o centenário de nascimento de uma das mais importantes escritoras da literatura mundial, Clarice Lispector (Chechelnyk, Ucrânia, 10 dez. 1920-Rio de Janeiro, 9 dez. 1977). Celebrada na França, através dos estudos psicanalíticos de Hélène Cixous, nos Estados Unidos e em países da América do Sul e Austrália, e até mesmo no Japão, sua obra contém, especialmente na sua primeira fase, um alento existencial e místico muito importante para nosso mundo conflituado. A meu ver, esta primeira fase, até o contrato com a editora Artenova, em 1973, que coincide com o fim do contrato como cronista do *Jornal do Brasil*, em 31 de dezembro daquele ano, é a mais significativa, por sua capacidade de alcançar o leitor em seu âmago, questionar o ser e o mundo, e isso numa perspectiva filosófica ontológica heideggeriana e existencialista, sartreana. Na segunda fase, a autora vê-se na contingência de traduzir muito e produzir em larga escala, por dificuldades financeiras. Alguns de seus escritos chegam, então, a aproximar-se da literatura de autoajuda, embora sempre possibilitem diversas camadas de leitura, profundidade e interpretação.

Exemplo disso é a publicação da sua mais famosa obra, no Brasil atual, *A hora da estrela* (1977), publicada pouco antes de Clarice falecer de câncer, época em que havia pouca esperança de cura para essa doença. Ao mesmo tempo em que emprega um enredo simples e linear, apelando para a magia, também antecipa o pós-moderno, na mistura de tons, entre o literário e a comunicação de massa, paralelamente à desconstrução dos gêneros e estilos literários tradicionais. Ao longo da novela, a autora adota, como pastiche, a linguagem da comunicação de massa, com seu sentimentalismo típico e dramaticidade exagerada, ao tratar de Macabea. Ela cria, inclusive, uma intertextualidade com a profecia existente no enredo de “A Cartomante”, de Machado de Assis, e estabelece um diálogo com os narradores do autor, ao

confundir autor, narrador, e a própria voz de autora na narração. Só que aqui Clarice alterna a voz masculina, fria, distante, repressiva, do narrador, com a voz feminina, pessoal, da autora, desconstruindo a noção de gênero.

Nas suas últimas décadas de vida, Clarice escreveu um número crescente de textos de gênero indefinido, num tom que variava entre o conto, a crônica, o diário, o relato ou o depoimento pessoal. Mesmo neles, ela se mostrou uma pioneira da atual linguagem dos *blogs* e redes sociais, embora, dessa forma, se afastasse da linguagem mais profunda e filosófica do início da sua carreira.

Clarice chega a Maceió com a família aos dois anos, em 1922, e já em 1925 o pai, Pedro, se muda com todos para o Recife, onde ela estuda pouco menos de um ano no colégio Hebraico-Idish-Brasileiro, em 21 de setembro de 1930 – data em que perde a mãe, que sofria de uma doença paralisante. Já no ano seguinte entra para o ginásio Pernambucano. Em 1935 mudam-se Pedro, Clarice e as duas irmãs para o Rio. Em 1941, ela perde o pai, numa cirurgia, e, após se formar em Direito, em 1944, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, casa-se com seu colega de classe, o diplomata Maury Gurgel Valente.

O casamento, em 1943, não apenas propicia a Clarice a finalmente obter a nacionalidade brasileira, pois até então continuava russa, como também a oportunidade de se dedicar, por prazer, ao estudo da filosofia e à escrita da literatura, nos 14 anos em que viveu no exterior. Após um ano em Belém, em 1943, o casal vive em Roma, Berna, cidades inglesas e Washington. Durante todo esse período, Clarice contou com a ajuda dos amigos Rubem Braga e Fernando Sabino, donos da editora Sabiá, que publicaram seus livros ou fizeram contatos com revistas para os textos dela.

Em 1959, Clarice desejou retornar ao Brasil, para conviver com sua língua materna. Instalou-se com os dois filhos no bairro do Leme, no Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, viu-se constrangida a crescentes trabalhos, por dificuldades financeiras que a obrigaram a publicar entrevistas, contos avulsos, manter colunas em jornais e revistas sob pseudônimos e sobre diferentes assuntos e sob diversos pseudônimos, e fazer muitas traduções, inclusive de peças teatrais, principalmente na década de 1970.

As crônicas de Clarice Lispector, publicadas na coluna semanal de sábado do *Jornal do Brasil*, sempre se destacaram por sua excepcional qualidade. Escritas desde 19 de agosto de 1967 até 29 de dezembro de 1977, foram reunidas postumamente por seu filho Paulo Gurgel Valente na obra *A descoberta do mundo* (1984).² Outra edição da Rocco saiu recentemente, 2- *A descoberta do mundo* (Organização Paulo Gurgel Valente, Rio de Janeiro, Rocco, 1984)

contendo as crônicas da autora, inclusive as 50 que tinham sido excluídas, sem motivo, mas, por outro lado, suprimindo outras 30, que foram deslocadas para um volume de contos.³

O caráter pessoal, confessional, quase de diário das crônicas de Clarice as tornam crônicas literárias – algo muito diferente do que escreviam suas contemporâneas, Cecília Meireles, com suas crônicas sobre educação, e Raquel de Queiroz ou Dinah Silveira de Queiroz, que relatavam, objetivamente, eventos e fatos.

O Rio de Janeiro do século XX sempre se destacou como local privilegiado na escrita de crônicas, num gênero frequentado principalmente por autores masculinos, e num estilo realista de observação de fatos externos, em geral ligados à cidade. Destacam-se Carlos Drummond de Andrade, Otto Lara Resende, Nelson Rodrigues, e seus amigos Stanislaw Ponte Preta (pseudônimo de Sergio Porto), Paulo Mendes Campos, Carlinhos Oliveira (José Carlos Oliveira), o grande cronista Rubem Braga e o escritor Fernando Sabino. Pioneiramente, Clarice se descola desse modelo canônico, masculino, descritivo e realista, e passa a utilizar o estilo subjetivo de um diário, em crônicas de feição imaginativa, literária, como se fosse contos, mesmo se tratando de publicação na imprensa. Além disso, adota um tom de inquietação filosófica, questionador, não assertivo.⁴ Portanto, as crônicas de Clarice têm um estilo altamente poroso ao literário e um estilo aberto a diversos influxos filosóficos e existenciais, principalmente na primeira fase de sua carreira.

será doravante citado como ADM. O livro contém 446 crônicas semanais publicadas por Clarice Lispector no Caderno B do *Jornal do Brasil*, de 19 de agosto de 1967 a 29 de dezembro de 1973. Do total, 35 foram escritas em 1967, 122 em 1968, 84 em 1969, 70 em 1970, 56 em 1971, 61 em 1972 e 38 em 1973. 50 crônicas não foram incluídas, sem explicação.

3- Essa nova edição da Rocco recebeu o título *Todas as crônicas de Clarice Lispector* (2018). As 50 incluídas são, em geral, sobre arte, enquanto as excluídas têm o perfil literário que desejamos analisar aqui. O objetivo dessa supressão foi deslocá-las para o volume *Todos os contos – Clarice Lispector* (2018), sem repetição. Entretanto, tal critério não me parece correto, uma vez que a escritora as publicou também como crônicas. Eram produções literárias num gênero flexível, praticamente como *works-in-progress*. Desse modo, optamos por utilizar aqui a edição inicialmente indicada, de 1984.

4- Esse olhar peculiar a Clarice cronista já estava presente no conto *A bela e a fera, ou a ferida grande demais*, escrito em 1977, e publicado postumamente no livro homônimo, em 1979, contendo alguns contos antigos, de 1940-1941. Ele retrata o contraste de classes no Rio, quando uma burguesa depara com um mendigo na calçada de Copacabana. O tema é igualmente explorado em *A paixão segundo G.H.* (1964), que denuncia a “gruta” onde vivia a empregada Janair e a favela do Leme, nos fundos do apartamento da artista plástica G.H., em oposição à sua parte social e iluminada.

O feminismo na escrita de Clarice Lispector

No tempo de Clarice, a atuação da mulher intelectual, de classe média, ainda era bastante restrita ao domínio do lar. As mulheres que trabalhavam fora de casa em geral pertenciam às classes subalternas, e faziam trabalhos não intelectuais. Além de uma curta experiência de dois anos como jornalista e entrevistadora, em 1941 e 1942,⁵ Clarice não mais exerceu trabalho fora da casa. Só se dedicou a trabalhos avulsos de escrita (*free lance*) como cronista, colunista (sob diversos pseudônimos), entrevistadora e tradutora, além de sua escrita literária. Foi nesse ambiente limitado de sua vida particular dentro de casa que ela desenvolveu sua escrita feminista – como afirma Irma Garcia, em *Promenade femmilière* (1981, v. 2), e como mostrei em diversos trabalhos meus.

Na época, Clarice e suas contemporâneas perceberam que esse seria um novo viés literário próprio à mulher escrever sobre a sua sensibilidade no ambiente cotidiano do lar. Pertencem a sua geração Lygia Fagundes Telles, Nélida Piñon, Sonia Coutinho, Edla van Steen, e, na poesia, Adélia Prado, Cecília Meireles, Marly de Oliveira, Gilka Machado e Hilda Hilst (ver “Dez anos de literatura feminina brasileira (1975-1985)”, 2007, p. 68-95). O lar como tema da escrita era um cenário utilizado mesmo quando algumas dessas escritoras exerciam empregos públicos – como no caso de Lygia F. Telles, que tinha importante cargo jurídico em São Paulo, ou Cecília Meireles, que era professora primária.⁶ A meu ver, partir dessa vivência doméstica foi uma estratégia das escritoras para realizarem uma escrita feminista própria, e assim se inserirem num cânone masculino e patriarcal. O objetivo do feminismo é escapar do estigma da vitimização e conseguir exercer uma voz própria (ver Gilbert e Gubar, 1979).

No entanto, ao utilizar uma escrita mais filosófica, Clarice Lispector mostra um estilo único entre suas contemporâneas, mesmo da literatura universal, como na ficção de Katherine Mansfield e Virginia Woolf. Clarice tem em comum com elas o uso das técnicas da epifania e do fluxo da consciência, que permitem trilhar o caminho da subjetividade e do tempo interior. Clarice afirma que encontrou, por acaso, numa livraria, um livro de Mansfield, autora

5- Clarice trabalhou como redatora e repórter na agência Nacional em 1941, e no jornal *A Noite*, em 1942, já com registro profissional. Contudo, ela distingue seu olhar de jornalista do de escritora, em “Amor imorredouro” (ADM, 9 set, 1967, p. 20, ao afirmar: “E, além de ser neófito no assunto, também o sou em matéria de escrever para ganhar dinheiro. Já trabalhei na imprensa como profissional, sem assinar. Assinando, porém, fico automaticamente mais pessoal”).

6- Isso não impediu que, mesmo no livro de poesia *Viagem à Índia*, em que Cecília Meireles revela o universalismo de sua vida, predomine um tom personalíssimo nas suas impressões de viagem.

de que nunca havia ouvido falar, e se identificou imediatamente com o estilo dela. Ela menciona o fato como tendo 15 anos (ADM, 24 fev., 1973, p. 721-723), mas é claro que tinha 20.⁷ O motivo da identificação com a escritora neozelandesa foi, evidentemente, o uso, por esta, das técnicas da epifania e do fluxo da consciência, que Mansfield retirara de Joyce. Tratava-se do livro *Bliss and Other Stories* (1920), em tradução de 1940. Todos os contos de Mansfield trazem uma revelação epifânica, um momento de descoberta – o que Virginia Woolf chamou, numa obra que se assemelha a um diário, *Moments of Being* (1941; publicada em 1972). Entretanto, apenas Clarice ousou aliar essas duas técnicas, da epifania e do fluxo da consciência, a uma visão filosófica, ontológica e existencial do mundo.

O próprio James Joyce explorou o fluxo da consciência no monólogo erótico de Molly Bloom, no famoso capítulo final de *Ulisses* (1922), mostrando que essa técnica narrativa permite explorar o subjetivismo constante na mente feminina. Já a epifania – inicialmente utilizado por Édouard Dujardin – é a descoberta repentina de um instante especial, uma sensação única e momentânea, inspirada na adoração dos santos, na hagiografia católica. Ele a desloca para o mundo profano desde os contos de *Dublinenses* (1914), e volta a utilizá-la em *O retrato do artista quando jovem* (1916).

Assim, Clarice passa a empregar a epifania desde o seu primeiro romance, *Perto do coração selvagem* (A Noite, 1942), quando a protagonista, Joana, entra no mar e se reencontra com a sua sensualidade, sua liberdade,

7- “Folheei todos os livros dos balcões, lia algumas linhas e passava para outro. E, de repente, um dos livros que abri continha frases tão diferentes que fiquei lendo, presa, ali mesmo. Emocionada, eu pensava: mas esse livro sou eu! E, contendo um estremecimento de profunda emoção, compreí-o. Só depois vim a saber que a autora não era anônima, sendo, ao contrário, considerada um dos melhores escritores de sua época. Katherine Mansfield” (“O primeiro livro de cada uma de minhas vidas”, ADM, 24 fev., 1973, p. 722-723, p. 723). Trata-se da tradução de Érico Veríssimo de *Bliss and Other Stories*, intitulada *Felicidade e outras histórias*, saída pela editora Globo, em 1940, quando Clarice tinha 20 anos. Ver Santos, Beatriz Gregório dos, “O conto *Bliss* e três de suas traduções, uma análise feminista”, Campinas, IEL (Instituto de Estudos da Linguagem); editora TL224, 2020. 75 p. Ver https://www.iel.unicamp.br/arquivos/publicacao/O_conto_Bliss_de_Katherine_Mansfield_e_tres_de_suas_traducoes_para_o_portugues_brasileiro-uma_analise_feminista.pdf. Acesso em 18 nov., 2020.

Se os documentos de identidade de Lispector – por muitas décadas não exibidos – não o provassem, só este fato já mostraria que ela sempre diminuiu cinco anos na sua idade. A meu ver, ela o fazia não por vaidade, mas por medo de uma deportação, como ocorreu com Olga Benário, no governo de Getúlio Vargas. Sendo judia russa, corria o mesmo risco. Já cinco anos mais jovem, teria mais tempo para obter a almejada nacionalidade brasileira. A partir daí, teve de continuar a fazê-lo, até o fim da vida. Chega a escrever uma carta a Vargas, mas só vai consegui-lo com o casamento.

mesmo que restrita àquele mínimo momento da vida. A fonte de inspiração para tal deve ser Mansfield, uma vez que ela ainda não havia lido Joyce (e nem Woolf). O título de *Perto do coração selvagem*, retirado do romance de Joyce *O retrato do artista quando jovem* (1916), na verdade foi-lhe sugerido por seu grande amigo Lúcio Cardoso.⁸ É certo que Marcel Proust, em sua *À procura do tempo perdido* (1913-1927), foi leitura muito apreciada por Woolf, como ela confessa em seu longo diário, ao contrário da frieza de Joyce, e pode ter sido empregado também por Lispector, que pode ter lido Proust ainda quando vivia na Europa.⁹ Mas Proust pratica o monólogo interior, ainda não o fluxo da consciência, que acompanha o inconsciente das personagens, com a busca da sintaxe do pensamento, contrária à lógica da fala. Lispector que, inclusive

Confinadas ao espaço do lar, as personagens femininas de Lispector descobrem algo fundamental, essencial, na simples presença de uma flor, um inseto, uma insignificância, como no conto “A imitação da rosa”, de seu primeiro livro, *Laços de família* (1940). Não se pode afirmar que Machado de Assis já não o tivesse feito, numa cena epifânica em que uma borboleta preta, considerada de mau agouro por dona Eusébia, a mãe da “flor da moita”, no seu sítio da Tijuca, aparece como uma metáfora para a impossibilidade dele de se apaixonar pela jovem, por sinal bastarda e manca.¹⁰ Contudo, Clarice usa essas epifanias de forma sistemática no seu estilo, como constante revelação do eu, ou de algum aspecto feminino recalcado, algum segredo, cabendo ao leitor descobri-lo. São essas pequenas ninharias ligadas ao eu e ao lar que foram exploradas por Clarice Lispector e suas contemporâneas para criar um novo cânone (ver Lobo, 2019).

Assim, as técnicas do fluxo da consciência e a epifania, esta se

8- O escritor Lúcio Cardoso lhe sugeriu esse título, retirado de um trecho de *A Portrait of the Artist as a Young Man* (1916): “He was alone. He was unheeded, happy, and near to the wild heart of life. He was alone and young and wilful and wildhearted, alone amid a waste of wild air and brackish waters and the seaharvest of shells and tangle and veiled grey sunlight.” Há, realmente, grande coincidência entre esta alegria livre e selvagem das águas, “perto da vida”, neste romance autobiográfico de Joyce, e o final do livro de Clarice, em que Joana pode ser o alter ego da autora, e experimenta seu momento epifânico, mas no mar, e agora envolvendo uma personagem feminina. Aliás, tanto Lispector, em *A paixão segundo G.H.*, quanto Virginia Woolf, em *Mrs Dalloway*, narraram 24 horas da vida de uma mulher, como Joyce havia feito em relação ao Sr. Bloom, em *Ulisses*, um livro que marcou o século XX.

9- A tradução dos quatro primeiros volumes da principal obra de Proust só começam a aparecer no Brasil em 1948, por Mário Quintana,

10- Afirma Joaquim Maria Machado de Assis, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, capítulo 30, “A flor da moita”: “Digo lá dentro, porque cá fora o que esvoaçou foi uma borboleta preta, que subitamente penetrou na varanda, e começou a bater as asas em derredor de Dona Eusébia. Dona Eusébia deu um grito, levantou-se, praguejou umas palavras soltas: – T’esconjuro!... Sai, diabo!... Virgem Nossa Senhora!...”.

constituindo dessas constantes surpresas, “espantos” ou *re-velações* – se aliam à procura ontológica do ser e do sentido. Elas permitiram a Clarice a criação de um novo cânone de escrita de autoria feminina, que se opôs ao cânone universal masculino composta de uma perspectiva externa, baseada num enredo de ação. A subjetividade e o tempo lógico (na expressão de Jacques Lacan), com um pensamento interno, revelador do mundo privado da mulher, criam uma literatura oposta à masculina e patriarcal, caracterizada pela exterioridade e a ação.

Num hibridismo que é próprio da escrita livre de Clarice Lispector, esses recursos da epifania e do fluxo da consciência não se restringem a seus romances e contos, mas também aparecem nas suas crônicas. Estas lhe angariaram um número expressivo de jovens leitoras universitárias, que se apaixonaram por sua escrita. É o que revela a crônica: surpresa, ou epifania, sobre o inusitado da visita de uma admiradora de suas crônicas, que um dia toca a sua campainha, do nada, e, por duas vezes, lhe traz pratos de polvo cozido, em duas receitas diferentes (ADM, “Ana Luísa, Luciana e um polvo”, 23 março 1967, p. 110-112). A jovem explicou que lhe trouxera os presentes por sua admiração pela última crônica que havia publicado na sua coluna do *Jornal do Brasil*. Com efeito, essa crônica é a do dia 16 de março, e se denomina “Restos de Carnaval”. Ela é um dos textos mais melancólicos e impressionantes de Clarice, além de um dos raros momentos em que ela descreveu sua infância pobre, no Recife, numa família de imigrantes, com a mãe paralisada, sempre presa a uma cadeira de balanço, à varanda, até morrer, deixando-a órfã aos dez anos. Em outra crônica, sempre sobre o seu cotidiano, Clarice emprega o humor, ao relatar como, numa entrevista, ela se transformou de entrevistada em entrevistadora: “depois que li a entrevista, saí tão vulgar. Não me parece que eu seja vulgar. E nem tenho olhos azuis” (ADM, “A entrevista alegre”, 30 dez. 1967, p. 68-72, p. 72).

Suas crônicas e sua obra em geral sempre valorizam detalhes, momentos peculiares, pouco importantes, em geral ignorados, do cotidiano, e que nada têm a ver com guerras, governos, ações, ambiente de trabalho “sério”, “masculino”, então próprio da esfera pública e da literatura de autoria masculina. Esses pequenos *insights* femininos, ligados a fatos corriqueiros, de uma mulher em sua casa e na sua subjetividade, levam à conscientização e a uma verdadeira “descoberta do mundo”. Esse estilo percorre toda a sua trajetória da primeira fase, desde o primeiro volume de contos publicados por Clarice, *Laços de família* (1940), que já lhe trouxe notoriedade.

Epifania e fluxo da consciência são técnicas que levam Clarice a percorrer o processo que Heidegger define como a passagem do ente – o

indiferente, o amorfo, os objetos, o nada – ao ser. Assim, a mulher passa a falar como sujeito do discurso, não mais como vítima.¹¹ Heidegger chega a mencionar as multidões de entes, que obedecem a leis e a hábitos sem questioná-los nem mostrar discriminação em relação a eles.

O misticismo de Clarice Lispector

Lispector nunca assumiu uma identidade judaica, nem pertenceu a essa comunidade, no Rio. Sua demissão do *Jornal do Brasil* por ser judia, ao lado de outros, como Alberto Dines, foi um choque para ela. O jornal queria agradar ao ditador Ernesto Geisel, de formação alemã, e passou a demitir vários funcionários judeus, um a um, discretamente, inclusive Clarice, esta por carta de 2 de janeiro de 1974.¹² Mas, ainda assim, o jornal faliu.

Clarice sempre uniu judaísmo, catolicismo, astrologia, esoterismo, magia – num hibridismo que eu prefiro denominar misticismo. Ela cita o Velho Testamento, que pertence a judeus e cristãos, junto com o esoterismo, como na crônica “Um fenômeno de parapsicologia” (ADM, 24 julho, 1971, p. 569-570). Na mesma coluna, “Salmo de Davi, nº 4”, ela emprega a linguagem bíblica, implorando: “Ouve-me quando eu clamo, ó, Deus da minha justiça” (p. 570). Como afirma Nelson Vieira, em *Zero Hora* (RS, reimpresso in *Remate de Males*, 1989, p. 207-209), ela se considerava brasileira, nem um pouco judia.

Clarice estudou em colégio judaico, por menos de um ano, e em colégio católico, por um ano. Os seus demais estudos, os fez em colégios de Pernambuco em universidade pública do Rio de Janeiro. Seu contato com o judaísmo se reduziu ao período até a adolescência, ao lado do pai. Após 1959, quando retornou ao Brasil, nunca participou da comunidade judaica no Rio de Janeiro, nem seria ali aceita, pela sua condição de mulher separada, na década de 1960. Mas também não frequentou a igreja católica, na qual se casou. O Brasil, no passado, se caracterizou pela assimilação ou tolerância de outras religiões. Os imigrantes que chegaram, com as duas guerras mundiais, foram bastante bem integrados. Dessa forma, não vemos fundamento para dar tanta ênfase ao perfil judaico de Clarice Lispector, como faz Benjamin Moser (2007), na sua excelente biografia da autora. Ele parece ignorar um certo

11- Comparando-se a vitimização da personagem Úrsula, da primeira escritora brasileira de romance, no livro com título homônimo (1859), Maria Firmina dos Reis, com as personagens da narrativa de Clarice Lispector, poderíamos afirmar que, em Clarice, as mulheres já não são vítimas de alguém, a exemplo de um tio maldoso, como na autora maranhense. Clarice não culpa alguém em particular, nas crônicas; ela culpa apenas a si e a Deus.

12- Ver Benjamin Moser (2009, cap. 37, “Purged”, E-book, loc. 6766-6778), apud Gaspari, Elio, *As ilusões armadas* (São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 49-50).

hibridismo intelectual e religioso que existia no Brasil – talvez até por ser um país de tradição oral – em contraste com outras culturas mais sedimentadas pela escrita, como a dos Estados Unidos e da Holanda, que é o país de origem de Moser.

Em “A máquina está crescendo”, nota-se que a relação da autora com Deus é a mais híbrida possível, sem se prender a uma religião específica e podendo, mesmo, ser identificada ao ateísmo:

“A máquina está crescendo. Está enorme. A ponto de que talvez o homem deixe de ser uma organização humana. E como perfeição de *ser criado*, só existirá a máquina. Deus criou um problema para si próprio. Ele terminará destruindo a máquina e recomeçando pela ignorância do homem diante da maçã. Ou o homem será um triste antepassado da máquina; melhor o mistério do Paraíso” (ADM, 4 março, 1970, p. 420).

O conhecimento do judaísmo provavelmente chegou a Clarice através da convivência e dos ensinamentos do seu pai, que era um estudioso do Talmude.¹³ A Podólia, região da Ucrânia, donde a família de Clarice emigrou, era terra natal de dois importantes místicos, o rabino Baal Shem Tov (que nasceu por volta de 1700) e Nachman de Breslov (1772-1810).

Baal Shem Tov criou o conceito de “*Hased*” (o “sagrado”, ou a graça, em hebraico), que está ligada ao Todo-Poderoso (Adonai). Os membros da seita hassídica eram conhecidos como os “bêbados de Deus”, numa forma semelhante à do sufismo, e mostravam de uma total dedicação ao espiritual e ao mágico. Esse tipo de misticismo está presente nos contos populares e judaicos didáticos. A palavra Deus aparece 181 vezes em ADM. A crônica “Desencontro” (ADM, 24 julho 1971, p. 571), por exemplo, é escrita sob a forma de uma pequena fábula, num estilo muito próximo ao usado pelos contos hassídicos (e muito bem aproveitados, por exemplo, por Paulo Coelho, em seus livros): “Eu te dou pão e preferes ouro. Eu te dou ouro, mas tua fome legítima é de pão” (p. 571). O hassidismo coincide muito com os ensinamentos de Jesus, ao unir espiritualidade e simplicidade, e na aceitação das diferenças entre os povos da terra.

13- A família de Pedro Pinkas (sendo o nome Lispector criado por ele) emigrou de uma comunidade judaica perto de Sawranh, na Ucrânia, para Maceió (AL), em 1920, numa viagem que é relatada pela irmã mais velha de Clarice, Elisa Lispector, no livro memorialístico *No exílio* (1948). As condições de vida na Rússia, com as invasões de extermínio das comunidades judaicas, ou pogrons. Elisa retrata o sofrimento nessa terrível viagem, com a mãe já doente (Ver também Moser, 2009). Inicialmente, a família se estabelecer na Alemanha, chegando ao Brasil em 1922.

A *Cabala* luriânica se baseia no livro *Zorá*, e foi difundido no século XVI pelo rabino Isaac (ben Solomon) Luria Ashkenazi, que era conhecido como Lúria, o Leão. Ele nasceu em Jerusalém e faleceu na Síria. Escreveu poemas em aramaico e os oito famosos volumes da *Árvore da vida*. A tradição judaica popular é repleta de gólems, que são duplos, ou fantasmas, e de *dybbuks*, os espíritos demoníacos dos mortos que inspiram o sobrenatural.

Em muitas crônicas, a autora faz referência ao Deus cristão, ao mesmo tempo que à Torá e à Cabala, indiferentemente. Em *A paixão segundo G.H.* (1964), ela menciona o “deus”, com d minúsculo. Sua visão de mundo é, portanto, aberta e multifária, muito característica da cultura brasileira, pelo menos até o recente aparecimento de um certo radicalismo religioso, surgido no mundo por volta da última década do século XX, mostrando o acirramento dos ânimos religiosos antagônicos e fundamentalistas, num mundo cada vez mais radical e intransigente.

Na maioria dos seus textos, Clarice utiliza noções de esoterismo e mistério, que parecem derivar do Talmude, do qual afirma: “Um homem me disse que no Talmude falam de coisas que a gente não pode contar a muitos, há outras a poucos, e outras a ninguém” (ADM, “Ao correr da máquina,” 17 abril, 1971, p. 529-532, p. 529). Temos, aí, a ideia sempre subjacente ao texto clariciano de que há uma sombra, um enredo em aberto, um mistério ou segredo oculto, como em *O Processo* e *O Castelo*, de Kafka. Esse segredo, não sendo revelado, subsiste uma dúvida, alguma coisa que permanece como um elemento questionador.

Muitos desses aspectos estão presentes tanto nas crônicas como nos contos e romances como nas crônicas da autora. Por exemplo, em “*Brain Storm*” (ADM, 22 nov., 1969, p. 374-376), Clarice repete uma espécie de mantra, clamando por felicidade ou reparação do amor, um desejo ou ânsia de procurar Deus em todas as coisas terrenas. Essa linguagem pode levar a uma leitura esotérica e mística da fase final de sua obra – mas que sempre estará aberta a níveis mais complexos de interpretação.

Em ADM, é frequente Clarice se dirigir diretamente a Deus, num tom próximo, íntimo, existencial: “Oh, Deus, e eu que não sei rezar!” (“Que me ensinem”, ADM, 4 fev., 1968, p. 87) – concluindo essa crônica com a afirmação: “Oh, Deus, eu já fui muito ferida” (ADM, 1968, p. 87). Suas crônicas “Das doçuras de Deus” (ADM, 16 dez., 1967, p. 60-62), “De outras doçuras de Deus” (idem, p. 63), “As caridades odiosas” (ADM, 6 dez., 1969, p. 381-384) e “Teosofia” (ADM, 13 dez., 1969, p. 385-386) mencionam o tema da caridade, que é comum a todas as religiões. Nessa última crônica, ela relata sobre uma mãe que vive na rua com três filhos. Na maioria delas, a

religião aparece forma altamente híbrida, típica da cultura brasileira, ao menos naquela época, como em: “Perdoando Deus” (ADM, 19 set., 1970, p. 484), “Salmo de David, nº 4” (ADM, 24 julho, 1971, p. 570), “*Dies irae*” (ADM, 25 set., 1971, p. 593) e “Hoje nasce um menino” (ADM, 24 dez., 1971, p. 620).

Assim, há um grande hibridismo religioso ou místico em Clarice, ao contrário do que defende Benjamin Moser na sua biografia da autora, *Why This World: A Biography of Clarice Lispector* [2009]). Nota-se a importância que teve, como famoso livro de cabeceira, para as moças da geração de Clarice, *A imitação de Cristo* (1418). Ele representava para elas quase que uma segunda Bíblia. Clarice o menciona em *A paixão segundo G.H.* e em *A viacrucis do corpo* (1974), referindo-se a Deus reencarnado em Cristo, portanto um deus humanizado, diferente do deus vingativo, do antigo Testamento. Ela frequentemente também menciona a crucificação de Cristo, como em “Lembrança de um homem que desistiu” (ADM, 18 dez., 1971, p. 618-619): “O verdadeiro sentido de Cristo seria a imitação de Cristo. Só que o próprio Cristo foi a imitação de Cristo” (p. 619). Tal aporia, não fosse tão metafórica, poderia ser acusada de ateísmo ou de blasfêmia contra Jesus Cristo.

Ela se voltava sempre para Deus, pois se sentia sozinha e perdida. Em “Teosofia” (ADM, 13 dez., 1969, p. 385-386, p. 386), um motorista de táxi “me dá uma lição teosófica” (p. 385) e prega sobre a irmandade. Mas ela se defende: “não me senti irmã de ninguém no mundo. Eu estava sozinha” (p. 386). Noutras crônicas ela passa, cada vez mais, a procurar algum Deus para explicar sua solidão, os percalços e os infortúnios da sua vida.

Em “O ato gratuito” (ADM, 8 abril, 1972, p. 648-650), ela se queixa de estar cansada e sem assunto para as crônicas. Era uma sensação de constante “*stress*”, palavra ainda não em uso no Brasil; mas era vítima da “fossa” – esta, sim, era uma palavra muito usada pelos *hippies* da década de 1970, que se lançavam à psicanálise. Clarice Lispector fez anos de psicanálise com o Dr. Azulay. Mas ele terminou por dispensá-la, recebendo-a apenas como amiga, julgando que, no seu caso, não mostrava qualquer progresso na superação de sua melancolia depressiva.

A ontologia de Heidegger na escrita antimetafísica de Clarice

Formando-se em Direito, mas sem praticar a carreira, Clarice aproveitou o período no exterior para estudar filosofia, como autodidata. Sua obra se torna impregnada de existencialismo – que era a corrente filosófica vigente na época. O estudo da ontologia, de Heidegger, sobre o ser, o aqui e agora, o momento presente e não o além metafísico impregnou toda a produção de Clarice, inclusive em ADM. Podemos mesmo afirmar que é esse substrato

filosófico que dá à escritora brasileira um caráter único na literatura universal de mulheres, senão na literatura em geral.

Olga de Sá mostra a superação da transcendência metafísica pela força da ontologia, do estar-aí, do *da-sein*, em Lispector:

“Há um trajeto da transcendência à imanência, passando pelo mito fáustico da ânsia humana, do querer saber. No texto de Clarice, a alma se vende, porém, ao Deus, não ao demônio, embora a alegria da imanência seja uma alegria de sabá, isto é, demoníaca. É que, no Deus, há a síntese dos opostos. Primordialmente, a realidade é “pensamento que não se pensa” (paradoxo).” (Sá, Olga de, in Nunes, 1988, p. 229).

Entre as obras mais conhecidas de Heidegger, Clarice deve ter lido a *Introdução à metafísica* (1953) e *Sendas perdidas* (1950), sendo esta muito poética e questionadora da etimologia das palavras e seu sentido oculto. Ela sempre mostra desconfiança em relação ao dito, ao simples significado linguístico da palavra, na tensão com o significante, o seu verdadeiro sentido oculto. Sua constante indagação, entre a literatura e a filosofia, exerce uma forte impressão nos leitores, com o despertar da sua consciência. É impressionante o número de pessoas que confessa ter se modificado com a leitura de alguma obra da autora. O seu texto é uma re-velação, uma des-velação, na linha de Heidegger, que desconstrói o sentido etimológico comum das palavras, aliado ao misticismo e a um certo esoterismo, adotados por Clarice.

O existencialismo de Jean-Paul Sartre, ao lado da noção do aqui e agora, o *da-sein*, do filósofo alemão, possibilita uma série de “descobertas” pessoais e cotidianas no presente, diluindo um pouco a excessiva abstração teórica da pesquisa etimológica heideggeriana. O texto é trazido, assim, para o aqui e agora, revelando-se na sua unicidade e clareza, sem distanciamento entre o eu e o mundo, como pura vivência.

Não conheço outra escritora que tenha navegado em águas filosóficas como Clarice o fez, em literatura. Enganam-se os que afirmam que ela quer exhibir seu saber, ou que é artificial, ou que foge ao literário. Ela transita, com total naturalidade, do tom de contos místicos hassídicos judaicos, talvez ouvidos na infância, ao estilo bíblico, passando por conceitos ligados ao ser, à verdade, à existência e ao mistério da vida na simplicidade do dia a dia. A conceituação de Heidegger de imanência do ser, opondo-se à vaga metafísica da filosofia transcendental, das grandes narrativas e verdades do século XIX, são trazidas por ela para a luz do cotidiano feminino.

Tanto nas crônicas como em toda a sua obra, Clarice Lispector praticou

uma filosofia existencialista de vida e de questionamento do ser, aliada às técnicas da epifania e do fluxo da consciência. Mas a simplicidade dessa procura de sentido e as constantes descobertas de sentido, pela indagação e questionamento do mundo cotidiano, é apenas aparente. Numa primeira leitura, lê-se o enredo de uma mulher em seu lar. No entanto, há outras formas de ler seu texto, como na paródia do silogismo aristotélico, vendo-o como pura tautologia, como na crônica “Descoberta”:

“Um cachorro tem que ter cheiro de cachorro. Pois foi esse o pensamento iluminado que ocorreu ao homem no meio de um dia em que, há vários dias, ele se achava num nevoeiro morno de sentimentos. (...) Um cachorro tem que ter cheiro de cachorro. (...) a vida de um homem é a sua vida nua. Na rua, por onde caminhava para ir ao trabalho, passou por uma mulher que, inocente do passante, carregava um embrulho de compras. Ele sorriu porque ela não sabia que ele sabia que, assim como um cachorro é um cachorro, aquela mulher era aquela mulher. (...) Ele ia trabalhar no Banco. E o Banco, é horrível, por Deus. Mas, lavado com águas frescas, um banco é um banco.” (ADM, 21 fev., 1970, p. 414-415).

Há várias tautologias nessa crônica. O cachorro, o homem, o banco. Um bom exemplo de como a linguagem filosófica pode impregnar o texto literário, como pura poesia. O texto então problematiza a existência humana, a passagem do ente ao ser, que ganha a consciência de si. E provoca uma ascense em todos os leitores, que caminham do fundo da caverna para a luz, como na Alegoria da caverna, no Livro VII da *República* de Platão. Ao trazer o mundo para a concretude da tautologia, Clarice desconstrói as grandes verdades metafísicas, ainda presentes nos grandes autores do século XIX que admira, como Dostoiévski, Eça de Queiroz e Machado de Assis.

Esse mesmo processo de redução tautológica está presente na crônica “Comer, comer” (ADM, 16 nov. 1968, p. 222-223), quando ela afirma: “O fato é simplesmente que nós gostamos de comer. E sou com orgulho a mãe da casa de comidas. Além de comer, conversamos muito sobre o que acontece no Brasil e no mundo, conversamos sobre que roupa é adequada para determinadas ocasiões. Nós somos um lar” (p. 223).

Em “Sobre escrever” (ADM, 20 dez. 20, 1969, p. 390), a autora assume uma postura antimetafísica e antitranscendental, por meio da tautologia do “saber” (“eu antes não sabia que sabia”), a mesma imagem utilizada na crônica “Descoberta”, em relação ao homem diante da passante, trazendo o texto para o questionamento do momento presente, epifânico:

“Às vezes tenho a impressão de que escrevo por simples curiosidade intensa. É que, ao escrever, eu me dou as mais inesperadas surpresas. É na hora de escrever que muitas vezes fico consciente de coisas, das quais, sendo inconsciente, eu antes não sabia que sabia” (p. 390).

Conclusão

O elo que liga o estilo de Clarice aos assuntos do cotidiano permite a criação de uma crônica literária pioneira, subjetiva e “feminina”, dado que a cena está quase sempre restrita ao domínio do lar. A epifania e o fluxo da consciência se prestam perfeitamente à perspectiva interna no tratamento de todos os temas. A intuição é a força motora que rompe com a metafísica e o transcendentalismo das grandes verdades universais, trazendo os leitores a uma estética do instante, do aqui e agora, que supera as dicotomias e as verdades definitivas e imutáveis.

Os estudos feministas do século XX apontaram como as mulheres romperam com o pensamento lógico-aristotélico, dicotômico, criando uma estética do indefinido, do indeterminado e do sentimental. A escrita de autoria feminina termina por criar um tipo de prosa voltado para o domínio doméstico, da imaginação e do onírico, bem menos objetivo, coercitivo, e mais pessoal, indeterminado e aberto à dúvida, por romper com as dicotomias.¹⁴

As narrativas de feição épica, histórica, e principalmente de ação, que caracterizam o cânone tradicional masculino, obedecem em geral a uma lógica aristotélica linear do sim ou do não, excludente, sem termo mediador (que é a lógica do terceiro excluído, em Aristóteles). A nova ficção de autoria feminina vem abolir esse discurso dicotômico e feito de oposições unívocas, porque não se baseia em verdades universais e pré-determinadas, nem em oposições binárias, ao introduzir o “talvez”, o *in-between*, entre gêneros sexuais ou literários. É uma ficção perturbadora, principalmente no caso de Clarice, pois desconstrói as grandes verdades do cânone anterior e se pauta apenas pelo ritmo da prosa poética criativa.

A autora intuiu de forma magistral, em “Forma e conteúdo” (ADM, 13 dez. 1969, p. 390), como é possível romper com as dicotomias aristotélicas do discurso patriarcal e coercitivo:

“Fala-se da dificuldade entre a forma e o conteúdo, em matéria de escrever; até se diz: o conteúdo é bom, mas a forma não etc. Mas, por Deus, o problema é que não há, de um lado, um conteúdo, e, de outro, a forma. Assim

14- Ver, para a ruptura das dicotomias binárias, no feminismo, “The Laugh of the Medusa”, de Hélène Cixous, *Signs*, trad. Keith Cohen e Sandra Cohen, London, 1976.

seria fácil: seria como relatar, através de uma forma, o que já existisse livre, o conteúdo. Mas a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar. Para falar a verdade, não se pode pensar num conteúdo sem sua forma. Só a intuição toca na verdade, sem precisar nem de conteúdo nem de forma. A intuição é a funda reflexão inconsciente que prescinde de forma, enquanto ela própria, antes de subir à tona, se trabalha.”

A escrita de Clarice, imersa no uso da epifania e do fluxo da consciência, substitui o tempo cronológico linear, externo, pelo tempo interior e subjetivo da memória e da criação. Consequentemente, ela se insere na nova física de Einstein, que introduz a relatividade tempo-espacial até mesmo no discurso. Antecipa a dissolução dos gêneros e das categorias aristotélicas e cria uma forma de escrever e pensar antidicotômica, inclusive num mundo pós-metafísico e pós-moderno, e, portanto, aberto à constante mudança e renovação.

Referências bibliográficas

- Cândido, Antonio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- Ferreira, Teresa Cristina Montero. *Eu sou uma pergunta*. Rio de Janeiro, Rocco, 1999.
- Garcia, Irma. em *Promenade femmilière: recherches sur l'écriture féminine*. Paris, 1981. 2 v.
- Gilbert, Sandra M.; Gubar, Susan. *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth Century Imagination*. 1st ed; 1979. Kindle Editions.
- Gotlib, Nadia Batella. *Clarice: uma vida que se conta*. São Paulo, Ática, 1999.
- Lispector, Clarice. *A descoberta do mundo*. Org. Paulo Gurgel Valente. Rio de Janeiro, Rocco, 1984. [E-book. Rio de Janeiro, Rocco digital [Kindle], 2017]. [*Todas as crônicas*. Rio de Janeiro, Rocco, 2018].
- Lispector, Clarice. *Minhas queridas*. [120 cartas para suas duas irmãs]. Livro digital. Rio de Janeiro, Rocco digital [Kindle], 1º nov. 2007.
- Lispector, Clarice. *A paixão segundo G.H.* 2ª ed. Ed. crítica por Benedito Nunes. Florianópolis, UFSC; Paris, Unesco, 1988. (Coleção Arquivos 13).
- Lispector, Elisa. *No exílio*. 1ª ed. 1948. Rio de Janeiro, Gráfica Record Editora, 1965.
- Lobo, Luiza. *Cânone e renovação na literatura: antologia de ensaios revistos, publicados no Brasil e no exterior*. Prefácio Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro,

Edição do autor, Kindle-Amazon, 2018. Ver Parte I, Escritoras e Parte III, Teorias da escrita.

Lobo, Luiza. “A paixão segundo G.H”, cap. p. 113-115; “Appendix 2,” p. 285-288; 40 verbetes sobre os livros de Clarice Lispector, p. 118-132. In: *Clarice Lispector: A Bio-Bibliography*. Edited Diane Marting, Contributing Editor. New York, Westport, Greenwood, c1993.

Lobo, Luiza. “Clarice Lispector (1920-1977)”. In: *Guia de escritoras da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Eduerj; Faperj, 2006. p. 94-112. Introdução.

Lobo, Luiza. “Clarice Lispector e Virgínia Woolf.” In: *Crítica sem juízo*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Garamond; Brasília: CNPq, 2007. 1ª Parte, p. 34-50.

Lobo, Luiza. “Dez anos de literatura feminina brasileira (1975-1985)”. In: *Crítica sem juízo*. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Garamond; Brasília: CNPq, 2007. 1ª Parte, p. 68-95.

Lobo, Luiza. “A ficção impressionista e o fluxo da consciência.” In: *Crítica sem juízo* 2ª ed. revista. Rio de Janeiro, Garamond; Brasília: CNPq, 2007. 1ª Parte, p. 51-67.

Manzo, Lícia. “Era uma vez – eu: a não-ficção na obra de Clarice Lispector: ensaio.” Curitiba, Governo de Estado do Paraná; Xerox do Brasil, 1998. p. 124.

Moser, Benjamin. *Why This World: A Biography of Virginia Woolf*. E-book. Penguin Books, [2009].

Nunes, Benedito. *O mundo de Clarice Lispector*. Rio de Janeiro, 1966. [Reimpresso como “O mundo imaginário de Clarice Lispector”. In: *O dorso do tigre*. São Paulo, Perspectiva, 1969].

Ribeiro, Victor Augusto Menezes. “Clarice Lispector nos limites da crônica literária”, *Crátilo*, Revista de Estudos de Linguística e Literaturas, Unipam (Univ. Estadual Paulista), vol. 5, n. 2, out. 2012: p. 121-131.

Sá, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo, Ática, 1985. (Série Princípios).

Sá, Olga de. *A escritura de Clarice Lispector*. Petrópolis, Vozes; Lorena, Faculdades Integradas Teresa d’Ávila, 1979.

Sá, Olga de. “Paródia e metafísica”. In: *A paixão segundo G. H.* Ed. crítica. Nunes, Benedito (Org.). Coleção Arquivos, 13. Florianópolis, Editora da UFSC, 1988. p. 213-236.

Simões, João Gaspar. “Clarice Lispector ‘existencialista’ ou ‘suprarrealista’”, *Diário Carioca*, 28 maio, 1950.

Souza, Thais Torres de. *As crônicas de Clarice Lispector*. Tese de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.

<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/c00012.htm>. <http://>

www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/c00012.htm Acesso em 31 jan., 2018.

Vieira, Nelson. “A expressão judaica na obra de Clarice Lispector.” *Remate de Males*, Revista do Departamento de Teoria Literária, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, vol. 9, 1989: p. 207-209. [Reimpressão de uma entrevista com Lispector para o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, RS].

BRECA, CEIA, CHIBATA, CONTESTADO, PAPAÍ-NOEL, URUCUBACA

Anotações sumárias e despretensiosas

Deonísio da Silva¹

Este texto é dedicado ao professor doutor Amós Coêlho da Silva: pelo que tem feito na Academia Brasileira de Filologia, sobretudo durante a pandemia de 2020

RESUMO:

Nas últimas décadas, tem crescido o interesse do distinto público por nichos de programas que na mídia examinam a viagem das palavras ao correr da História, tomando por base a filologia e a etimologia. Este texto levanta a ponta de alguns dos véus que encobrem as complexas sutilezas e os vínculos das palavras com os contextos que lhes ensejaram a irrupção, ilustrando o artigo com as variações de alguns vocábulos.

Palavras-chaves: Etimologia; Divagação sobre palavras populares; Fundo histórico e social de alguns vocábulos: breca, urucubaca, papai-noel e outras.

ABSTRACT:-

In recent decades, the interest of the distinguished public has grown in niche programs that in the media examine the journey of words throughout history, based on philology and etymology. This text raises the edge of some of the veils that cover the complex subtleties and the links of the words with the contexts that gave rise to the outbreak, illustrating the article with the variations of some words.

Keywords: Etymology. Digression on popular words. Historical and social background of some words: breca, urucubaca, Santa Claus and others.

A palavra urucubaca aparece um pouco antes da data que lhe apontam os dicionários para seu primeiro registro: 1918, o ano da gripe espanhola. Ora, 1- Da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras) e da Academia Brasileira de Filologia, Professor Federal aposentado, escritor, colunista da Rádio Bandnews FM, autor de obras referenciais, como o romance *Avante, soldados: para trás* (Prêmio Internacional Casa de las Américas) e *De onde vêm as palavras*.

urucubaca já estava na letra de divertida marchinha do Carnaval de 1915, gravada em 1914, quatro anos antes da gripe espanhola: “*A minha sogra morreu em Caxambu/ Foi pela urucubaca/ Que lhe deu o seu Dudu./ Ai, Philomena,/ Se eu fosse como tu/ Tirava a urucubaca/ Da careca do Dudu.*”

Dudu era apelido ou hipocorístico que nem sempre se refere ao nome próprio Eduardo, de que é exemplo, aliás, o atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Afinal, o Dudu que chega ao seu terceiro mandato, não consecutivo, de prefeito de sua cidade natal, só viria a nascer em 1969 e o Dudu da marchinha do Carnaval de 1915 era ninguém menos do que o marechal Hermes da Fonseca, vindo do meio militar para a política, vezo que nunca nos pareceu estranho, para tornar-se presidente da República em eleições diretas, com 403.803 votos, vencendo o, mais que civil, civilista Rui Barbosa, que obtivera apenas 222.822 votos.

Portanto, se é verdade que os militares têm sido presidentes da República por golpes de Estado, também é verdade que muitos deles chegaram ali por voto popular, como, aliás, acabou de acontecer nas mais recentes eleições presidenciais brasileiras.

Esta outra urucubaca é, pois, nossa companheira inseparável: nossos presidentes têm sido militares ou advogados, duo de ferro de bacharéis e marechais ou generais, rompido apenas nos anos 50 do Século XX pelo médico Juscelino Kubitschek, mas que era também oficial da Polícia Militar de Minas Gerais.

Registre-se que o marechal Hermes da Fonseca, eleito em 1910, enfrentou naquele mesmo ano a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido Felisberto e afinal sufocada, depois do bombardeio de diversos portos nacionais, manchando para sempre o governo do marechal, pois ofereceu anistia aos revoltosos, mas depois exilou ou mandou matar centenas deles, como já fizera no começo da nascente república o marechal Floriano Peixoto.

Quanto à palavra *chibata*, de que temos registro no Século XVIII, ela provavelmente está ligada a chibato, de chibo, bode novo, não capado, mais conhecido por chibarro. E chibo deve ter vindo do espanhol *chivo*, de origem onomatopaica. A chibata, vara para açoitar os animais, serviu ao correr dos séculos também para açoitar e castigar marinheiros, escravos, crianças etc., pois tinha sido empregada no ambiente doméstico bem antes do que o fora a palmatória na escola, no violento processo ensino-aprendizagem que marcou

o Brasil dos primeiros séculos. De modo que quando chibata entrou para os dicionários, já lá estava a palmatória, ainda no Século XVI, vinda do latim *palmatoria ferula*, varinha de palmeira.

Foi também durante o governo de Hermes da Fonseca que a palavra *contestado*, na língua portuguesa desde o Século XIII, formada do latim *contestatus* e do verbo *contestari*, nascidos no ambiente jurídico, pelo contraponto de diversos argumentos controversos na argumentação, passou a designar algo a mais: a Guerra do Contestado, travada em territórios hoje pertencentes ao estado de Santa Catarina e do Paraná. A guerra durou quatro anos e só terminou na metade do governo de Venceslau Brás, que sucedera ao marechal. Aliás, outra urucubaca acometeu este outro presidente, que tinha sido vice de Hermes da Fonseca: ele precisou afastar-se por motivo de doença em 1917, a um ano do fim do mandato.

Outra palavrinha que frequentou a vida do presidente Hermes da Fonseca foi *brecia*, mas esta estava na língua desde o Século XVII, segundo nos asseguram diversas fontes. Veio provavelmente do inglês *to break*, quebrar, interromper, designando freada de carro, quebra de acordo, intervalo de programação. A origem remota é a raiz indo-europeia *bhreg*, quebrar.

Cantada na melodia da canção infantil *Marcha, Soldado, Cabeça de Papel*, foi sucesso no carnaval, mas os versos do cancionário infantil diziam outra coisa. “*Marcha Soldado, cabeça de Papel/ Quem não marchar direito vai preso pro quartel*”.

Certamente a urucubaca na careca nada tinha a ver com o que fizera durante o mandato em matéria amorosa: em 1913, portanto durante o mandato presidencial, já com 58 anos – já velho, para a época – veio a casar-se com a cartunista brasileira Nair de Tefé, então com 27 anos. Ela interrompeu o ofício de caricaturista e somente retomaria a carreira aos 73 anos. A única primeira-dama do Brasil e do mundo que foi caricaturista faleceu no Rio de Janeiro, em 1981, aos 95 anos.

Por óbvio, registremos, sobretudo a alunos que nos leem e profissionais da língua portuguesa, que as mesmas palavras que dizem uma coisa podem dizer outra ao correr do tempo e nem sempre os consulentes vão encontrar nos dicionários respostas seguras para as datas de entrada na língua com o sentido original, mesmo nos dicionários de etimologia, que buscam os registros dos

novos significados adquiridos ao longo do tempo. Há muitas explicações para estas insuficiências, mas destaquemos que incêndios de bibliotecas, naufrágios, terremotos, guerras etc. talvez sejam as causas principais. A palavra pode ter sido registrada, mas o texto foi queimado, molhado, afundado, consumido, enfim destruído, às vezes sem possibilidade de recuperação.

Prestemos atenção sobretudo às fontes de nossa língua-mãe, o latim. O que designava espelho, em latim, no Século I de nossa era? Designava um pedaço de bronze ou cobre polido no qual a imagem aparecia embaçada, pois o espelho, tal como o conhecemos, tem cerca de duzentos anos. São Paulo faz menos metáfora do que se supõe quando diz na Primeira Epístola aos Coríntios: “*Videmus enim nunc per speculum in aenigmate, tunc autem facie ad faciem*”. (Agora vemos por espelho e de modo obscuro, mas então veremos face a face).

Às vezes, este esclarecimento é indispensável no português epocal e verdadeira chave para situar corretamente a palavra no texto pesquisado, como vimos de fazer com contestado, chibata, urucubaca e breca, entre outras.

Na Carta do Descobrimento, Pero Vaz de Caminha diz que um gracioso tocou um instrumento musical (talvez uma gaita), dizendo ou cantando alguns versos, alegrando os índios (que, aliás, não eram índios!).

Ora, gracioso o que designou, uma vez que o escrivão escrevia bem e utilizou a palavra como substantivo? Designou um ator. Pois é, também pouco se fala das peças de teatro exibidas durante essas longas viagens.

Saiba, pois, que neste Natal, como em todos os outros, você dará de cara com palavras que designaram coisas bem diferentes ao longo dos séculos desde que o Natal foi celebrado a primeira vez.

Como escrevemos este desprezioso artigo em período natalino, vejamos o caso da palavra *ceia*. O indo-europeu, falado há mais de cinco mil anos, legou várias palavras ao latim, de que é exemplo “*cena*”, que o português adaptou para *ceia*. Designa a última refeição do dia, hoje mais conhecida por jantar.

No indo-europeu era “*kerstna*”, divisão, partilha, reparte, de acordo com a raiz “*sker*”, separar, cortar, dividir, que provavelmente influenciou também a palavra “*carnis*”, carne, declinação de “*caro*”.

“*Et Verbum caro factum est*” (E o Verbo se fez carne), diz o Evangelho de São João, designando a forma escolhida por Deus para habitar entre nós. Mas esta carne já era outra, também.

Em nossa cultura, a ceia mais conhecida é A Última Ceia ou A Santa Ceia, a última refeição que Jesus fez com seus discípulos, com apenas dois itens no cardápio: pão e vinho. E não havia copos para todo mundo. Era um cálice grande que ia sendo passado de mão em mão.

No Natal, entretanto, a ceia não tem o significado de jantar. A raiz “*cen*” está presente também em “*cenaculum*”, cenáculo, refeitório, palavra que em latim não é do gênero masculino, mas sim do neutro. E o plural “*cenacula*” designava a parte cima da casa, espécie de sobrado.

A ceia de Natal tem suas singularidades, a primeira das quais são os convidados. O costume nasceu na Europa. Os cristãos deixavam abertas as portas das casas para que mendigos e viajantes pudessem compartilhar fraternalmente pelo menos uma refeição por ano.

O romancista polonês Wladyslaw Stanislaw Reymont, Prêmio Nobel de Literatura em 1924, em *Uma Lenda de Natal* situa sua trama na Polônia em certa noite natalina. Jesus, Judas e Pedro chegam esfomeados a uma estalagem. Eles não têm o que comer. A dona da pousada pergunta se querem um ganso. Neste caso, os hóspedes precisam comprar a ave para que ela faça o jantar.

Judas ladrão, o caixa de campanha de Jesus, é indicado como ganancioso, como se sabe. Não sou quem o diz, é São João no episódio em que Judas reclama do dinheiro gasto em alabastro para lavar os pés de Jesus: “*Quare hoc unguentum non venit trecentis denariis et datum est egenis?*” (por que este unguento não vem em forma de trezentos denários para dar aos pobres?). O próprio narrador explica: “*Dixit autem hoc, non quia de egenis pertinebat ad eum, sed quia fur erat. et, loculos habens, ea, quae mittebantur, portabat*”. (Ele disse isso, não por se importar com os pobres, mas porque era ladrão);

O conto continua: Judas sopra as penas da barriga da ave e pechincha no preço, dizendo que o ganso é muito magro.

Feita a compra, Jesus propõe que os três vão dormir, enquanto a ave é preparada, e como a comida não é suficiente para todos, diz que quem tiver o

sonho mais bonito comerá o ganso.

No conto de Reymont, Judas, que é ruivo, come a ave enquanto Pedro e Jesus dormem. Quando o mestre pergunta qual foi seu sonho, responde com cinismo: “*sonhei que me levantava e que em sonhos comia o ganso*”. O escritor conclui que esta é a razão de o povo da Polônia guardar vigília na noite de Natal.

Outra palavra-chave é presépio, do latim “*praeseptum*”. Nos primeiros séculos da era cristã, não havia presépio perto da árvore-de-natal. Nem Papai de Noel.

Papai Noel veio do francês *Père Noël*, Pai Natal. No francês, por influência do latim “*novus*”, novo, transformou-se em “*nouvel*”. Com o banimento do culto aos santos pela Reforma Protestante, cristãos holandeses espalharam pelo mundo a forma dialetal “*Sinter Klaas*” (*São Nicolau*), que serviu de despiste à censura.

Os colonizadores norte-americanos, adaptando a pronúncia, passaram a chamá-lo Santa Claus, vinculando-o à figura de papai-noel. As roupas vermelhas, a barba branca, o gorro, o saco com presentes e o sorriso bonachão foram ingredientes acrescentados em 1931 pelo publicitário norte-americano Haddon Sundblom, numa campanha de natal da Coca-Cola.

Nós poderíamos escrever muito mais. Todavia o que quisemos neste artigo foi levantar pistas para que o leitor pense nisso: as palavras fazem uma longa viagem ao correr do tempo e mudam muito. E nós também.

Machado de Assis, o autor de um dos dez melhores livros nos EUA em 2020, que você provavelmente leu na língua original em que foi publicado, a língua portuguesa, publicou um soneto que fechou com este terceto: “*E, em vão lutando contra o metro adverso,/ Só lhe saiu este pequeno verso:/ Mudaria o Natal ou mudei eu?*”.

Aos pesquisadores e docentes meus colegas de ofício ou confrades, minhas sinceras desculpas por escrever num tom que talvez não esperassem. Há mais de trinta anos tirei a etimologia dos muros universitários, levando-a para a mídia impressa, para a televisão, para o vídeo e sobretudo para as colunas semanais da revista CARAS, onde escrevi por vinte e cinco anos consecutivos, e para a Rádio Bandnews FM, onde mantenho há nove anos ininterruptos

coluna semanal sobre questões etimológicas, fazendo-o de modo sumário, com o fim de despertar o gosto e a atenção do distinto público para a língua portuguesa e seu imenso caudal de riquezas.

Concluo com uma observação que me foi feita por uma colega de docência ainda nos anos 90 num *campus*, que em alguns casos é também de campo de concentração de invejosos, como sabemos: “Um professor deve publicar seus artigos exclusivamente em revistas acadêmicas, você não tem vergonha de escrever na CARAS?”. E eu, tomado de surpresa: “Eu, escrevendo na CARAS? Como é que você soube?”. Ela não citou nenhum de meus livros ou artigos sobre etimologia, sequer o programa de rádio que eu mantinha sobre etimologia na Rádio USP. Citou o que lera: a coluna na revista CARAS, que, como vimos, a perturbara mais pelo veículo do que pelo conteúdo.

Felizmente foi-se embora esta concepção elitista, para o bem ou para o mal, e é frequente que leiamos, vejamos e ouçamos colegas em todas as versões de mídia, abordando os mais diversos assuntos, sem que se macule o sagrado ambiente dos templos universitários e das academias a que estamos vinculados.

Talvez nossas intervenções na mídia e em artigos sumários como este sejam pouco mais do que pautas para um convívio que privilegie esta busca e leve além dos muros universitários e limites próprios às academias questões que interessam a todos.

Rio de Janeiro, Natal de 2020

Bibliografia

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*. São Paulo, Saraiva, 2000, 29a edição.

BAILLY, A. *Dictionnaire Grec Français*. Paris, Hachette, 1950 (este A. é abreviação de Anatole).

BANDNEWS, Acervo das colunas. [Sem Papas na Língua, com Deonísio da Silva - radiobandnewsfm \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br/radiobandnewsfm)

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris, Klincksieck, 1999.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Latino-Português*. Rio, Garnier, 2003.

KLUGE, Friedrich. *Etymologisches Wörterbuch der deustachen Sprache*.

- Berlin-Nova York, Walter de Gruyter, 1999. (editado por Elmar Seebold).
- GEIGER, Paulo (org.). *Novíssimo Aulete: dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Prefácio de Deonísio da Silva. Rio, Lexikon, 2011.
- LAPICIRELLA, Roberto. *Antologia musical popular brasileira: as marchinhas de carnaval*. Rio, Musa Editora, 1996.
- LUFT, Celso Pedro. *Abc da Língua Culta*. Rio, Editora Globo, 2010.
- SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa, Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877.
- SILVA, Deonísio da. *De onde vêm as palavras*. São Paulo, Almedina, 2021, 18ª edição revista e ampliada (no prelo).
- Na internet: [Corpus do Português: 2.5 billion words: Dialects / Genres / Historical \(corpusdoportugues.org\)](http://corpusdoportugues.org)

O conhecimento prévio do leitor e a informação visual apresentada no texto

Maria Angélica Freire de Carvalho¹

RESUMO:

Pensar em leitura significa relacionar todos os elementos e agentes que integram o seu processamento. Nesse artigo destacamos o leitor e as ações por ele realizadas no processamento textual; dentre elas as atividades de integração, para as quais o leitor utiliza de forma constante o seu conhecimento referente às informações do texto; assim, torna-se importante entender como a integração de conhecimentos acontece. Esse estudo objetiva observar de que modo a nova informação, que é posta pelo texto, é “digerida” pelo leitor e como, através de diferentes mecanismos cognitivos, ele consegue ampliar a visão daquilo que já está armazenado em sua memória, integrando a nova informação à velha, recategorizando conteúdos. O estudo fundamentou-se na contribuição de autores como KATO (1998), FONTANA e ROSSETTI (2007), GERHART, ALBUQUERQUE e SILVA (2009), KOCH (2003; 2009), dentre outros, que abordam questões sobre a natureza do conhecimento prévio e aspectos cognitivos que envolvem o processamento leitor. Por meio dessas reflexões foi possível observar como esse processo integrativo funciona, mediante as várias concepções acerca de como o leitor pode realizá-lo.

Palavras-Chave: Conhecimento prévio. Compreensão. Integração. Nova informação

The reader’s prior knowledge and the visual information presented in the text

ABSTRACT:

Thinking about reading means trying to relate all the agents that participate of the process; therefore, it’s necessary to analyze how that process takes place. Giving space in this research to the work done by the reader during textual processing, it is necessary to understand how they perform cognitive integration activities, since they constantly use their knowledge regarding to

1- Possui mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e pós-doutorado em educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (2014). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí - UFPI.

<http://lattes.cnpq.br/9911594685733914>

<https://orcid.org/0000-0003-1160-9359>

text information; thus, it's important to understand how these integrations of knowledge happen, this work aims to understand how the new information that is showed by the text is "digested" by the reader and how, through different cognitive mechanisms, they can broaden the view of what is already stored, integrating the new information with the old ones and recategorizing the past meanings of that knowledge. This study was based in authors such as KATO (1998), FONTANA and ROSSETTI (2007), GERHART, ALBUQUERQUE and SILVA (2009) and KOCH (2003; 2009) who address themes about the nature of prior knowledge and cognitive aspects of reading. Though these reflections it was possible analyze how that integrative process works even through the various conceptions about how the reader can perform the process.

Keywords: Prior knowledge. Understanding. Integration. New Information

O conhecimento na leitura

A linguagem constitui uma esfera que envolve aspectos cognitivos, linguísticos, e socioculturais, é regulada por meio da língua que é sistematizada no emprego de referentes que buscam corresponder às intenções dos sujeitos nas interações no mundo, revelando modos de ver e se posicionar e, assim, produzir sentidos que se estabilizam nos processos comunicativos.

À medida que a língua se encontra em uso é redimensionada conforme o contexto de sua produção. Nesse ajuste, a língua se emoldura em textos que são constituidores da realização do homem e de suas múltiplas significações por meio da linguagem. Refletir sobre a forma como se realiza a comunicação humana por meio de textos traz à cena os processos de leitura, e isso faz com que se ressaltem os aspectos relacionados à construção de sentidos. Em termos de opinião, são quase unânimes as reflexões postuladas por Koch (2003), Kleiman (2000), Leffa (1996) e Marcuschi (2011) sobre o sujeito e a construção de sentidos. Os autores defendem que o conhecimento prévio é o aparato para o estabelecimento de sentidos, emergentes na interação autor-leitor via texto, quer seja oral ou escrito. Assim, o conhecimento funciona como uma ferramenta que ordena as formulações linguísticas, possibilitando o (re)ajuste comunicativo e operando em situações interativas para estabelecer uma compreensão.

Para refletir sobre os argumentos destacados, esse texto tem como objetivo apresentar alguns princípios teóricos sobre como diferentes níveis de conhecimento colaboram para o processo de leitura, observando o direcionamento para a compreensão. O estudo se divide em três partes: na

primeira parte são apresentadas posições teóricas em relação aos tipos de conhecimento leitor; na segunda parte, é tratado o processamento textual e como o leitor, utilizando de processamentos *ascendentes* e *descendentes*, prossegue com a leitura. Para finalizar, destaca-se o processo inferencial, estratégia cognitiva, que contempla recuperação e integração de informações, como fundamental na relação que o leitor faz com o conteúdo expresso no texto e uma associação condicionada a níveis de conhecimento.

Cabe esclarecer que existem conhecimentos específicos requeridos por um dado texto, e que sem eles não acontece uma compreensão eficaz, isso leva a crer que o fato de o leitor ter vinculado à memória muito conhecimento não o assegura de uma leitura proficiente, tendo em vista determinado conteúdo de um texto e suas especificidades. Mas reconhece-se que quanto maior o nível de conhecimento, mais se destacam estratégias reguladoras de sentidos; dentre as quais, listam-se a seleção de informações essenciais no texto e o estabelecimento de correlações intratextuais e extratextuais.

Quando na interação com o texto, particularmente observado aqui o texto escrito, analisam-se as pistas textuais, o leitor faz um levantamento específico das informações presentes na textualidade e, a partir delas, será possível seguir para uma compreensão estabilizada contextualmente (MARCUSCHI, 2001). Ao construir sentidos para uma determinada “abertura textual” o leitor consegue incluir suas visões de mundo às informações dadas no texto e, a partir dessa ponte, estabelecer, segundo suas condições de planejamento, uma leitura autônoma.

Uma concepção cognitivista postula que o conhecimento está sempre sujeito a mudanças, e que as variáveis vão se modificando e se tornando cada vez mais *independentes* por conterem conceitos que antes já foram determinados. Estabelecem-se “teias” de significação que fazem com que o processo de estocagem de conteúdos viabilize a formação de esquemas, isto é, para a formação de “conhecimentos novos”. Em um primeiro momento, o conhecimento *estável* fica organizado em uma memória *à médio prazo*, que depois passa a ser disponível em uma memória de longo prazo, onde acontecem as construções e (re)formulações de conhecimentos futuros.

Isso revela que, durante a leitura, sempre se faz necessário o uso do conhecimento prévio, e sem ele o leitor não conseguiria construir sentidos. Vários autores atribuem aos conhecimentos arquivados níveis que os categorizam em partes específicas como: conhecimento enciclopédico, textual e linguístico. Essas categorias são as mais conhecidas, mas existe outro nível a ser destacado, o conhecimento interacional – este último apontado por Ingedore Koch (2003) – que recorre “sobre as formas de *inter-ação* através da

linguagem” (KOCH, 2003, p. 48).

Nesse processo de interação dos conhecimentos, o leitor busca desfazer as ambiguidades justamente levantando pontos e unindo-os com a finalidade única de realizar a compreensão do texto. E quando o leitor se depara com certas obscuridades cabe à memória tentar relacioná-las aos outros conhecimentos que ajudaram no processamento daquela informação. Ângela Kleiman (2000), ao apontar que o leitor necessita dos conhecimentos para estabelecimento de sentidos, ainda afirma que quando o leitor não tem conhecimentos o suficiente em um determinado nível, os outros níveis operam para auxiliar na compreensão, em uma espécie de compensação de algumas falhas específicas, e até mesmo momentâneas referentes àquela situação de aprendizagem.

Tipos de Conhecimento

Para identificar os três níveis de conhecimentos, o modelo de “grandes sistemas” que foi aqui seguido, destacam-se as contribuições de Koch (2009). Mas será apenas discutido o conhecimento *interacional* ou *sociointeracional*, que direciona um olhar sobre as formas de produção da comunicação humana, uma vez que esse conhecimento se mantém no lado social da língua, até então era um pouco desprezado por outros pesquisadores. A autora inclui nesse nível um subgrupo de quatro conhecimentos que se encontram no âmbito das ações verbais, ou seja, as formas de interação: o conhecimento ilocucional, o comunicacional, o metacomunicativo e o conhecimento superestrutural.

Cabe ao conhecimento ilocucional indicar os propósitos do autor do texto, esse conhecimento vai ajudar na identificação de objetivos do produtor. Em muitos casos, esses enunciados podem vir de forma indireta e é necessário que os interlocutores tenham conhecimento necessário para compreender. É comum ser usada a expressão “Por que não vai ver se estou na esquina?”, apesar de estar identificada de forma implícita, esse enunciado tem como propósito que a outra pessoa a deixe sozinha e que não a perturbe, essa é uma frase onde se encontra o objetivo ilocucional, ou seja, um ato de linguagem que promove uma ação.

Já o conhecimento comunicacional diz respeito à quantidade, seleção e adequação de informação, variantes linguísticas e aos tipos de textos que devem ser usados em cada situação comunicativa. De acordo com cada contexto de produção de fala, o ser humano carrega essas regras que funcionam para ordenar a comunicação humana em uma situação de produção. Trata-se do Princípio da Cooperação na interação, postulado pelo filósofo americano

Paul Grice (1982).

O conhecimento metacomunicativo permite que o leitor esteja em um nível mais verbal, tentando evitar possíveis complicações durante a leitura, é um conhecimento que atende a vários tipos de ações linguísticas que tentam configurar a construção textual, já o conhecimento superestrutural está ligado aos esquemas, tipos de textos, unidades que regem uma ordenação sobre a conexão, estrutura e objetivos textuais globais.

Segundo Koch (2009, p. 49), cada um desses sistema de conhecimento ainda corresponde a uma forma de interpretabilidade, ou seja, sobre como colocar cada conhecimento em uso. E ainda, que por trás de cada conhecimento há outro específico que age como um “tipo procedural”, capaz de estabelecer o controle sobre os “demais sistemas no sentido de adaptá-los ou adequá-los às necessidades dos interlocutores, no momento da interação”. Esse sistema funciona com base no meio sociocultural do leitor e em suas condições de representação, a autora afirma que esse sistema se caracteriza através das estratégias de processamento textual.

Pode-se dizer que essas estratégias na concepção de Van Dijk e Kintsch (1983, p. 65, apud KOCH, 2009, p. 50), são “uma instrução global para cada escolha a ser feita no curso da ação”. Dessa forma, são várias as estratégias usadas durante a leitura de um texto, elas permitem uma contribuição interpretativa mais elevada daquele escrito. As estratégias cognitivas podem ser usadas simultaneamente, fazendo com que cortes possam ser feitos durante a leitura, e que apenas aquele espaço a ser completado seja recuperado, podendo chegar à interpretação.

Os autores afirmam que a informação é processada em um momento *on-line* da leitura, e que as estratégias operam para que seja feito o uso do conhecimento. Assim, as estratégias cognitivas a todo momento permitem a criação de novas informações, são as *inferências* – operadoras do significado do texto – pois possibilitam que o processamento ocorra de forma mais flexível, colaborando para a produção da compreensão.

Processamento textual e compreensão

Os fatores que vão contribuir para a compreensão estão relacionados com o processamento das informações textuais. Ao compreender um texto, o leitor mescla seus conhecimentos prévios com as novas informações e, durante esse processo, há geração de inferências. As inferências contribuem para tornar o texto coerente, já que servem para auxiliar na manutenção de sentido, fazendo com que o leitor busque vedar as lacunas do texto com

novas informações – que surgem dessa integração – e operar para que sejam agregados e extraídos de cada sentença significados que se completam com outras sentenças resultando na coerência do texto.

Na psicologia cognitivista, há teóricos que estudam modelos que abordam uma perspectiva descendente (top-down) da leitura, na qual o uso de dedução de informações que estão no texto é continuamente feito. Kato (1978) recupera uma discussão de Goodman e Smith (apud Kato, 1998) na qual os autores apresentam o que seriam as estratégias que são utilizadas durante a leitura. Para Goodman, a leitura se concentra em um processo que envolve: “colheita de amostragem, predição, testagem e confirmação” (apud KATO, 1998, p. 80), segundo ele, são as principais estratégias que irão colaborar no fornecimento e processamento das informações. Goodman acredita que a leitura é um completo jogo psicolinguístico de adivinhações, porque à medida que o leitor drena as informações, ele levanta hipóteses que poderão auxiliá-lo na confirmação ou não, do que procede no decorrer do texto.

Kato (1998) segue o mesmo raciocínio que Smith (1978, apud KATO, 1978, p. 80) ao dizer que a leitura funciona em um *reconhecimento instantâneo* e não por processamento analítico-sintético, ou seja, os autores acreditam que a compreensão não se dá no controle da decodificação, mas sim na procura pelo significado. Tanto Goodman (1967, apud KATO, 1978, p. 80) como Smith (1978) confiam na estratégia de adivinhação, eles afirmam que esse fenômeno é necessário para uma leitura significativa, na qual, segundo eles:

[...] a leitura não envolve apenas um *input* visual, mas também informações não-visuais, do universo cognitivo do leitor. É esta a interação das pistas visuais com o conhecimento armazenado na memória do leitor que lhe possibilita antever, ou predizer, o que ele irá encontrar no texto (KATO, 1998, p. 80).

Apesar de os autores acreditarem na credibilidade dessa estratégia de adivinhações, eles são muito criticados por não apresentarem mais especificidades a muitas perguntas feitas a essa teoria. Outros pesquisadores alegam que a teoria das adivinhações não pode ser a principal estratégia caracterizadora de um leitor proficiente, já que muitas adivinhações podem atrapalhar os leitores no processamento dos dados (e que os leitores que mais utilizam essa estratégia, são justamente aqueles que não fazem as confirmações de maneira correta) e, ainda, que essa teoria por vezes segue um modelo vago de explicações sobre o funcionamento da leitura.

Nesse arcabouço Kintsch e Rawson (2013, p. 227) se referem a

compreensão como “um conjunto de fenômenos empíricos e um construto teórico”, em que vários processos cognitivos acontecem de forma espontânea para satisfazer às necessidades de representação durante a leitura. Para esclarecer como a compreensão funciona, os autores buscam explicar como os processos básicos que estão envolvidos na compreensão textual operam.

Para exemplificar esses processos, os autores fizeram uma convenção vocabular para “níveis”, em vez de *processos*, uma vez que, para o estabelecimento da compreensão textual, há processamento em vários níveis. Aqui serão tratados os quatro níveis: o nível linguístico, que permanece no desenvolver da decodificação, percepção e reconhecimento dos símbolos gráficos que são apresentados no texto. No segundo nível, há formação de pequenas unidades significativas proposicionais, em que os significados das palavras, de maneira *inter-relacionadas*, constituem a *microestrutura*. Tendo em vista a formação dessa cadeia menor de palavras, é preciso observar as unidades que se encontram organizadas em uma unidade de “ordem superior”, a *macroestrutura*.

A macroestrutura envolve uma visão mais global do texto, em que os tópicos são redimensionados a esquemas. Juntas, a microestrutura e a macroestrutura são chamadas de *base textual*, que corresponde ao terceiro nível. Para Kintsch e Rawson (2013, p. 228) “A base textual representa o significado do texto, tal qual expresso verdadeiramente pelo texto”. Nessa condição, o leitor é capaz de entender o que está implícito no texto, mas não de ter um entendimento profundo. Assim, essa compreensão dos autores aponta que é necessário que o leitor construa um modelo mental do texto para ser desvendado, de maneira que tanto a coerência como o sentido possam ser estabelecidos.

No quarto nível, acontece uma construção que os autores chamam de *modelo situacional*. Nesse estágio é exigida “a integração de informações fornecidas pelo texto com o conhecimento prévio relevante, e os objetivos do indivíduo que o compreende” (KINTSCH e RAWSON, 2013, p. 228); assim, no modelo não é só o domínio verbal que se faz presente, mas também todas as condições emocionais, imagéticas e de experiência pessoal contribuem intimamente para a construção de sentidos.

Visto isso, a construção do modelo permanece ainda nas relações de sentidos estabelecidas durante o processamento inferencial, que se destaca diretamente sobre as situações de compreensão estabelecidas pelo leitor. Levando em consideração o conhecimento *interacional* (KOCH, 2009) e ainda verificando a forma de interpretabilidade objetivada pelo leitor, a construção desse modelo situacional citado pelos autores estabelece que através de

ativações de conhecimento de ordem contextual o leitor, em um hierárquico movimento de seleção de combinações, vem a formar essa representação. Esse conhecimento interfere diretamente nas possibilidades de processamento e na formação do modelo que, além de sintetizar na memória a melhor forma para aparar os principais componentes textuais, verifica como que essa reorganização de informação pode ocorrer.

Conhecimento e compreensão: as inter-relações nesse processo

Ainda abordando o modelo situacional, Van Dijk (2000) afirma que a construção desse modelo situacional deriva da situação discursiva na qual o leitor (ou usuário) está inserido, incluindo modelos novos e velhos. Dessa forma, para o autor a programação desse modelo é estabelecida na explicação de muitos fatores recorrentes na compreensão. Já que será esse modelo a cumprir um fundamental papel desde o estabelecimento de coerência (ligados a fatores correferenciais), até a recordação e atualização do modelo.

Dessa forma, é possível observar em uma pesquisa realizada por Gerhardt (2009), é a maneira como o modelo situacional foi construído. A autora desenvolveu o trabalho em duas escolas, uma pública e outra particular, de cada escola uma turma foi selecionada somando duas turmas. Os alunos leram dois tipos de textos e responderam ao questionário correspondente a cada leitura, algumas perguntas eram rasas e as respostas se encontravam bem explícitas no texto, outras eram mais elaboradas e pretendiam que os alunos, ao respondê-las, fizessem uma interpretação mais analítica e profunda do texto. Com essa estratégia a autora tentou analisar as respostas e perceber o que fugia de cada contexto.

Afirmando que na construção do modelo situacional, sobre o uso de experiências e outros aspectos da vida que agem sobre essa formação, as crianças da pesquisa que eram da escola pública, quando confrontadas a respeito de alguns personagens que são bem próximos do seu contexto social, desenvolveram respostas que fazem declarações a favor desses personagens, mesmo que às vezes eles pudessem estar errados, o que não aconteceu com os alunos da rede privada.

Tendo em vista esse comportamento apresentado pelos alunos, fica evidente como conhecimentos e modelos situacionais antigos levaram os alunos a reconsiderar fatores que seriam para eles mais interessante, assim, eles tentam através de práticas passadas avaliar e reconsiderar ou não a situação apresentada no texto, em que um menino de classe baixa recebe um pedido de vender seu querido passarinho a uma menina rica mimada. Essa situação pode

por ora revelar sentidos comuns para estes alunos, poderia para eles não ser *a venda da própria ave*, mas de uma “pipa” bem bonita, de um cachorrinho querido, ou até mesmo de outro pertence de grande valor sentimental para as crianças que fizeram parte da pesquisa.

Então, considerando a formação desse modelo mediado pelos conhecimentos, experiências e interesses do leitor, verifica-se que além da condução textual oferecida pelo texto, o aspecto contextual é um fator de grande valor na construção de uma representação que é lançada com apoio na construção desses modelos de situação.

Uma das hipóteses sobre essa diferença nos resultados em relação às duas escolas, diz respeito com o que os autores falam sobre a construção desse modelo situacional, uma vez que esse processo leva em consideração todo o contexto sociocultural do leitor, em que seus conhecimentos serão relacionados com a sua visão e leitura do mundo.

Nesse mesmo estudo, a autora salientou o fato de que “o conhecimento prévio é um elemento fundamental para a construção da leitura, isso implica que, muito embora algumas previsões possam ser feitas como um determinado texto será lido, cada pessoa lerá um texto de forma que lhe é absolutamente pessoal”. (GERHARDT, 2009, p. 76).

Outro estudo sobre as relações do compreender e o conhecimento do leitor, foi realizado por Fontana e Rossetti (2007) que submeteram alunos universitários a realização diagnóstica dos níveis de competência leitora. Na pesquisa, inicialmente, os alunos tiveram contato com uma avaliação composta por perguntas: iniciais (pré-leitura) e teste (que faziam referência a temáticas do texto). As perguntas de pré-leitura, realizadas antes do contato dos universitários com os textos, permitiu verificar que 92,4% dos alunos conseguiram desenvolver respostas pertinentes às perguntas, o que demonstra que os alunos tinham certo conhecimento sobre a temática. E já nas questões do teste de leitura, aplicadas depois do contato com o texto, o percentual de respostas adequadas a cada questão, caiu para 66%, o que indica uma emblemática em relação aos dois percentuais.

Observando essa contrariedade nos dados, a hipótese adotada pelas autoras seria de que, quanto mais conhecimento sobre determinado assunto maiores as chances de compreensão do leitor, mas ao fazer esses testes as mesmas evidenciaram que os leitores depois que tiveram contato com o texto não tiveram um bom desempenho. Revelou, ainda, que uma compreensão eficaz não será necessariamente determinada em todos os casos pela quantidade de conhecimento do leitor, mas sim por sua habilidade em estabelecer as relações necessárias entre o conhecimento novo e velho. Com base nos dados

da pesquisa as autoras ainda afirmam que:

Conforme o que Ausubel, Novak e Hanesian (1980), a relação entre a estrutura cognitiva do leitor e as informações novas não constitui uma simples justaposição ou ligação de elementos, mas uma reestruturação, o que parece não ter sido o caso com os aprendizes da amostra, contrariando a hipótese inicial (FONTANA e ROSSETTI, 2007, p. 200).

Depois da leitura tendo um maior acionamento e integração de conhecimentos os percentuais de 92,4% para 66% demonstram que o conhecimento não foi empregado de forma adequada. Essa má compreensão se justifica pelas inadequações que foram feitas na leitura. Finalizando a pesquisa, as autoras afirmam que essa queda no percentual em relação às atividades de pré-leitura e teste de leitura resumem que “o conhecimento enciclopédico do aprendiz parece não ter sido integrado adequadamente às informações novas” (FONTANA e ROSSETTI, 2007, p. 202). Assim, por não haver uma integração adequada ficaria impossibilitada a canalização do conhecimento novo a um compartimento pré-existente do esquema.

Caso os alunos tivessem conseguido realizar uma ancoragem do conhecimento novo nas categorias adequadas das estruturas cognitivas, essa categorização faria com que a leitura fosse feita de forma mais fácil – já que as estruturas estariam bem definidas o que facilitaria a divisão da informação nova recolhida do texto. Não apenas esse processamento textual, fatores como: a inexistência de pré-estruturas, falta de repertório, organização adequada da memória e uso adequado de estratégias interacionais.

O Processo de Integração do Novo com o Velho

O leitor não precisa ter apenas o conhecimento, ele necessita fazer uso correto de suas habilidades cognitivas, estabelecendo ligações e realizando inferências, assim, nesse processo as informações retiradas do texto e do arcabouço do leitor, configuram relações satisfatórias. Pois para que todo esse sistema integrativo seja efetivado é necessário que vários compartimentos cognitivos sejam acionados, uma vez que será essa sequência de acionamento que possibilitará o entendimento do texto.

Como que em qualquer sistema, sendo este o do processamento, são envolvidos inúmeros processos nesse percurso. São criados modelos de situação, selecionamento e levantamento de informação e por fim, a

formação da representação da base textual. Para que esses processos ocorram mecanismos internos variam tanto na frequência como na forma em que são utilizados. Dessa forma, para tentar “esmiuçar” o texto e contemplá-lo de melhor forma, o leitor de maneira inconsciente utiliza inúmeros mecanismos que o auxiliaram no “desvendar o texto”, à medida que o compreende.

Kato (1998) apresenta um tipo de ação que é acontece durante o processamento textual, o leitor faz uso de processos descendentes (top-down) e ascendentes (bottom-up) que propiciam ao leitor possibilidades de compreensão. Com medidas diferentes o leitor pode usar mais um processamento do que outro, o que o levará a leituras também diferentes. Analisando um leitor que faz uso adequado das pistas visuais do texto e de seu conhecimento para estabelecer as relações de sentido, é preciso caracterizá-lo como aquele leitor que busca no texto as pistas necessárias para processar e integrar as informações ao seu conhecimento.

Dessa forma, esse leitor consegue usar os processos ascendente e descendente, de forma integrativa: o primeiro processo (bottom-up) permite a construção de significado a partir das informações presentes, em que as partes de forma linear são relacionadas até atingir um significado maior, o segundo (top-down) faz um uso dedutivo das informações não-visuais do texto em que seu estudo parte da macro para a microestrutura (KATO, 1978).

Tendo em vista que este trabalho procura entender que tipo de leitor realiza tal processo de integração da informação visual nova como um conhecimento que nele está disposto, é necessário entender como o processo de integração funciona, aqui esse processo receberá pontualmente o nome de “*movimento integrativo*” para ressaltar o acontecimento durante o processamento textual.

Durante o movimento integrativo, as informações em primeiro caso são catalogadas, e posteriormente cada informação é digerida e dirigida a seu respectivo bloco. Os esquemas funcionam justamente para esse mecanismo de coleta e separação de acordo com cada categoria.

De início os esquemas são redes que funcionam juntamente a sub-esquemas capazes de ordenar pacotes de conhecimentos. À medida que um esquema é acionado os outros relacionados a ele também o são, podendo, assim, fazer um levantamento tópico que facilita o reconhecimento e a compreensão em diversas situações. Os esquemas ainda são localizados na memória de longo-termo, quando há alteração no conhecimento de mundo, ele se reordena. São eles que operam quanto predizer ao que está implícito no texto, pois o acionamento dos esquemas colabora com uma manutenção do que está “arquivado”, já que mais informações estão sendo recuperadas e

adicionadas ao texto.

À medida que os esquemas são acionados e as variáveis são preenchidas, constituindo-se em representação mental consciente, as informações passam a ser dadas (velhas), e, estando no nível consciente, possibilitando sua integração com novas informações que se obtêm no texto (KATO, 1998, p. 54).

Ao compreender esse processo é possível perceber que os esquemas são os pioneiros referentes ao arquivamento das informações. Kato (1998) afirma que a computação dos termos anafóricos se dá mais rápido do que os termos que constituem uma nova informação – fazendo uma certa comparação –, já que para o processamento dos termos anafóricos o leitor precisa apenas fazer ligações aos possíveis correferenciais. Com a informação nova, é necessário o acionamento de esquemas ainda não utilizados, ou até mesmo a formação de um novo esquema que possibilitará a compreensão.

Essa integração do velho com o novo vai depender inteiramente das funções do texto, viabilizado nos dois processos (top-down e bottom-up) no “grau de novidade ou certeza da forma ou dos significados” (KATO, 1998, p. 62), que estão contidos no texto. Portanto, em leituras mais conhecidas o processamento vai ser mais rápido e o leitor absorverá com mais facilidade os textos mais familiares e de conceitos previsíveis (descendente), já em formas desconhecidas será realizada uma leitura ascendente.

Então, todo leitor realiza os dois tipos de processamento, só há momentos em que ele utiliza mais um do que o outro, tudo vai depender do tipo de texto a ser lido, de suas características e esquemas. Esse momento de geração de nova informação ocorre em meio ao processamento. Ballstaedt e Mandl (1984, apud LENCASTRE, 2003, p. 106) revelam que quando o leitor adicionar o seu conhecimento inter-relacionados às informações contidas no texto, “ou seja elaboram informação” o mesmo vai ter mais facilidade para lembrar daquele material. Assim, os interesses, objetivos, capacidade cognitiva, estratégias utilizadas e o modo que ocorre o processamento da informação irão definir a leitura realizada por ele.

Quando o leitor se depara com uma má compreensão textual, são várias hipóteses a serem feitas, em primeiro lugar se deve levar em consideração a profundidade do conhecimento do leitor sobre o assunto tratado no texto. Como Kato (1998) afirma, caso o leitor não tenha proximidade com a temática, ele não vai conseguir processar uma leitura adequada. Porque o leitor não tem construído estruturas que o possibilitem processar de maneira satisfatória

aquela informação.

As informações são coletadas do texto pelo leitor, o mesmo que, em um movimento integrativo, vai tentar levar cada novo conhecimento a um bloco do esquema e tentar capturar os resultados daquela combinação. Quando um bloco é inexistente, novas operações irão construir a base daquele esquema. Por isso, se diz que quando o leitor entra em contato com um texto, que foge das suas referências de leituras e de seu conhecimento como um todo, ele deixa muitas lacunas durante a compreensão, o que custa ao leitor um maior tempo para aquele processamento; embora as lacunas no texto sempre existam.

O Processo inferencial

As inferências encontram-se em um campo profundo do texto, no terreno do não dito, daquilo que de alguma forma o texto “anuncia, mas não comunica”, é preciso que haja interação entre autor-texto-leitor, para que essa leitura mais profunda seja estabelecida. Koch (2009), ao dar exemplo da metáfora do *iceberg* demonstra como esse processo de construção de sentidos está além do que se encontra na superfície do texto (da identificação e categorização do signo), e que é preciso mergulhar em águas profundas, encontrar uma significação aproximada ao “querer dizer” do produtor, um sentido do texto, construir representações e conduzi-las a conclusões que o texto indica.

Assim, considerando o texto como ação comunicativa que envolve um produtor e um interpretador, e a leitura como um evento ativo que faz o leitor buscar e produzir sentidos, entende-se que esse leitor, não é mais um mero receptor ou decodificador passivo de um produto pronto (texto), mas sim, um construtor de significação que durante o ato de ler revela-se através da sua leitura de mundo, nas suas formas de interpretá-lo e dar sentido a ele. Porque dar sentido a um texto envolve necessariamente não só o que está escrito, mas, as múltiplas linguagens que de alguma forma interagem com ele.

Contribuindo e ampliando as considerações da autora, Marcuschi (2011) afirma que as inferências irão funcionar no texto como hipóteses coesivas, como provedoras de contexto para manuseio de informação, uma vez que esse processo é que faz possível o cruzamento de informações. O processo inferencial ocorre justamente nesse momento de relações e integrações durante a leitura. E quando esse mecanismo cognitivo ocorre, o leitor, partindo das informações dadas pelo texto, constrói uma representação textual.

O autor afirma que as teorias da compreensão se dividem em dois

paradigmas: que *compreender é decodificar* e que *compreender é inferir*, uma que analisa a compreensão com base em uma noção de língua como código e a outra que se mantém na concepção de língua como atividade.

Ao processo inferencial, cabe a concepção de língua como atividade, em uma íntegra “negociação” para a construção de sentidos. Marcuschi, define que as inferências atuam como hipóteses que ajudam a manter a coesão, e que facilitam o trabalho do leitor no processo de compreensão textual. O autor afirma que “compreender não é uma atividade de precisão” (MARCUSCHI, 2011.p. 97), não é um cálculo de produto exato. Para que haja compreensão exige-se: seleção, reorganização e reconstrução dos conhecimentos adquiridos

Koch (2014, p. 191) acentua que o movimento da leitura se estabelece em um plano de progressão e retroação no texto. Com esse percurso, o leitor consegue estabelecer à compreensão, visto que em contato com os textos são construídas âncoras que servem para a construção do novo conhecimento. Dessa forma, a informação que está contida no texto revela-se em dois planos: “dado e novo”. Plano este que pode ser estabelecido justamente através do processo inferencial, porque as impressões feitas para estabelecer o que será novo antes passa pelo plano inferencial que verifica as combinações referente aos conhecimentos do leitor. Todo esse processo ocorre de forma automática, são mecanismos que ocorrem durante todo o processamento, não é ainda definido, ou esclarecido à luz da pesquisa, o momento exato em que as inferências ocorrem, mas que o inferenciamento transita em todos os segmentos de processo de compreensão.

Assim, essa informação dada serviria como base para o estabelecimento da informação nova. A última só se manifesta de maneira efetiva a depender dos conteúdos que estão impressos na memória do leitor. Esses processos de ancoragem das informações, segundo Koch, vão ser ativados pelas pistas dadas no texto, mas todo esse processo irá ocorrer via inferenciação.

Entendendo essa relação como constituinte do processamento textual, assume-se aqui a compreensão formulada como uma atividade inferencial, COSCARELLI (2002) argumenta sobre a temática e afirma que:

Processos inferenciais costumam ser realizados em todos os processos envolvidos na compreensão. Por exemplo, quando o leitor cria um significado para uma palavra que ele não conhece, quando estabelece as ligações entre um elemento anafórico e seu antecedente, quando depreende a ideia principal de um texto etc., está fazendo inferências. Cada uma dessas inferências parece ser feita em etapas diferentes do processamento e, portanto, envolve diferentes fatores (COSCARELLI,

2002, p. 10-11).

Não se pode negar o trabalho realizado pelas inferências e sobre como elas atuam na leitura, por meio de operações cognitivas que revelam de imediato as relações que se estabelecem entre conhecimento e nova informação. A relação do conhecimento com as informações apresentadas no texto, está intrinsecamente ligada às atividades inferenciais, que tentam ao longo do processamento estabilizar, construir e reconstruir um significado que deve ser atribuído pelo leitor. Tal processo estimula um comportamento de previsão, em que o leitor, na busca pelo significado, deve atribuir ao texto uma significação que surgirá da combinação e interação na relação autor-texto-leitor.

Considerações Finais

As considerações aqui feitas apontam para um leitor que necessita do seu conhecimento para atribuir sentidos ao texto e, quando esse processo ocorre, as variáveis cognitivas trabalham para que essa integração do conhecimento com a informação visual possa ocorrer de forma mútua. Assim, diferentes níveis de conhecimento colaboram para o processo de leitura e direcionam uma linha de compreensão.

O leitor encontra no texto as informações visuais que funcionam como pistas deflagradoras de uma estrutura profunda que, para ser atingida, conta com um conhecimento prévio do leitor. O acionamento dessa estrutura é feito por meio da integração de conhecimentos, em que há o cruzamento dos dois pólos texto-leitor, para uma efetiva integração é preciso levar em consideração alguns aspectos referentes às características de cada uma das partes, ou seja, as pistas linguísticas, características do texto, e os conhecimentos do leitor, o que envolve o contexto cognitivo e os demais a ele associados como, o situacional e o sociocultural.

O leitor em processamento leitor mapeia o texto identificando as informações e constrói/atribui um sentido aquele texto a partir do ajuste com os seus conhecimentos. Nesse processo o leitor preenche as frechas intrínsecas a todo texto, caracterizando a comunicação como uma relação participativa. Com isso, no momento da leitura, o leitor vai fazer uso das estratégias técnicas que vão operar durante a compreensão.

E no referente ao texto, é ele que dá as pistas textuais para que o leitor possa desvendá-lo à medida que o interpreta. O texto apresenta características diversas e apresenta essas informações também de forma diferente,

convergindo, então, à disposição que o leitor pode alcançar para processar uma significação.

Muitas são as perguntas e poucas são as respostas a respeito das inferências, os autores se dividem sobre os aspectos referentes a esse processo. Visto que as operações cognitivas que são realizadas durante a decodificação até a compreensão ainda são obscuras, apesar das pesquisas mais recentes no campo das Neurociências ampliarem os estudos sobre habilidades e disposições repousadas sobre o ato de ler, os pesquisadores compreendem que há ainda muito o que se pesquisar, tendo em vista que refletir sobre o processamento inferencial implica considerar a atuação do cérebro no processamento de conteúdos e de ações.

Diante dessas reflexões, destaca-se que o estabelecimento de inferência, como estratégia típica na construção de sentidos, possibilita o preenchimento de lacunas do texto. Porque o texto não carrega um sentido completo, as pistas são deixadas e cabe ao leitor integra-las, inferindo as informações implícitas. Assim, as inferências encontram-se no terreno do não dito, daquilo que de alguma forma o texto “anuncia”, é preciso que haja interação entre autor-texto-leitor, para que essa leitura mais profunda seja estabelecida.

Percebendo os fatores que estão reunidos durante esse processamento, as inferências surgem como uma estratégia cognitiva que irá a todo instante atuar como operadora de significados, uma vez que pertencem ao processo integrativo realizado na leitura. Nesse processo de integração do novo com o velho é possível perceber que o leitor deve utilizar de estratégias que serão para ele cruciais durante a leitura. Cada leitor já vai ao texto com objetivos e intenções, e de acordo com eles busca as significações do texto, as quais não são exatas e sim, estabilizadas em dado momento de interação.

Conclui-se que, durante a leitura, a integração é processual e contínua; assim, mesmo após a leitura, esse processo não se finda, pois os conhecimentos são reformulados, os esquemas (re) categorizados, as significações modificadas e processualmente vão agindo nas interações dos sujeitos, por meio das quais sempre sentidos serão atribuídos, construções de linguagem feitas e gerações de novas informações como fruto da percepção do leitor no mundo e no processamento comunicacional.

Referências:

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. *O texto e seu potencial comunicativo*. Disponível em: <http://www.cepad.net.br/linguisticaelinguagem/EDICOES/05/Arquivos/03.pdf>

Acesso em: 17 març. 2019.

COSCARELLI, C. V. *Reflexões sobre as inferências*. Anais do VI CBLA – Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Faculdade de Letras da UFMG, CD Rom, 2002, p. 01- 05.

FONTANA, Niura Maria; ROSSETTI, Morgana. *Relendo a relação entre conhecimento enciclopédico e leitura*. Universidade de Caxias do Sul. Linguagem & Ensino. v.10, n. 1, p. 187 – 210.

GERHARDT, Ana Flávia Lopes M; ALBUQUERQUE, Camila de Farro de; SILVA, Igor de Souza. *A cognição situada e o conhecimento prévio em leitura e ensino*. / Ciências & Cognição, 14 (2). Pp. 74 – 91.

GRICE, Paul. *Lógica e conversação*. In: DASCAL, Marcelo. (Org.). Fundamentos metodológicos da linguística, vol. IV, Campinas: [s.n.], 1982

KATO, Mary. *O aprendizado da leitura*. 4º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KOCH, Ingedore G. V. Produção e compreensão de textos: a perspectiva da linguística textual. In: KOCH, Ingedore G. V. *As tramas do texto*. 2º ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 188-199

KOCH, Ingedore G. V. ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore G. V. *A coerência textual*. 15º ed. São Paulo: Contexto, 2003.

KOCH, Ingedore G. V. *Desvendando os segredos do texto*. 6ºed. São Paulo: Cortez, 2009.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e Leitor – Aspectos Cognitivos da Leitura*. Campinas, SP: Pontes Editora, 2000.

KINTSCH, Walter; RAWON, Katherine A. *Compreensão*. In: SNOWLING, Margareth J.; HULME, Charles (orgs.). *A ciência da leitura*. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 227-244.

LEFFA, Vilson J. *Aspectos da leitura*. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto, 1996.

LENCASTRE, Leonor. *Leitura - Compreensão de textos*. Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Compreensão textual como trabalho criativo*. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. Caderno de formação: formação de professores didática geral. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 89-103, v. 11

ESBOÇO DE UMA TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO CHOMSKYANO

Luiz Fernando Dias Pita¹
(UERJ/ABRAFIL)

RESUMO:

Este artigo visa esboçar a trajetória do pensamento do linguista norte-americano Noam Chomsky durante os anos 50 e 60, através da apresentação de quatro de suas mais importantes obras, publicadas naquele período, nas quais foram desenvolvidas as ideias fundamentais sobre as quais o restante de sua obra foi construída.

Palavras-chave: Linguística Gerativa, Gramática universal, cartesianismo, competência, performance.

OUTLINE OF A TRAJECTORY OF CHOMSKYAN THOUGHT

ABSTRACT:

This article aims to outline the trajectory of the thought of the North American linguist Noam Chomsky during the 50s and 60s, through the presentation of four of his most important works, published in that period, in which were developed the fundamental ideas about which the rest of his work was built.

Keywords: Generative Linguistics, Universal grammar, Cartesianism, competence, performance.

A Linguística, decerto, não é uma das ciências mais populares: mesmo se o ser humano debate muito sobre línguas e temas correlatos, apenas alguns profissionais especializados – seja na área de Letras, seja sobre Ensino de Línguas – dedicam-se à exploração sistemática dos campos da capacidade humana da linguagem e suas diversas aplicações.

Assim, apenas (muito) esporadicamente linguistas se tornam conhecidos fora dos círculos acadêmicos e/ou especializados – ora por uma descoberta genial em alguma pesquisa, ora por sua participação na vida de um grupo social. Talvez ainda porque muitos desses pesquisadores preferem

1- Doutor em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010); Especialização em Língua Latina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003); Mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006); Mestrado em Interlinguística e Esperantologia (Univ. Adam Mickiewicz, Poznań, Polônia, 2017). É membro da Academia Brasileira de Filologia, ocupando a cadeira nº 39.

<http://lattes.cnpq.br/7226924651669155>

manter-se à sombra de alguma instituição e, infelizmente, falar apenas para seus pares. Isso, entre outras coisas, acaba aumentando as barreiras entre a ciência (em geral) e o homem não-especializado, mesmo que culto, que, incapaz de entender o “dialeto científico” falado pelos profissionais, tornam-se facilmente presas dos que acreditam que a Terra seja plana.

No entanto, por sorte há, em todas as ciências, especialistas que preferem comunicar suas ideias também para o homem das ruas: assim, geralmente eles apresentam, em textos de fácil entendimento, ideias que podem ser compreendidas por qualquer um com uma formação mediana – seja um especialista da área ou não. No território da Linguística, um desses profissionais é o norte-americano Noam Chomsky, e o propósito do presente artigo é justamente o de esboçar um mapeamento da trajetória de suas ideias, enfocando sua primeira fase, compreendida entre os anos 50 e 60.

Filho de judeus russos emigrados aos Estados Unidos, Chomsky nasceu na Filadélfia, no ano de 1928. Desde 1951 ele publica ensaios e artigos sobre suas diversas pesquisas com relação à linguagem humana. Tais ensaios, contrariamente aos de muitos outros, são redigidos em um discurso de fácil compreensão, o que certamente colabora em sua divulgação pelos círculos universitários. No entanto, não apenas por isso Chomsky tornou-se, hoje, o linguista mais conhecido do planeta: tanto suas ideias políticas, quando suas ácidas críticas às estruturas norte-americanas de poder – que ele acusa de serem “imperialistas” – encontram ampla ressonância também fora das universidades e academias. Infelizmente, já é sabido que essa fama ofusca, até certo ponto, suas ideias sobre Linguística, onde o conjunto de sua obra foi ainda mais contundente.

Se a importância da obra de Chomsky para os Estudos da Linguagem é de tal monta; creio que, conseqüentemente, é necessário que ela seja apresentada também para um público mais amplo, o que é mais um elemento de motivação para este artigo. Para tanto, a escolha dos títulos a serem aqui tratados não foi casual: além de apresentar uma visão elementar da evolução de seu pensamento, optou-se aqui por tratar daqueles que tiveram maior repercussão – seja positiva ou negativa - quando de seu lançamento original.

1. *Estruturas Sintáticas*

Assim, embora *Estruturas Sintáticas* – cuja primeira edição é de 1957 – não seja a primeira obra de Noam Chomsky, é certamente aquela que o tornou famoso nos círculos linguísticos norte-americanos. E, o que é mais importante, nessa obra Chomsky, pela primeira vez, sistematizou suas ideias

não só sobre sintaxe, mas também sobre a *independência da gramática*, sobre a *estrutura sintagmática* (e seus limites), sobre os *objetivos* e o *poder de esclarecimento da teoria linguística*. Desse modo, essa obra estabelece as bases *a partir e por meio das* quais o pensamento de Chomsky tornar-se-á praticamente um escola linguística, e se desenvolverá nas obras lançadas nas obras das décadas seguintes.

Nesse livro, Chomsky inicialmente define a língua como “um conjunto (finito ou não) de frases em que cada uma delas apresenta um extensão finita e é resultado de um conjunto finito de elementos”. Assim, o objetivo fundamental da análise linguística é separar as *sequência gramaticais* das *agramaticais*, segundo as quais tais frases são produzidas; e, conseqüentemente, a forma de testar a gramaticalidade dessas sequências é saber se elas são aceitáveis para um falante nativo. Desse modo, a gramaticalidade de uma frase é diretamente proporcional à sua adequação, e não à estrita obediência a qualquer conjunto de regras, e, mais importante: toda teoria linguística, de modo mais acertado que qualquer “gramática”, a forma pela qual essa gramaticalidade se liga ao *corpus* de “frases gramaticais” possível de ser, de fato, realizado – até porque, já observados – em línguas reais. Isso se torna mais importante porque não se aplica apenas a línguas específicas, mas a todo o processo da linguagem.

No entanto, de que modo pode-se distinguir as sequências gramaticais das agramaticais? Chomsky oferece três respostas: *a)*, a sequência deve ser suficientemente genérica, e não pode estar ligada a algum conjunto específico de enunciados; *b)*, sua gramaticalidade não pode mesclar-se à ideia de “frase com sentido”, pois até mesmo frases sem sentido podem apresentar uma construção totalmente gramatical (o que significa que a definição de gramaticalidade segundo a semântica é uma proposição totalmente vazia); e *c)*, a ideia de “gramaticalidade na língua X” não pode misturar-se à de “construção frasal possível, e estatisticamente provável”. Ou seja, não importa se uma frase tenha sentido ou não, mas sim se ela é sentido como “estranha” no contexto de uma língua X. Isso quer dizer que mesmo frases “compreensíveis” em uma língua podem soar “estranhas” se elas não corresponderem a qualquer modelo de fato naquela língua.

Essas três resposta permitem-nos concluir que – apesar da importância dos estudos semânticos – a gramaticalidade é um campo independente não apenas da semântica, mas que ele também completamente independente das probabilidades e estatísticas da construção linguística; pois esses últimos não são capazes de resolver plenamente alguns problemas fundamentais da estrutura sintagmática.

Porém, de que modo Chomsky pensa a estrutura sintagmática? Segundo

ele, sua primeira e absoluta condição é a *finitude*, e essa finitude estabelece os limites finais entre o que é gramatical ou não. Isso, é claro, não implica qualquer redução na gramaticalidade de uma língua, mas a sistematização interna de suas características e possibilidades: entre as quais estão, por exemplo, a preferência pela sequência sujeito-verbo-objeto; uso de plurais após o radical, etc. Assim, no nível da estrutura sintática, toda frase em toda língua é um conjunto de sequências, e não apenas de uma sequência simples de fonemas, morfemas ou palavras. Devemos considerar a estrutura sintagmática como um nível específico, que contém um conjunto de representações para cada frase da língua em si; isso finalmente age como limite e submissão das outras estruturas (fonética, morfológica, etc.) à sintática.

Evidentemente, a estrutura sintática também apresenta limitações, pois Chomsky não assevera que ela pode ser usada para descrever todas as línguas conhecidas; porém a contribuição de Chomsky não de setém aqui: ele era completamente consciente do fato de que suas novas ideias mudariam os objetivos da teoria linguística. Plenamente aplicada a uma língua, a estrutura sintagmática evidencia outra questão: a da justificativa das gramáticas. Porque, conforme Chomsky, “*toda gramática da língua X é, essencialmente, uma teoria sobre X*”, que se apoia sobre um número finito de fenômenos observáveis e nos capacita a construir leis gerais sobre ela. A nova questão, então, é como desenvolver e esclarecer a gramática correta, ou seja, a teoria correta, para cada língua.

Assim pensando, nem a teoria geral, nem as gramáticas específicas estão fixadas para sempre. Progressos e revisões podem acontecer de acordo com a descoberta de novos fatos relativos a línguas específicas, ou a partir da descoberta, mesmo em nível puramente teórico, da organização de dados linguísticos, ou seja, de novos modelos de estrutura linguística. Isso quer dizer que a teoria geral deve proporcionar-nos um método, prático e mecânico, para que nós descubramos a gramática. Isso também significa que sua teoria nos capacita a decidir quais são, entre todas as opções elegíveis do *corpus*, as que são os usos mais adequados da própria gramática. Por último, essa teoria também nos possibilita a avaliar as gramáticas. E, combinados, esses fatores não apenas criam a explosiva fórmula proposta por Chomsky, mas também demonstram o poder esclarecedor da teoria linguística.

O uso da teoria linguística em outros campos da linguagem mudou radicalmente a maneira segundo a qual se pensa a gramática, posto que unificou a fonética, a morfologia e a sintaxe numa mesma estrutura, e porque também separou a semântica – e também a diacronia! – dos demais estudos sobre a linguagem. Isso levou a uma nova abordagem e compreensão de fenômenos

gramaticais, feitas já por pelo menos três gerações de linguistas que se apropriaram dos modelos chomskianos e passaram a aplicá-los à línguas que estuda(va)m. Essa nova abordagem refletiu-se também nos materiais didáticos de línguas nativas e estrangeiras, que não mais representam as “regras de bom uso”, mas mostram os exemplos mais usuais, tomados da vida cotidiana. A redação de jornais e programas de televisão também usam as propostas de Chomsky, às vezes com – até demasiada – simplificação das estruturas linguísticas (como se os espectadores fossem crianças de 5 anos).

Em resumo, desde sua primeira edição, as *Estruturas sintáticas* fizeram com que não mais se pensasse a gramática como um eternal regulamento outrora herdado dos antigos falantes e a ser cegamente seguido pelos atuais, nem como uma evolução natural da língua, de certa forma devida à evolução semântica do vocabulário. Graças aos novos posicionamentos propostos por Chomsky, a gramática é vista como um fenômeno total, presente e usado no dia a dia.

2. *Linguística Cartesiana*

O segundo livro a ser tratado é “*A Linguística Cartesiana: um capítulo na história do pensamento racional*”, obra que muitos linguistas consideram como “o mais retumbante fracasso de Chomsky”. Editado pela primeira vez em 1966, nessa obra, Chomsky, tomando um caminho totalmente incomum, apresenta uma parte de suas polêmicas ideias sobre a Linguística. E foi justamente esse caminho que possibilitou que seus opositores tecessem diversas críticas – algumas válidas – à obra. No entanto, podemos também acreditar que uma parte dessas críticas tinham por alvo o mensageiro, e não a mensagem, porque já nessa época Chomsky se mostrava como apoiador das ideias mais progressistas nos, então e ainda, conservadores Estados Unidos.

Mas quais são ideias defendidas por Chomsky em dita obra? E qual “perigo” elas comportam? Começemos nossa análise vendo como Descartes pensava a Linguística. E constataremos que questões relativas à linguagem ocuparam um espaço bastante exíguo no sistema de pensamento cartesiano: segundo Descartes, a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas de auto-expressão, claro, sempre submisso à “necessidade de completar as declarações descritivas pela argumentação racional”, para que assim se chegasse ao verdadeiro conhecimento.

Dessa forma, Chomsky defende que o ponto central da linguística cartesiana contém, é que os traços gerais da estrutura gramatical são comuns a todas as línguas, e refletem alguns traços fundamentais da mente. Um

ideia, aliás, em total coerência com suas próprias opiniões sobre a linguística gerativista. Ele também diz que a linguística moderna não analisou, ou melhor, não reconheceu completamente os problemas mencionados pela filosofia cartesiana (Esses problemas, segundo Chomsky, foram escondidos como desnecessários para uma teoria geralmente aceita).

Até esse ponto não há problema algum; porém, para reforçar suas ideias – e compensar o minimalismo das verdadeiramente cartesianas, pelas quais não se seria capaz de estabelecer uma teoria completa (e nova), Chomsky ampliou o “cartesianismo” do ramo linguístico: ao invés de ater-se apenas às ideias de Descartes, ele constrói um verdadeiro castelo teórico, usando não apenas as ideias de Descartes, mas também de diversos outros pensadores, sobre a Linguística, numa linha temporal que vai do próprio Descartes até Humboldt. Assim, ao longo de toda a obra, Chomsky apresenta ao leitor uma – realmente interessante – comparação entre o que pensavam, em diversas áreas, pesquisadores dos séculos XVII, XVIII e XIX que, de algum modo, mencionaram temas linguísticos.

Isso acarreta um grande desequilíbrio na obra, não apenas porque, entre aqueles pensadores, há homens, como Herder, cujas obras foram de fato influenciadas por Descartes (porém, ele é mais a exceção que a regra), mas principalmente porque um longo espaço é cedido à análise – muito interessante, e válida – da *Grammaire de Port-Royal* (de 1660), na qual Chomsky meio que desencava um prenúncio de suas próprias ideias sobre a “gramática universal”.

As ideias apresentadas por Chomsky tocam diversos temas, sobre os que faremos uma muito resumida menção: a primeira delas é a distinção – segundo a linguagem entre o *homem* e o *bruto*. Alguns fatores mecânicos da linguagem, como a resposta aos estímulos, são evidentes tanto nos homens quanto nos animais; porém, Chomsky menciona diversos experimentos – pensados segundo Descartes – no século XVII, que mostram que o aspecto criativo da linguagem é específico dos homens. (E essa é, em resumo, toda a teoria cartesiana da produção da linguagem).

Nesse ponto, deve-se comentar a mistura entre sub-temas filosóficos e a teoria cartesiana. Um bom exemplo é a ideia segundo a qual a liberdade ante o instinto e ante os estímulos é a base para a racionalidade humana. A fraqueza de seus instintos é uma vantagem natural do homem, porque o obriga a tornar-se racional. A partir daí, a sequência racional é a associação do aspecto criativo da linguagem à criatividade artística, também humana. Em outras palavras, a “qualidade poética” da linguagem provém da racionalidade humana, tema essencialmente relacionado à filosofia cartesiana.

A terceira ideia, que continua, dentro do pensamento chomskiano, o caminho entre as teorias de pensadores iluministas como Humboldt, Goethe e Herder – vistas por Chomsky como homens que buscavam uma organização universal - é a *universalidade*. Por meio dela, eles demonstraram a tendência do pensamento de Descartes de irradiar-se por áreas diferentes do mundo acadêmico².

Outro aspecto dessa universalidade é a gramática gerativa, que, segundo uma abordagem puramente chomskiana, é um aspecto finito e onipresente da linguagem, que finalmente possibilita essa “unidade orgânica” sobre a qual Humboldt escreveu. Também de Humboldt provém a ideia de que as forças que criam o pensamento e a linguagem são na verdade uma só.

Uma vez que é plenamente baseada na crença cartesiana em uma distinção fundamental entre corpo e mente (racional), a linguística cartesiana deve asseverar que a linguagem tem dois aspectos: o som e o traço do signo linguístico e seu significado; assim, segundo a linguística cartesiana, a interpretação semântica e fonética podem não coincidir. Contrariamente às estruturas de superfície, as superfícies profundas são representadas apenas na mente (reflexo do pensamento). As estruturas profundas tendem a variar menos, mesmo entre idiomas, do que as de superfície. Por exemplo, as operações de transformação que estabelecem as formas de superfície do latim e do francês, por exemplo, podem mascarar traços comuns de suas estruturas profundas. Assim, Chomsky afirma que “devemos considerar a gramática gerativista transformacional, como se desenvolve atualmente, como uma versão essencialmente moderna e mais clara da teoria de Port-Royal”.

Indo adiante, Chomsky une o passado à contemporaneidade, quando afirma que, segundo o ponto de vista da teoria linguística moderna, a caracterização e descoberta das estruturas profundas torna-se um absurdo; segundo o estudo atual e a quantificação de temas como “fato linguístico” e “correspondências de significados sonoros”. De algum modo, as tentativas tradicionais de tratar a teoria sobre as estruturas profunda e de superfície fracassaram. Distanciando-se de Descartes, Chomsky também assegura que a racionalidade e apriorismo excessivos são traços gerais do Iluminismo e que não falta, na análise cartesiana da estrutura profunda, a grande hipótese da natureza geral da linguagem.

Assim, o livro foi escrito objetivando ao aprofundamento de “nossa compreensão sobre a natureza da linguagem e sobre os processos mentais e estruturas subalternas a seu uso e aquisição”, e os objetivos finais de Chomsky

2- Nesse caso, Humboldt é pintado como a ponte entre o modelo cartesiano e o da linguística moderna, responsável pelas influências do primeiro sobre o segundo.

foram, primeiramente, esclarecer quais são as sub-estruturas da linguagem humana, e, posteriormente, definir se alguém pode deduzir a razão de ser de algo, a partir de sua linguagem.

Justamente porque esses objetivos finais são inatingíveis – ao menos dentro dos fundamentos teóricos escolhidos por Chomsky – seus críticos afirmam que a linguística cartesiana fracassou tanto como conceito metodológico quanto como fenômeno histórico. E, o que é mais importante, a partir da publicação de *Linguística Cartesiana*, Chomsky é acusado de elaborar “ancestrais artificiais” para suas próprias ideias, formuladas principalmente dentro do contexto da psicologia comportamental dos anos 50.

Certamente pode-se defender o valor da obra, contra-argumentando que ela tem um mérito inesperado: embora não fosse objetivo de Chomsky escrever uma história da linguística como ciência, ele, talvez sem intenção, mostra finalmente que diversos temas proclamados por linguistas do século XX como uma novidade de vanguarda, já haviam realmente sido tratados por seus colegas, a partir do fim do século XVII até o começo do XIX³.

Como resultado, ele esclarece como essa linha de pesquisa foi deixada de lado tanto pelos neogramáticos, quanto pela linha saussureana, e, finalmente, também pela linguística norte-americana, construída por uma trajetória totalmente diferente, que a tornou quase um sub-ramo da Antropologia.

Em resumo, Chomsky estabelece uma imagem muito mais ampla sobre a história da Linguística como ciência; ele também impõe a revisão de diversos de seus axiomas. Porém, seria ainda mais desejável, e certamente menos polêmico, se ele tivesse dito que não se tratava de uma linguística “cartesiana”, mas da “de Port-Royal”.

3. *A Natureza Formal da Linguagem*

Em comparação com outros textos de Noam Chomsky, *A Natureza Formal da Linguagem* é realmente curto, porque tem cerca de setenta páginas.

Publicado pela primeira vez em 1967, esse texto foi recebido de diversas formas pelos círculos acadêmicos e linguísticos: por ser “curto”, alguns veem neles apenas um “texto de divulgação”, ou seja, a colheita e a reunião de ideias anteriormente apresentadas em separado em outros artigos mais importantes, nos quais se buscava um público mais amplo de leitores (em geral, esses textos não buscam realmente divulgar as ideias, mas o autor).

3- Pode-se também pensar que isso desmascarou alguns linguistas que divulgavam suas obras como “avanços absolutos na ciência linguística”.

Outros acadêmicos veem, nesse texto, um germe de novas ideias, que logo representarão uma verdadeira guinada no posicionamento acadêmico e pessoal de Chomsky em relação à Linguística.

No entanto, mesmo esses diversos posicionamentos não escondem o fato de que muita gente desconhece esse artigo que apresenta algumas ideias-chave de Chomsky e, de algum modo, preparava o terreno para que, no ano seguinte (1968) fosse lançado *Linguagem e Mente*, obra que logo se tornaria a mais conhecida síntese das ideias desenvolvidas por Chomsky até então, e que, conseqüentemente, jogou *A Natureza Formal da Linguagem* no limbo.

Porém, se essa era a situação, porque dedicar espaço a um texto quase desconhecido? A resposta está no fato de que, nele, Chomsky tanto tenta estabelecer um novo lugar para a Linguística no quadro das Ciências quanto, e isso é mais importante para professores de línguas estrangeiras, ele, pela primeira vez, apresenta ideias que rapidamente se tornaram paradigmáticas para a Linguística Aplicada. A maior consequência desses novos paradigmas é a completa reinterpretação do que seja ensino e aquisição de uma nova língua.

Mas analisemos essas duas contribuições em ordem inversa. *A Natureza Formal da Linguagem* já começa pelo estabelecimento, por parte do autor, de dois novos conceitos: *competência* e *performance*. Se compreendemos uma palavra como “sequência de fonemas associados a uma ideia”, e uma frase como “sequência de palavras organizadas para a comunicação de um pensamento, logo, a *competência*, segundo Chomsky, resulta de uma quase inconsciente aquisição de um sistema fonológico e de um conteúdo semântico aplicável a cada frase, mas *não* à maneira de organizar frases. Assim, por exemplo, o ser humano é capaz de memorizar um conjunto de palavras numa língua totalmente desconhecida, sem que ele possa criar qualquer frase nessa língua, e isso se dá porque a capacidade de “montar” tais frases concerne à *performance*.

Além do fato que esses dois conceitos chomskianos tornaram-se tão importantes para a Linguística como os de *langue* e *parole*, anteriormente desenvolvidos por Saussure, deve-se perceber que, para Chomsky, essas duas capacidades – ser competente e ter performance – usam tanto as capacidades de memorização e de interpretação, a segunda usa estruturas cognitivas cujas principais funções são poupar a memória – pela repetição de estruturas frasais – e dar, a uma sequência de ideias apresentadas no ato da fala, uma organização, e, por fim, um sentido decodificável por outrem.

Evidentemente, ser capaz de completar tais processos exige que a espécie humana já nasça dotada de uma “gramática interna, à qual Chomsky

chama de “universal” uma vez está presente em todos os homens. Dessa forma, não se pode de modo algum confundir “gramática universal” com o “regulamento da língua x ou y ”, mas como a capacidade humana de raciocinar e proceder de acordo com princípios cerebrais, verdadeiros mecanismos que ativam a capacidade de pensar – até porque, no fim das contas, sempre pensamos em uma determinada língua.

Como essa gramática – entendida como acima descrito – é universal, toda língua humana nada mais é do que diferentes conjuntos de possibilidades expressivas dessa universalidade. Desse modo, todo homem em pleno gozo de sua capacidade mental já nasce com as mais amplas capacidades de produzir um amplo conjunto de fonemas – mas logo, em seus primeiros meses, selecionará aqueles de fato usados em sua língua nativa -, ele será igualmente capaz de atribuir um significado específico a toda sequência de fonemas, unindo a realização sonora a uma abstração semântica. O que torna competente para usar, ao menos de forma passiva, a língua aprendida.

O mesmo acontece com relação à performance: todo homem nasce plenamente capaz de construir as mais diversas possibilidades de frases, mas, também nos primeiros meses, descarta aquelas que não servem para sua concreta e imediata necessidade de comunicação. Assim, de fato, nós não aprendemos uma língua, mas desaprendemos as possibilidades de linguagem não-funcionais, embora sejam de nascença.

No entanto, a afirmação mais interessante está relacionada à invariável capacidade humana de organizar mentalmente essas sequências sonoras: se essa organização se dá na mente, e, como no cérebro existem centros destinados à captação de sensações e sentimentos, logo deve existir também algum lugar especialmente destinado à “gramática universal”. Chomsky, portanto, defende a existência, no cérebro humano, de um lugar físico responsável pela captação, decodificação, produção, organização e emissão da linguagem humana. Tal crença, cerne do ideário chomskiano, é algo calorosamente defendido, mas ainda não comprovado, por Chomsky e seus seguidores.

Porém, o próprio fato de que ainda não se encontrou tal ponto não basta para que se descartem suas teorias, principalmente porque, como dito, elas se mostraram bastante aplicáveis – e até certo ponto revolucionárias – nos modelos de ensino de idiomas. Desde sua divulgação, todas as tendências atuais sobre ensino de línguas foram gradualmente influenciadas, seja pelas ideias de competência e performance, seja pela de gramática universal. Pois se a gramática já nasce com o homem, então a aprendizagem de idiomas é apenas uma “readaptação” do cérebro humano ao uso dos elementos linguísticos esquecidos durante a primeira infância. Por isso, muitas metodologias de ensino

colocaram em segundo plano o estudo, por exemplo, de regras gramaticais, e enfatizam pesadamente a ativação, mesmo se por meio de uma repetição robotizada, das capacidades comunicativas dos alunos.

As ideias de Chomsky, como demonstradas em *A Natureza Formal da Linguagem*, têm ainda outro resultado (talvez inesperado): como seus estudos exigem conhecimentos de área como Biologia, Medicina, Psicologia, Psiquiatria, etc., grande parte do que até então se conhecia como Linguística foi transformada numa nova – e quase irreconhecível – ciência. Dentre as Ciências Humanas, ela foi fortemente conduzida a um terreno interseccional, o que decerto lhe concedeu grande autonomia, mas que, ao mesmo tempo, lhe trouxe um papel mais formal que factual.

Isso significa que, como a Matemática, a Linguística adquiriu uma “força centrífuga”, isto é, tornou-se principalmente uma ferramenta para analisar, pesquisar e mensurar fatos de outras ciências, e não apenas, nem principalmente, para explorar suas próprias questões. Isso levou ao estabelecimento de diversos novos campos de pesquisa, nos quais a Linguística se liga a outras áreas; o mais conhecido deles é a Psicolinguística. Evidentemente, nem todos os linguístas aceitaram (ou aceitam) essa nova formatação de sua área, e muitos até a recusam, principalmente aqueles que, de algum modo, estão ligados à escola de Edward Sapir (1884-1939), para os quais os aspectos antropológico e sociológico são decisivos para definir os traços da linguagem humana. Essa polêmica, mesmo se silenciosa, ainda continua.

Como mencionado, as ideias defendidas por Chomsky em *A Natureza Formal da Linguagem* serão exploradas mais profundamente, e um tanto modificadas, em sua obra seguinte *Linguagem e Mente* (1968), porém, nesse artigo já se encontravam as ideias básicas que dirigiriam as pesquisas de Chomsky durante pelo menos 35 anos, até a publicação de *Sobre Natureza e Linguagem*, em 2002.

4. *Linguagem e Mente*

Considerado por muitos como seu texto mais relevante, *Linguagem e Mente* foi, como dito, publicado em 1968; contudo, essa obra sofreu uma grande alteração em 2004, quando seu sétimo capítulo foi substituído por um texto completamente novo.

Segundo sua estrutura, *Linguagem e Mente* é uma obra em sete capítulos, mas devemos considerar como um só os três primeiros, nos quais se fala sobre o passado, o presente (isto é, os anos 60) e o futuro dos estudos linguísticos. No primeiro, o autor situa detalhadamente o caminho

desses estudos, tanto na posição “oficiosa” adotada pelo círculos acadêmicos e universitários – chancelada pela escola positivista – quanto a via alternativa percorrida por pensadores e pesquisadores que se voltaram a outras possibilidades de acesso e análise aos mesmos fenômenos. Nesse aspecto, Chomsky de certo modo parafraseia muito do que já havia dito em *Linguística Cartesiana*. No segundo capítulo há uma interessante descrição da Linguística – principalmente a norte-americana – dos anos 50 e 60, quando as linhas de pensamento dos pesquisadores, construídas quando as ondas estruturalistas e behavioristas – que perpassaram todas as Ciências Humanas durante o pós-guerra – já perdiam impulso. Em ambos, Chomsky demonstra o progressivo distanciamento que separou a Linguística das demais Ciências Humanas, principalmente da Filosofia e da Psicologia.

Porém, devemos reconhecer que a relação mente/lingua(gem) como campo de estudo não era novidade alguma na Linguística, porque até mesmo Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral*, ressaltou a existência de uma “capacidade de linguagem”, cuja sede estaria no cérebro e cujo produto social é a língua. A decisão de Saussure de escolher a linguagem como campo da Linguística é algo que devemos compreender como uma escolha quase obrigatória diante das possibilidades científicas de seu tempo. Entretanto, com as novas condições oferecidas pelos avanços na Psicologia e em outras ciências, Chomsky retoma essa linha de pesquisa e a estuda com mais profundidade do que Saussure pôde fazer em seu tempo.

Assim, embora a relação entre Linguística e Psicologia não mais fosse recente, Chomsky foi o primeiro a explorar ambos os campos conjuntamente, como partes inseparáveis de um mesmo conjunto, cuja base é inteiramente biológica. Evidentemente, nos anos 60, alguns linguistas reclamaram de que, com isso, a Linguística acaba sendo subordinada à Psicologia. No entanto, tal crítica não se manteve e acabou sendo posta de lado após alguns anos, principalmente porque ficou evidente que, o que Chomsky realmente dissera foi que seria impossível compreender os processos mentais do homem – especialmente os linguísticos – sem que se compreendessem também as regras que comandam o processo cognitivo de, por exemplo, uma oração. Assim, é necessário compreender de que modo as representações mentais são capazes de gerar novas proposições linguísticas, e, segundo o norte-americano, isso só seria possível através da análise dos aspectos biológicos que (em nível neuronal) atingem a linguagem, pois uma boa fração das regras que respondem por tais processos seriam nativas no homem.

Desse modo, a partir do terceiro capítulo, que trata do futuro da Linguística – futuro que hoje é a contemporaneidade – Chomsky finalmente

introduz aquela que, até hoje, é sua tese mais importante no campo da Linguística: após uma longa argumentação, ele conclui sobre a existência de algum ponto, no cérebro humano, responsável pela *competência* humana sobre a linguagem. Ou seja: homens mentalmente normais são competentes para a aquisição, aprendizado, desenvolvimento e produção da linguagem não apenas porque nossos cérebros são programados para isso, mas também porque há neles um lugar especial cuja presença capacita o cérebro humano a fazê-lo.

Sabe-se que há, no cérebro, dois pontos em que a linguagem é produzida: as áreas “de Broca” e “de Wernicke”, segundo seus descobridores. A primeira permite ao homem adquirir e compreender plenamente a linguagem humana, enquanto a segunda é responsável pela linguagem produzida pelo indivíduo em si. A essa competência opõe-se a *performance*, que trata das estratégias usadas pelo homem para alcançar essa aquisição, e que são igualmente associadas a uma estrutura nativa do homem, que determina sua capacidade expressiva.

Assim, a *competência linguística* – o conhecimento de qualquer língua – é visto como um sistema totalmente abstrato, que proporciona à *performance* sua base. Esse sistema é regido por leis que funcionam pela fixação de forma e conteúdo significativos de um número potencialmente infinito de frases. Esse sistema, conhecido como “gramática gerativa”, define as propriedades formais de toda linguagem humana possível. Isso acontece por meio de princípios fixos de ordem e aplicabilidade, que controlam a organização de todo discurso humano, entre os quais todas as línguas humanas. Chomsky, portanto, estabelece uma discussão entre estruturas *profundas* e *de superfície*. Essas duas estruturas trabalham de modo distinto: enquanto as primeiras variam muito pouco no gênero humano, as segundas apresentam uma enorme variabilidade – as próprias línguas humanas. Essas duas estruturas são ligadas pelas *operações transformacionais*.

Essas operações ocorrem tanto por meio da Lógica, que organiza o pensamento humano, quanto pela sintaxe, que é a realização linguística, ou seja, fonológica, dessa organização. Isso abre o caminho a dois outros campos: tanto à Filosofia, seja pela Lógica, quanto à Filosofia da Linguagem, disciplina estabelecida justamente para que tais relações sejam pesquisadas tanto por filósofos, quanto por pesquisadores da Linguística Aplicada, porque eles permitiram uma abordagem totalmente nova para o ensino de línguas.

Justamente por isso, a sintaxe adquire um papel de relevo na teorização gerativista, pois, nela, a capacidade humana de combinar e recombinar signos conforme regras específicas que permitem uma infinidade de proposições gramaticalmente aceitáveis é completamente independente

dos níveis semântico e fonético. Isso, dito nos anos 60, quando a cibernética e a informática mal engatinhavam, rapidamente uniram as teses chomskianas sobre a gramática gerativa a um campo completamente novo, no qual programadores necessitavam urgentemente reproduzir, nos computadores, a linguagem humana.

Logo, segundo Chomsky, a sintaxe tem um valor sobretudo “computacional”, pela combinação de signos como advérbios, conjunções, preposições, substantivos, verbos, etc., cujos valores unitários não se relacionam apenas à construção e desenvolvimento da linguagem em si, mas também à compreensão dessas regras e estruturas mentais.

Isso implica dizer também – num exemplo mais concreto -, que homem que conhece uma língua específica possui, internamente e desde o nascimento, uma gramática que gera um conjunto sem-fim de estruturas profundas em potencial, cada uma delas tratando de um aspecto específico da linguagem: das realizações fonéticas à interpretação semântica dessas realizações. Essas regras se organizam através da Lógica, que se manifestam, durante o ato da fala, pela sintaxe escolhida pelo falante. Nesse caso, mesmo se um recém-nascido ainda não sabe que língua irá falar, ele já é plenamente dotado da capacidade de selecionar, dentre uma infinidade de estruturas, aquelas que ele de fato usará durante a vida, descartando as demais. E a forma pela qual ele organiza essas estruturas é a sintaxe.

Desde sua publicação, as ideias expostas em *Linguagem e Mente* foram fortemente debatidas (por pouco tempo) e amplamente aceitas (e assim continuam, embora com algumas modificações, até hoje). Durante quase todos os anos 70 e 80, a Linguística Gerativa reinou praticamente sozinha sobre essa ciência e, graças às operações transformacionais, estendeu-se a outros campos da Linguística, com sérias aplicações, como o ensino de línguas, cujas técnicas foram, na prática, completamente reconstruídas segundo seus novos paradigmas. Os elos construídos, por Chomsky, entre a Linguística e a Psicologia chegaram a gerar um campo híbrido, comum a ambas as ciências: a Psicolinguística, verdadeira febre entre estudantes e professores de Linguística entre os anos 80 e 2000.

No entanto, também desde sua publicação, e apesar de seu impacto entre os linguistas, as teses de Chomsky, principalmente aquelas sobre a “gramática universal”, são objeto de uma quase perseguição por parte de outros linguistas. De certo modo, muitos deles se opõem a Chomsky por causa de suas posições políticas de esquerda e/ou por causa de seu sucesso no meio acadêmico. No entanto, também é verdade que, em alguns momentos, foram demonstradas algumas incongruências ou incompletudes em sua teoria sobre

a “gramática universal”. Chomsky, inclusive, acatou muitas dessas críticas e, pouco a pouco, em suas obras posteriores, foi aperfeiçoando sua teoria até o ponto em que, para a terceira edição de *Linguagem e Mente*, chegou a reescrever totalmente o último capítulo.

No entanto, o golpe mais forte à sua teoria foi desferido pelos Pirahã, uma tribo indígena brasileira, cuja língua não apresenta quase nenhum dos muitos pontos que Chomsky alega serem fundamentais para a existência da gramática universal: muito poucos fonemas (pronunciados de forma distinta segundo o sexo do falante), total ausência de orações subordinadas, de numerais, de palavras para definirem cores, e total falta de tempos verbais além do presente – por isso, a cultura pirahã não possui mitos. Essa língua, inclusive, apresenta uma só palavra para *pai* e *mãe*.

No entanto, apesar de todos esses questionamentos e posições em contrário, encontramos, em *Linguagem e Mente*, todo o cerne do pensamento linguístico de Chomsky. Pensamento que, mesmo se modificado posteriormente, ainda resiste a diversos ataques e se mantém como um das teses mais sólidas e influentes da Linguística do século XX.

Referências Bibliográficas:

CHOMSKY Noam. *Structures syntaxiques*. Paris: du Seuil. Collection L'ordre philosophique, 1969 [1957].

_____. *La Linguistique Cartesienne/La nature formelle du langage*. Paris: du Seuil. Collection L'ordre philosophique, 1971 [1966].

_____. *Lingvo kaj Menso*. Rotterdam: UEA, 2010 [1984]. Serio “Scienca Penso” 2.

A COMÉDIA LATINA DE PLAUTO: ESTRUTURA, TEMAS E INSPIRAÇÕES NA LITERATURA BRASILEIRA

Rafael Magno de Paula Costa
(UNESPAR/SEED-PR/ABRAFIL)¹

RESUMO:

Este trabalho busca refletir sobre a composição das peças *Anfitrião* e *Aululária*, do comediógrafo latino Plauto e suas influências em peças da literatura brasileira. Num primeiro aspecto, explora-se as estruturas básicas da comédia latina para, num segundo momento, abordar-se os temas relativos à cada produção. Desse modo, a construção das personagens aliada aos seus respectivos conflitos são trazidos no sentido de se refletir sobre a atualidade das peças plautinas. Em última análise, verifica-se a atualidade do dramaturgo latino em face de empréstimos realizados por comediógrafos da literatura brasileira, como Guilherme Figueiredo e Ariano Suassuna.

Palavras-chave: Filologia; Crítica textual; Comédia; Literatura Latina; Literatura Brasileira.

PLAUTUS' LATIN COMEDY: STRUCTURE, THEMES AND INSPIRATIONS ON BRAZILIAN LITERATURE

ABSTRACT:

This work searches about latin playwright Plautus, in theatre composition *Amphitryon* and *Aulularia*, checking this influences in Brazilian literature plays. In first aspect, it searches some basical structures of latin comedy for, in second moment, approaching themes related to each production. So, the characters construction, combined with their conflicts, was brought in sense to think about topicality of Plauto plays. Finally, it checks the topicality latin playwright in face some loans performed by Brazilian literatura playwrights, as Guilherme Figueiredo and Ariano Suassuna.

Key words: Philology; Textual criticism; Comedy; Latin Literature;

1- Professor Assistente (Colaborador) pela Unespar (Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá). Professor de inglês pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Sócio-correspondente representando o Estado do Paraná pela ABRAFIL.

Brazilian literature.

As produções de Plauto são marcadas pela inovação e pelo tratamento de seus personagens representantes do universo ordinário da vida humana. Em princípio, a comédia grega convencional era aquela que trazia para o palco representações de importantes figuras da sociedade política, da antiga *polis* grega. Aristóteles, em sua *Poética*, entendia que os personagens representados eram menos elevados e, nesse sentido, a comédia não poderia representar reis nem deuses, uma vez que tal representação estaria mais associada à tragédia. A comédia se compunha basicamente de ataques às figuras públicas, como na comédia antiga de Aristófanes. Menandro, outro comediógrafo grego, inaugura uma nova perspectiva classificada como “Comédia Nova”, ao trazer para a encenação personalidades da vida cotidiana, algo que Plauto faria também, porém realizando inovações ainda mais profundas.

Em *Anfitrião*, Plauto cunha, pela primeira vez, o termo “tragicomédia”. Logo, o Prólogo da peça, que traz a presença desconcertante do deus Mercúrio em interação com a plateia, serve para explicar que a encenação não tratará de uma comédia simples, mas algo que contará com a participação dos deuses. Isso seria impensável em uma conceituação aristotélica do significado de comédia e tragédia. Neste sentido, Plauto cria uma nova modalidade por meio de um conceito classificado como *contaminatio* (contaminação), em que determinados gêneros, ou mesmo histórias e fábulas aparentemente indissociáveis, se entrecruzam contaminando-se, possibilitando o trânsito de personagens do universo sagrado para o interior da vida ordinária dos sujeitos. É nesse ambiente que elementos da tragédia são trazidos para dentro da vida humana comum. A adulteração ou hibridismo dos gêneros dramáticos é refletida por Mercúrio no prólogo da peça, quando ele argumenta junto à plateia que apresentará uma tragédia: “*deus sum, commutavero. Ex tragoedia comoedia*” [sou deus, mudarei, faço da tragédia comédia].

É assim que Júpiter, deus dos deuses do panteão romano, pretende estabelecer relações sexuais com a bela Alcmena, esposa de Anfitrião. Júpiter toma a aparência de Anfitrião como um estratagema para iludi-la. As cenas oscilam entre o riso e a seriedade de temas complexos, como a suposta infidelidade e o adultério, por exemplo. A presença dos deuses na comédia cria um sentido de dessacralização desses deuses, promovendo uma visão mais humana dos mesmos. Alcmena passa noite com Júpiter, imaginando estar na presença do marido. Os caprichos divinos, tal como sentir desejo por uma humana, são retratados de forma cômica, em que se atribui ao personagem divino – na visão aristotélica, um personagem elevado – uma inclinação própria da natureza humana. Quando o verdadeiro Anfitrião retorna

da batalha, ela questiona a razão de sua presença. Ele nada entende iniciando uma desconfiança sobre a fidelidade de Alcmena. A mulher, projetada na personagem de Alcmena, é elaborada com um perfil de uma genuína heroína trágica à medida que sua postura é sempre altiva, séria, de uma mulher que se sente ultrajada pela desconfiança do seu marido.

O riso é explorado a partir dessa interferência nos acontecimentos provocados pelos deuses. Por exemplo, quando Anfitrião insiste que trouxe, no interior do baú lacrado, um presente para a esposa, o cálice do rei de Ptélera. Alcmena afirma que já ter recebido o presente das mãos dele mesmo. O marido abre o baú e nada encontra. A interferência divina de Júpiter é o que explica o desaparecimento miraculoso do objeto do interior do baú. Ao final, tudo se resolve, Júpiter revela a verdade para Anfitrião que, por sua vez, passa a se orgulhar com a ideia de ser pai adotivo de um filho divino. O nascimento de Hércules serviria futuramente de inspiração para outras narrativas religiosas que exploram nascimentos miraculosos de seres semidivinos num intercâmbio entre deuses e homens.

O tema do adultério, ou infidelidade de Alcmena, é um elemento que se aproxima, em alguma medida, aos conceitos trágicos de horror ou piedade aristotélicos, considerando que ela pratica, mesmo sem consciência, um crime. Semelhante ao ocorrido na tragédia de Sófocles, *Édipo Rei*, em que Jocasta ignora seu relacionamento incestuoso com seu filho Édipo, a traição de Alcmena, por sua vez, é fruto também de uma ignorância ou de um erro (*hamartía*) que poderia eventualmente, numa atmosfera trágica, chocar o público quando a verdade fosse revelada (reconhecimento). Porém esses elementos trágicos sofrem variações por ocorrerem dentro de uma comédia e servirem paradoxalmente para o riso e o prazer e não para a purgação das emoções (*catarsis*). Plauto elabora uma comédia que desconstrói os elementos tradicionais da tragédia, como em uma “arte poética” às avessas ou uma antipoética.

Outro aspecto que se serve a comédia é a elaboração do escravo Sósia. O deus Mercúrio, filho de Júpiter e cúmplice do seu plano, tem sua aparência transfigurada em Sósia e impede a entrada do escravo de Anfitrião na sua residência, pois seu pai estava com Alcmena. Sósia reconhece a si em Mercúrio, como em um espelho. O conflito entre os dois é estabelecido e Sósia entra em crise por não saber mais quem ele é. Mercúrio lança uma série de vitupérios contra Sósia, agredindo-o também fisicamente. A violência é outro componente que estabelece a comicidade da peça. Uma recepção de leitura mais contemporânea das cenas de violência em Plauto é, em muitos casos, incompreendida em razão da carga de valores própria daquele universo

da antiguidade em que escravos sofriam agressões. Contudo, a finalidade original era efetivamente criar o riso a partir da violência, embora esse detalhe possa não ser compreendido assim na atualidade, em virtude dos valores de recepção textual atuais.

Um evento importante que envolve a comédia *Anfitrião* e que vale a pena mencionar inere à sua temática mítica a respeito do nascimento de Hércules (Héracles). No que concerne à tal aspecto é importante consultar o renomado mitólogo brasileiro Junito de Souza Brandão:

Via de regra, os heróis têm um nascimento complicado, como Perseu, Teseu, Héracles e muitíssimos outros. Descendem de um deus com uma simples mortal: Minos, Sarpédon e Radamanto, filhos de Zeus e Europa; Castor, Pólux, Clitemnestra e Helena, do mesmo Zeus e Leda; Asclépio, de Apolo e Corônus; ou de uma deusa com um mortal: Enéias e Aquiles, frutos respectivamente dos amores de Afrodite e Anquises e de Tétis e Peleu ou, por vezes, lhe é atribuída uma “dupla paternidade”: Teseu é filho de Posídon e “Egeu”; **Héracles, de Zeus e “Anfitrião”**. (BRANDÃO, 1987, p. 22, grifo meu)

De algum modo, o nascimento miraculoso de Hércules é retomado pela comédia plautina e elaborada a partir de sua constituição mítica. Com efeito, ao desfecho da peça de Plauto, Anfitrião aceita sua paternidade postiça sobre Hércules, uma vez que se tratava de um filho divino. Neste caso, Anfitrião aceita a criança sem maiores problemas. No mundo antigo, paternidades como essas são muito comuns, inclusive na religiosidade cristã, em que José assume a paternidade de Jesus, filho de Maria.

Os temas atuais da peça inspiraram o comediógrafo brasileiro Guilherme Figueiredo na criação do seu “Anfitrião brasileiro” em sua comédia *Um deus dormiu lá em casa*. Nela, temos a presença dos mesmos personagens, com exceção dos deuses. Anfitrião nega-os, afirma-se um ateu convicto, mas teme pela fidelidade da sua esposa em sua ausência. Dominado pelo ciúme, o personagem, então, resolve se disfarçar de Júpiter para testar a fidelidade de Alcmena. A mulher resolve fazer o jogo do marido, provocando nele propositalmente indignação. Porém Anfitrião sente prazer na brincadeira e, depois, revela a verdade à sua esposa. Alcmena também revela que já sabia de antemão dos planos do marido.

O povo tem uma participação na peça como personagem, à semelhança do antigo coro das tragédias gregas. A população acompanhava a ida de Anfitrião para a guerra e cria que seu rei lá estava. Se não estivesse, isso

transmitiria a ideia que seu rei era um covarde e que voltou para casa com medo da guerra ou, então, de uma suposta infidelidade da esposa. O problema seria como explicar para a sociedade a gravidez de Alcmena se o rei estava, supostamente, na guerra. Para não perder seu orgulho de rei e não perder o respeito de seus súditos, Anfitrião confessa publicamente que foi traído. Assim, ele sacrifica seu orgulho pessoal, mas não sua honra como um rei presente numa batalha importante para seu povo. Esse diálogo intertextual entre a produção de Plauto com a produção de Guilherme Figueredo evidencia como comediógrafo latino permanece sempre atual, inspirando produções relativamente recentes.

Outro exemplo, é a comédia que se traduz por três nomes possíveis: *Aululária*, ou *A marmita*, ou ainda *A panela*. Nela, Plauto trabalha a questão da avareza assim como outros temas possíveis. A paixão da avareza é elaborada pela forte caracterização do personagem Euclião, um senhor avarento que finge ser pobre, escondendo, em uma panela, seu ouro. Megadouro, vizinho do avarento, quer a mão da sua filha, Fedra, em casamento. Licônedes, sobrinho de Megadouro, também pretende se casar com a moça, pois já havia tido relações com ela antes que alguém descobrisse. Euclião antecipa que não tem dinheiro para pagar o dote da filha. Com efeito, o dote da esposa era um conceito fundamental da sociedade romana que prescrevia o pagamento de dote para que o casamento fosse possível. Apesar da resistência de Euclião, ele cede sua filha a Megadouro, com a condição de que ele renuncie ao dote.

Nesse panorama, a peça reconstitui determinados valores, crenças e preconceitos sociais. Megadouro, um sujeito rico, renuncia o dote em nome do seu anseio em ter Fedra como esposa. Os escravos são exemplos de sujeitos que procuram um lugar naquele universo em que, para ser um sujeito livre, o valor da liberdade estava atrelado à ideia de compra, como um valor comercializável. A mulher, representada por Fedra é apenas uma personagem mencionada, fundamental para a desenvolvimento do *quid pro quo* (quiproquó), porém sem voz. O silêncio de Fedra não é acidental, mas reflexo do desprezo dos homens para com as mulheres na tomada das decisões de sua própria vida, neste caso, no que concerne à matéria do casamento.

Nessa perspectiva, pode-se analisar, por exemplo, a condição feminina na sociedade romana daquela época, em que as mulheres eram frequentemente vistas como objetos e não como sujeitos de ação. Num primeiro momento, Fedra é tratada como propriedade do pai. Posteriormente, seria, provavelmente, tratada como propriedade do marido. Um ponto de análise importante é esse interesse de Megadouro, um personagem com faixa etária próxima à de Euclião, por uma moça sem dote. De acordo com o estudioso dos clássicos,

professor australiano Richard Lawrence Hunter (2010, p. 127), em *A comédia nova da Grécia e de Roma*, o conceito romano de *uxor dotata* (esposa bem dotada) pressupunha uma esposa que fazia exigências ao marido na proporção do valor do seu dote e isso limitava a liberdade de ação do marido. Nesse sentido, é vantajoso para Megadouro ter uma esposa que não faria maiores exigências. É plausível que a motivação para o casamento, em Megadouro, não se verifique em razão de uma afetividade, mas sim por mero pragmatismo. Desse modo, Megadouro poderia controlar Fedra para que realizasse seus caprichos sem maiores conflitos, entretanto, é preciso reconhecer que essas conjecturas não estão no texto em razão da não realização do casamento entre Megadouro e a moça.

Durante a organização do festim matrimonial, Euclião se desentende com os criados de Megadouro com receio que levem sua panela. Ele oculta-a, então, no templo da Boa-Fé e, num segundo momento, no bosque de Silvano, isso porque Estrobilo, escravo de Licônedes, estava espreitando-o para descobrir onde esconderia o objeto. Apesar disso, a panela de Euclião desaparece, ficando em posse do escravo que conhecia o esconderijo. Estrobilo alimenta a esperança de comprar sua liberdade com o ouro. Com efeito, a panela de ouro é a grande razão da vida de Euclião, um sujeito perturbado e paranoico que acredita que todos querem roubá-lo. Sua preocupação com a perda da panela é tão imensa que a gravidez da sua filha passa, durante a peça, como algo sem maior importância. Licônedes quer assumir Fedra como esposa, mas Euclião não entende o tom da conversa e, numa cena cômica repleta de mal entendidos, acredita que o rapaz esteja falando da panela roubada quando, na verdade, falava da sua filha. Ao final, Licônedes descobre que seu escravo estava em posse da panela e a restitui ao seu futuro sogro, o verdadeiro proprietário. Ao final, inexplicavelmente, o pai oferece o ouro como dote para o casamento entre sua filha e Licônedes, demonstrando, assim, sua vitória sobre a paixão da avareza.

A comédia reflete o comportamento de um pai indiferente a sua filha. Sua excessiva preocupação com o medo de ficar pobre e perder seu ouro demonstra como, dentro do contexto original da obra, Euclião não era um *paterfamiliae* (pai de família) – valor fundamental da antiga sociedade romana – dos mais exemplares, por duas razões plausíveis ao pensamento romano da época: primeiro era indiferente a sua filha; segundo era dominado por uma paixão, a avareza. De acordo com o código de valores daquele universo masculino do mundo romano, Euclião deveria controlar suas emoções, porém sucumbia à avareza que nada mais é que o medo excessivo de ficar pobre. Por outro lado, o silêncio de Fedra é sintomático de uma sociedade que obrigada a

moça a se casar de qualquer forma por causa da sua gravidez, mas ninguém a questiona sobre qual é o seu verdadeiro desejo.

Outro aspecto importante é a participação do Deus Lar no prólogo da peça. Essa divindade era exclusiva do mundo romano não encontrando similaridade na Grécia antiga. Plauto traz, portanto, uma religiosidade própria dos valores latinos, em que o Lar era uma divindade protetora da família. A fala desse deus, no prólogo, revela que Fedra dirige preces a ele depois de saber que está grávida, porém o pai se encontra ocupado demais em proteger sua panela. As reflexões da peça giram em torno de temas caros aos valores familiares. Sobre o deus Lar, Junito de Souza Brandão afirma o seguinte:

Os banquetes fúnebres, falamos sobretudo de Roma, possuíam, igualmente, entre outros, esse aspecto de fixação e permanência do morto no seio da família, uma vez que este se transformava em deus Lar. Os di Lares, ou simplesmente Lares, eram espíritos tutelares, as almas dos mortos, encarregados de proteger a casa, donde sua permanência na mesma era absolutamente indispensável. A refeição fúnebre, para que a fixação fosse realmente efetiva, se repetia no nono dia, no trigésimo e, ao que parece, um ano após o óbito. (BRANDÃO, 1986, p. 306)

O deus Lar, portanto, traduz uma perspectiva de religiosidade de culto à ancestralidade, ou seja, uma veneração aos espíritos dos antepassados. De alguma forma, a presença do Lar é como uma maneira de manter viva a memória dos entes falecidos. Essa religiosidade é aproveitada, por exemplo, por Ariano Suassuna em sua comédia brasileira *O santo e a porca*, contudo, de modo adaptado ao catolicismo brasileiro. Essas similaridades e o diálogo intertextual entre as duas obras, latina e brasileira, evidenciam, mais uma vez, o quanto Plauto é, de fato, um autor sempre atual.

O santo e a porca, de Suassuna, é uma peça ambientada nas mesmas reflexões plautinas, porém dentro de um cenário nordestino brasileiro. A religiosidade também é trazida para o contexto brasileiro, especialmente nordestino. A imagem de Santo Antônio, o santo casamenteiro, disposta acima de uma porca escondida, disfarça as economias de uma vida toda, em que Euricão “Engole Cobras” – nome aporuguesado de Euclião – deposita seu dinheiro no interior dela. Euricão é retratado como um árabe avaro. Eudoro, personagem análogo ao Megadouro de Plauto, é o noivo de Margarida, filha de Euricão. Dodó é o filho de Eudoro que, após muitas articulações de Caroba, personagem importante no desenvolvimento das peripécias, ao final se casa com Margarida. No final, Euricão descobre que as economias de uma vida toda

perderam o valor monetário devido aos problemas da inflação econômica.

Em última análise, as comédias de Plauto demonstram como determinados comportamentos humanos e valores relacionais continuam presentes na atualidade. A exploração de aspectos intertextuais entre suas comédias e as produções da literatura brasileira pode ser um caminho para despertar o interesse dos leitores por autores clássicos do passado. A análise de temas atuais que encenam o papel das instituições como a família, o casamento e também as representações femininas, pode caminhar num sentido de comparação ao modo como eram vistos em Plauto e como são vistos hoje. Esse percurso analítico procura valorizar a obra clássica em diálogo com os problemas sociais da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte poética*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. V 1. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. *Mitologia grega*. V 3. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FIGUEIREDO, Guilherme. *Um deus dormiu lá em casa*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1973.
- HUNTER, Richard Lawrence. *A comédia nova da Grécia e de Roma*. Trad. Rodrigo Tadeu Gonçalves et al. Curitiba: UFPR, 2010.
- PLAUTO; TERÊNCIO. *A comédia latina*. Trad. Agostinho da Silva. Rio de Janeiro: Ediouro, 1981.
- SUASSUNA, Ariano. *O santo e a porca*. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007.

O ESTUDO DO LÉXICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Terezinha Bittencourt
(UFF-ABRAFIL)¹

RESUMO:

Este trabalho visa a apresentar as estratégias linguísticas usadas para produzir o léxico e a importância do estudo do léxico nas aulas de língua portuguesa. Palavras-chave: língua portuguesa, léxico, criatividade

THE STUDY OF LEXICON IN PORTUGUESE LANGUAGE

ABSTRACT:

This paper intends to show the language strategies used to produce the lexicon and the importance of the role of the lexicon study in Portuguese class.

KEY WORDS: Portuguese language, lexicon, creativity

O léxico ou vocabulário constitui-se na parte mais instável e mais sujeita à transformação nas línguas, devido à natureza da realidade extralinguística, sempre multifacetada, que procura apreender. Por isso, em cada sincronia de uma língua, encontram-se novos signos linguísticos, registrados (ou não) num dicionário, comprovando a necessidade de criação, através da linguagem, de novos conteúdos cognoscitivos.

O material didático das aulas de língua portuguesa, de modo geral, tem, atualmente, descurado dessa parte importantíssima para a ampliação da competência discursiva dos alunos, talvez porque os estudiosos vejam na ampliação do léxico um aspecto secundário para a construção de textos. Diferentemente das obras do passado, nas quais se dedicava uma parte especial para o estudo do vocabulário, apresentando-se textos com palavras novas para os leitores, a fim de aumentar seu universo linguístico, os autores hodiernos apresentam, via de regra, textos retirados de obras que procuram reproduzir a linguagem informal do cotidiano, impedindo, assim, que os jovens incorporem novos signos a seu saber linguístico em construção.

1- Terezinha Maria da Fonseca passos Bittencourt possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1977), especialização em Letras pela Universidade Federal Fluminense(1984), mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense(1988) e doutorado em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo(1999). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3896981631565147>

O conhecimento de novas palavras não visa a um preciosismo linguístico ou a um simples efeito retórico para “ilustrar” ou mostrar a suposta erudição de seu autor. Cada unidade nova, incorporada pelo falante, possui, dentro do sistema da língua, um valor especial e, por isso mesmo, modifica a própria compreensão do universo discursivo e igualmente do universo extralinguístico. Só para dar um exemplo, as palavras *obra*, *opúsculo*, *volume*, *livro*, *tomo* constituem um campo semântico no qual cada uma tem seu valor significativo determinado pelo valor significativo das demais, formando um sistema. Assim, cada novo signo incorporado ao saber linguístico transforma não apenas este saber mas a própria cosmovisão, permitindo a expressão de novos sentidos nas múltiplas manifestações linguísticas.

Todo texto, resultado do ato de fala, é constituído de frases que, por seu turno, são construídas de signos menores elaborados por um sujeito de conformidade com certos modelos, que configuram a estrutura do sistema, pertencentes ao saber linguístico de todos os indivíduos de uma determinada comunidade. Devido à estrutura sistemática é que, embora utilizada numa multiplicidade de diferentes discursos e textos por um sem-número de falantes em situações singulares e irrepetíveis em diversas sincronias, uma língua é reconhecida como tal pela comunidade. Assim, a língua, independente dos empregos feitos pelos falantes em sua interlocução e das transformações a que está sujeita em virtude das vicissitudes do tempo, é sempre identificada por seus falantes e pelos falantes de outras línguas como língua portuguesa, língua turca, língua árabe etc. Esta língua, todavia, presente na consciência do falante, em decorrência de sua sensação de pertencimento a determinada comunidade histórica e que, por isso mesmo, lhe confere a sensação de identidade com um grupo social, é uma ficção, uma vez que, concretamente, não se realiza na atividade verbal. Nesta, o que concretamente se manifesta é uma “língua funcional”, designação proposta por E. Coseriu², para a língua que efetivamente funciona nos discursos e que se constitui de uma unidade sincrônica, sintópica, sinstrática e sinfásica.

Mas este “objeto fictício” deve ser sempre o ponto de partida do linguista, justamente porque se trata daquilo que o falante identifica como sua língua (ou a língua do outro) e o linguista não pode desconsiderar a perspectiva do falante, já que seu objeto de investigação é a língua que o falante utiliza e também as opiniões que o falante possui a seu respeito.

2- Coseriu, Eugenio. *geral*. Cap. 11. *Lições de linguística*

Tomando-se a fala dos indivíduos como ponto de referência, podem-se depreender, de acordo com as ideias luminosas de E. Coseriu³, dois diferentes níveis de formalização no conceito de língua: o nível da norma e o nível do sistema. A norma – que consiste no primeiro nível de formalização – pode ser entendida como um conjunto de entidades atualizáveis no nível da fala. O sistema – que constitui o segundo nível de abstração – consiste num conjunto estruturado de entidades ideais, atualizáveis imediatamente, por seu turno, no nível da norma. O sistema representa a dinamicidade da língua, seu modo de fazer e a possibilidade de ir além do que já se realizou, pois é, sobretudo, sistema de possibilidades. A norma, por outro lado, enquanto sistema de realizações obrigatórias fixadas social e culturalmente, constitui o equilíbrio do sistema.⁴

Os dicionários, por exemplo, representam, no que respeita ao léxico, a norma de uma língua, isto é, as entradas lexicais apresentadas concernem às expressões utilizadas e consagradas por uma comunidade linguística, numa determinada sincronia. E, uma vez que a língua está em permanente construção, a todo momento os dicionários precisam sofrer atualizações, a fim de incorporar as novas unidades criadas com as regras do sistema e absorvidas pela norma.

Examinada sob essa perspectiva, a língua não é algo pronto, *érgon*, mas algo que está em perpétua construção: constrói-se continuamente através da atividade linguística, é *énergeia*, como ensina Humboldt, baseado nas lições de Aristóteles. De fato, todo ato de fala é sempre um ato de criação ou de re-criação, pois, ainda que as formas linguísticas utilizadas pelos falantes já estejam consagradas no seio da comunidade, os eventos de fala nos quais são empregadas são sempre absolutamente singulares e irrepetíveis. Como lembra a velha lição de Heráclito, não se banha duas vezes no mesmo rio e, poderíamos acrescentar, nem proferimos jamais o mesmo enunciado.

Por outro lado, a realidade extralinguística é multifacetada, implicando o aparecimento de conteúdos de consciência inéditos, que, para se manifestarem, precisam ser objetivados em formas linguísticas. Daí que a criação de novos signos seja inerente à própria condição de atividade da linguagem que, por isso, se altera constantemente para atender às necessidades cognoscitivas e

3- Coseriu, Eugenio. “Sistema, norma e fala”. In *Teoria da linguagem e linguística geral*: cinco estudos,

4- A leitura da obra do Prof. Carlos Eduardo Falcão Uchôa, titular de linguística e Professor Emérito da UFF, *Iniciação à linguística: fundamentos essenciais*, é valiosa para professores e estudantes de Letras. Numa linguagem acessível de orientação coseriana. Quem teve a felicidade e o privilégio de ser aluno do Prof. Uchôa reconhecerá, nas palavras do Mestre, o desejo permanente do verdadeiro educador cujo único propósito é democratizar o conhecimento.

manifestativas de seus usuários, seja através da incorporação de unidades inéditas na língua seja através de novas acepções atribuídas a unidades já existentes. Porém, tanto na utilização de um procedimento quanto de outro os novos signos são criados sempre tendo em vista a comunicação, uma vez que a linguagem, além da dimensão cognoscitiva, apresenta a dimensão manifestativa. Para atender à finalidade subjacente a essa segunda dimensão é que a língua se transforma, mas se transforma de acordo com os modelos pertencentes ao sistema, incorporando novas formas de expressão elaboradas com base em modelos de formas linguísticas anteriores, justamente porque, se tais modificações não obedecessem a tais modelos, a função comunicativa da linguagem não seria alcançada, e a linguagem, conseqüentemente, deixaria de ser aquilo que é: instrumento de apreensão e manifestação da realidade extralinguística.

As entidades e as relações que constituem a norma são as que primeiramente são apreendidas nos textos. Todavia, por ser o sistema mais geral e simples, é o que mais rápido se apreende em sua totalidade. Por essa razão, a criança, em fase de aquisição do saber linguístico, orienta-se pelo sistema, cometendo, a todo momento, infrações à norma estabelecida. Por isso, encontramos nas crianças lusófonas a produção de palavras como *fazi*, *trazi* e até novas palavras, “inventadas” com as regras do sistema, invenções que, em matéria de criatividade, nada ficam a dever aos poetas. A palavra “bebestível”, por exemplo, dita por uma criança de cinco anos, revela seu conhecimento consolidado das regras do sistema de formação de palavras da língua portuguesa. Tais “equivocos” são, pois, “erros” ou “desvios” do ponto de vista da norma, ou melhor, de uma norma, de um uso considerado costumeiro numa comunidade e acertos, do ponto de vista do sistema, já que, com tais palavras, o pequeno falante comunica exatamente o que estava em sua intenção.

Fato análogo ocorre com o aprendiz de uma língua estrangeira que, do mesmo modo que a criança, se orienta, primeiramente, pelo sistema da língua, já que é no sistema que a dupla função da linguagem – representar e comunicar – se realiza e ele não está, num primeiro momento, com sua atenção voltada para a observação das imposições feitas por uma comunidade em relação a determinados fatos linguísticos. Exemplificando, para que fique mais claro o que estamos dizendo. Imaginemos um falante de português que esteja aprendendo o francês. Ele ouve seu professor produzindo frases como: *Voilà le livre de linguistique*; *Voilà le livre de mathématique*; evidentemente, ele percebe que a estrutura é idêntica nas duas frases e apreende tal estrutura, a fim de que posteriormente possa criar frases análogas. Suponhamos que, indo

a uma biblioteca em Paris, nosso aprendiz imaginário se dirija à bibliotecária, solicitando-lhe *um livre de gramatique*; ainda que a funcionária disfarce educadamente um sorriso ocasionado pela infração que ele cometeu à norma, ao dizer *gramatique* em vez de *grammaire*, ela lhe entregará o livro, tal como ele pediu, mostrando, assim, que a função comunicativa foi alcançada. Tomando o caminho inverso, imaginemos um francófono que esteja aprendendo a língua portuguesa. Ele ouve seu professor referir-se a coisas grandes, utilizando, na maior parte das vezes, não um adjetivo – embora, vale lembrar, seja possível também em português a indicação da ideia de aumentativo com um adjetivo – como ocorre na língua francesa, mas um morfema acoplado à base, em frases como *O limão tem vitamina C*, *Recebi um cartão de Natal*, a menos que o contexto favoreça outra interpretação, compreenderá a primeira como *lima grande* e a segunda, como *carta grande*, aplicando, pois, uma das regras do sistema português para a formação de aumentativos.

Neste sentido, podemos afirmar com Humboldt e Croce, que não aprendemos uma língua, mas a criar numa língua, isto é, aprendemos a utilizar os modelos pertencentes a um sistema, de modo a poder expressar nossas singulares e inéditas intuições. A comprovação de tal afirmativa reside justamente no fato de o falante ser até capaz de, infringindo a norma, criar novas formas de expressão, orientando-se, para tanto, de acordo com o sistema que fundamenta, com suas regras, seu saber linguístico e lhe permite produzir e interpretar textos. Até para cometer “erros linguísticos”, ou seja, para transgredir os usos considerados normais e costumeiros numa determinada comunidade, é preciso ter o domínio das regras do sistema, conforme ficou visto nos exemplos acima.

A criação de novas palavras é muitas vezes absolutamente necessária no âmbito da ciência, a fim de que novos conceitos estabelecidos numa dada teoria, sejam revestidos de novas designações, que não se confundam com aquelas já consagradas pelo uso comum ou por uma outra teoria. Por isso, um cientista, quando cria palavras para atender a seus propósitos teóricos, pode fazê-lo, utilizando os mesmos procedimentos e os mesmos recursos empregados por um falante comum ou por um poeta, ainda que as novas palavras criadas não se incorporem ao léxico comum da língua, ficando restritas ao uso de um determinado segmento dentro do segmento maior da sociedade. Assim, por exemplo, quando L. Hjelmslev estabeleceu os fundamentos da glossemática, criou uma série de termos novos (v.g. *cenema*, *glossema*) e deu a outros, já correntes no âmbito da linguística, novas acepções (v.g. *fonema*, *expressão*, *conteúdo*). Do mesmo modo, com o advento da informática e com sua vulgarização, um sem-número de palavras foi criado, para dar conta de

novos dados da realidade (v.g. *deletar*; *viralizar*). Todos esses termos, vale lembrar, foram criados (ou recriados, na transferência para outras línguas), consoante as regras e pautas permitidas pelo sistema, ainda mesmo quando se trata de mera transposição de palavras de uma língua para outra. Veja-se o seguinte exemplo: a palavra *delete*, presente em qualquer teclado de computador; chegou ao português pela via da língua inglesa. No plano fônico, a palavra passou a obedecer às regras impostas às unidades fônicas da língua portuguesa, ou seja, retirou-se a aspiração que acompanha, via de regra, a produção das oclusivas na língua inglesa e se acrescentou uma vogal seguindo a oclusiva /t/, de modo a formar a nova sílaba; no plano significativo, retirou-se o morfema *to*, marcador do infinitivo na língua inglesa, e se anexou o morfema de infinitivo do português; com a aplicação dessas regras, no plano da expressão e no plano do conteúdo, a palavra passou a integrar de forma inquestionável o sistema da língua portuguesa.

Essa atividade de criação de novas palavras é habitual no âmbito da ciência, justamente porque o fazer científico visa ao estabelecimento inequívoco de conceitos, exigindo, para tanto, que eles sejam despidos da equivocidade característica da linguagem comum, a fim de evitar um ato comunicativo distorcido. Por ser necessária a criação de novos termos, no campo da ciência, não costuma causar estranheza, desde que, naturalmente, o contexto, incluindo aí o universo do discurso, seja suficiente para esclarecer o novo significado.

Assim também não costuma causar estranheza aos usuários da língua a permanente criação de novas palavras levada a cabo no texto literário. A rigor, nessa modalidade textual, particularmente na poesia, o esperado é justamente que ocorram infrações à norma estabelecida e a conseqüente criação dentro do sistema da língua, pois o poeta faz uso das possibilidades do sistema para a apreensão de novos conteúdos de consciência, configurando, assim, através desses novos signos, o logos fantástico, objetivo último do fazer poético, criação de novos universos através da criação linguística.

Cumpre ressaltar que, no caso do texto literário, o escritor tem consciência da intenção de seu ato criador, ou seja, sabe que, para a manifestação do logos fantástico em sua plenitude, é, senão imprescindível, ao menos desejável que as possibilidades do sistema sejam exploradas, a fim de que se instaure uma nova realidade semiótica, um novo mundo significativo. O poeta, muitas vezes, mostra-nos em seu próprio texto essa consciência plena da necessidade de criar novas expressões, fazendo até uso de uma metalinguagem própria em sua poesia e tornando-a traço característico de seu estilo. Assim, por exemplo, a obra do poeta Manoel de Barros repete invariavelmente esse mote, porque,

conforme ele explica, *O sentido normal das palavras não faz bem ao poema*.⁵ Sirvam de exemplo suas magníficas criações: “Vagou *transpedregoso* anos”; “São donos de *nadifúndios*”; “Cigarras lhe *sonetam* outubro”. Evidentemente, tais criações só são possíveis por se encontrarem previstas no sistema, isto é, por já existirem enquanto virtualidades, cabendo ao poeta atualizá-las, concretizando-as no texto.

Nos atos de fala do quotidiano, entretanto, a situação já é diferente. De fato, quando, na atividade verbal rotineira, ocorre qualquer desvio no plano da norma, uma vez que ela representa o equilíbrio do sistema e, por isso mesmo, precisa ser respeitada, o falante imediatamente demonstra estranheza, sancionando negativamente, através de expressões como “Isso não existe”; “Isso não está no dicionário”; “Isso não é português”. O comportamento do falante, no que concerne às criações, reflete o eterno embate das duas forças, do novo e do velho, da inovação e da convenção, ou seja, do que já se fez e do que precisa ser feito para que a língua continue a funcionar, forças que estão em permanente conflito no próprio usuário da língua, manifestando-se sempre que, por necessidades expressivas, o desvio da norma, por meio da atualização das virtualidades do sistema, é imperioso.

Um neologismo, como diz Guimarães Rosa, grande criador de palavras, “contunde, confunde, quase ofende” o falante comum, podendo provocar reações ainda mais adversas entre aqueles que representam, no seio da comunidade, as “autoridades” do uso linguístico. Assim, os estudiosos do passado, em inúmeras oportunidades, apresentaram veementes protestos contra seu emprego em textos literários. Os neologismos eram considerados “vícios de linguagem” ou “deturpadores da língua” por Júlio Ribeiro⁶. Eduardo Carlos Pereira, gramático cuja influência durante a primeira metade do século XX foi inquestionável, admitia o emprego de neologismos, impondo, para tanto, as condições de serem indispensáveis para a expressão de ideias novas e bem formadas, isto é, de acordo com o *gênio da língua* (o que designamos de *sistema*), como se verificava nos vocábulos *ferrovia*, *bisar*, *audacioso*, *bandido*, *boné*, *crachá*, *envelope*, *degelar*, *rotina*, *jornal*, recentemente incorporados ao falar comum, mas rejeitava vigorosamente outros tantos como *avançar*, *comitê*, *deboche*, *departamento*, *detalhe*, *fuzil*, *governante*, *sucesso*, *toalete*, por tê-los na conta de francesismos. Como se vê pelas palavras enumeradas, neologismos quando começaram a circular, nenhuma delas, na atual sincronia, causaria estranheza ao falante, por já estarem devidamente incorporadas ao saber linguístico da comunidade.

5- Os versos foram retirados da obra *O guardador de águas*, p.12 e stes.

6- Pinto, Edith Pimentel. “De neologismos”. In *Confluência*, nº 4, p. 26-7

Fica, pois, assentado que a criação de novas formas de expressão constitui uma necessidade inerente à própria natureza da linguagem, que, por ser *enérgeia*, atividade, impõe, para cumprir adequadamente a função a que se destina, a objetivação, nas entidades linguísticas, de novos conteúdos cognoscitivos todas as vezes que novos dados da realidade impuserem a criação de novas palavras ou ainda quando as próprias necessidades expressivas do falante determinarem a criação de novas unidades.

Para que tais conteúdos sejam objetivados e corretamente interpretados, os signos devem ser criados, conforme dissemos anteriormente, com base em modelos, em regras estabelecidas pelo sistema de cada língua. Tais regras configuram o que a gramática tradicional convencionou denominar *processos de formação de palavras*. São, de fato, processos, no sentido de regras a serem estritamente observadas por aqueles que, carecendo de novas entidades para sua expressão, precisam, para cumprir a finalidade representativo-comunicativa, criar, de tal modo que sejam compreendidos.

O sistema da língua portuguesa apresenta fundamentalmente três processos para a formação de novos itens lexicais: derivação, composição e decomposição. Os três processos são muito utilizados para a ampliação de nosso léxico e se distinguem essencialmente pelo fato de, na derivação, haver a combinação de base + afixo e, na composição e na decomposição, haver a combinação de base + base.

O processo de derivação consiste no acréscimo de afixos na frente e/ou atrás da base (prefixação e/ou sufixação). O processo da composição consiste na combinação de duas ou mais bases por adição de uma base à outra (justaposição) ou por adição e subtração simultaneamente da base (aglutinação ou condensação). Por fim, o processo da decomposição consiste na desconstrução e posterior combinação de bases (acrossemia) ou na subtração de elementos da base (abreviação).

Tais processos obedecem ao princípio da dupla estruturação das unidades linguísticas e, por isso, quando as bases e os afixos se encontram agrupados, estabelece-se entre eles uma rede de relações que faz com que passem a fazer parte do eixo sintagmático. Em outras palavras: ao relacionarmos estes elementos (afixo + base; base + afixo; afixo + base + afixo; base + base) para formar novas unidades sígnicas, encontramos-nos no plano sintagmático, no qual as unidades se combinam para formarem unidades de nível superior. Assim, os morfemas se combinam para formarem palavras e as palavras se combinam para formarem locuções e ambas, palavras e locuções, têm por finalidade funcionar como unidades básicas da frase e, pois, do texto⁷.

7- Devemos o estabelecimento desses conceitos, de maneira clara e bem fundamentada, às

Essas unidades, justamente por não existirem isoladamente mas estruturadas num sistema, obedecem, em qualquer nível em que se encontrem, morfemático, vocabular ou locucional, às mesmas regras inerentes ao processo de combinação, ou seja, se há combinatória de unidades homofuncionais, temos a relação de coordenação, se há combinatória de unidades heterofuncionais, temos a relação de subordinação⁸.

As seguintes palavras, recolhidas de diferentes textos, foram formadas pelos processos de:

- a) derivação: *covideiro, xerocar, viralizar*
- b) composição: *covidiota, infoxicar, conspiranóico, globocrata*
- c) decomposição: *Sampa, oligo* (abreviação); *Unesco, Abrafil* (acrossemia)

Muitas vezes, um campo de conhecimento novo determina a criação de grande quantidade de palavras. Veja-se, a título de exemplo, as palavras colhidas numa única obra⁹ em que seu autor, em virtude do tema tratado, as mídias audiovisuais, viu-se obrigado a criar um grande número de palavras, utilizando o processo da derivação: *multimídiaalidade, aldeifica, tecnópole, midiólogo*.

Além desses dois grandes processos de criação de novas unidades, a derivação e a composição, o léxico das línguas também é ampliado pelo recurso da metáfora, que consiste, como ensina Carvalho¹⁰, na identificação do conteúdo cognoscitivo do nome pertencente a X com uma qualidade percebida em Y, de tal modo que, na transferência, só permanece válida a identidade do predicado apreendido. Dizendo de outro modo, na metáfora, uma palavra que significa o objeto X passa a significar também o objeto Y, sem perder sua referência originária a X. Por exemplo, quando digo de uma tarefa árdua para desempenhar, digamos, para ilustrar, fazer o relatório anual de atividades acadêmicas, que *vou descascar um abacaxi*, o ato de descascar a fruta propriamente com toda a dificuldade que envolve, em virtude de sua casca dura e cortante (o objeto X), está presente e se manifesta como imagem oculta no ato de executar a difícil tarefa a que estou fazendo referência (o objeto Y). Assim, também utilizando o mesmo processo de transferência da qualidade do objeto X para o objeto Y, quando a antiga Telerj, nos anos 70, substituiu os telefones públicos, de cor negra, compridos e colocados habitualmente em inesquecíveis aulas do Professor Luiz Martins Monteiro de Barros, em nosso curso de Mestrado na UFF.

8- Estas distinções luminosas também pertencem ao Prof. Luiz Martins Monteiro de Barros, de quem tive a honra de ser orientanda no Mestrado.

9- Sartori, Giovanni, *Homo videns*, p. 20 e stes.

10- Carvalho, J.G. Herculano de, *Estudos linguísticos*, p.120-121

cabines ou lojas onde ficassem protegidos, por outros, coloridos e com uma capa protetora sobreposta, de modo que pudessem ficar expostos em qualquer lugar, um falante (ou uns falantes, não importa) viu na tal cobertura uma orelha grande (objeto X) e passou a designar o telefone público de *orelhão* (objeto Y).

A metáfora implica, pois, o processo de predicação por analogia, uma vez que se predica uma qualidade, afirmando-se um fato, mas tal predicação é feita através de uma característica analógica. Nos dois exemplos, estamos afirmando um fato, *que vou descascar um abacaxi* e que o telefone público é um *orelhão*, mas tais fatos carregam consigo, de modo implícito, uma qualidade por analogia.

Desnecessário dizer que o processo de criação por imagem é próprio da ficção, quer sob a forma de prosa quer sob a forma de poesia. Os artistas da linguagem elaboram suas narrativas fantásticas, criando, através de novas imagens, novos sentidos para suas obras. Veja-se, a título de exemplo, os títulos dos poemas de Mia Couto¹¹: *O bebedor de sóis*; *Tradutor de chuvas*, *O degrau da lágrima*.

Os trabalhos que podem ser elaborados pelos alunos, como forma de ampliar seu universo linguístico e extralinguístico, conforme pode constatar-se pelos exemplos apresentados, são múltiplos, permitindo que eles descubram por si mesmos o poder demiúrgico da linguagem, que, como diz Manoel de Barros, *faz o nada aparecer*. E mais, é possível apresentar-lhes a língua que, na sua condição de objeto histórico, transforma-se, incorporando novos signos e mantendo outros com valor, não raro, distinto daquele empregado na sincronia atual. À guisa de exemplos, tomem-se palavras como *armário*, *chaleira*, *múscul*, *considerar*, *vermelho* para comparar seu valor significativo atual com aquele de sincronias mais antigas; ou ainda, a expressão *campo de concentração* que, depois da experiência assassina dos nazistas, adquiriu um valor diferente daquele que se encontra na obra de Raquel de Queiroz, *O Quinze*, escrita antes da Segunda Guerra Mundial.

Vale lembrar, para terminar, que, embora possam ser feitos com todos os gêneros textuais, os trabalhos de ampliação do léxico devem dar prioridade aos textos literários, pois é nestes que as possibilidades oferecidas pelo sistema de uma língua se manifestam em sua plenitude. Em virtude da liberdade quase absoluta permitida a seu criador – liberdade limitada apenas pela alteridade inerente à linguagem –, ele se encontra à vontade para infringir a norma (no sentido coseriano, de “uso considerado costumeiro numa comunidade”) e elaborar novas expressões para inéditos conteúdos de consciência.

11- Couto, Mia. *Poemas escolhidos*.

Referências bibliográficas

- BARROS, Manoel de. *O guardador de águas*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CARVALHO, J. G. Herculano de. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida, 1969.
- COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.
- COSERIU, Eugenio. *L'homme et son langage*. Louvain: Peeters, 2001.
- _____. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COUTO, Mia. *Poemas escolhidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- CRUZ, Afonso. *Vamos comprar um poeta*. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- PINTO, Edith Pimentel. De neologismos. *Confluência*, Nº 4, 1992.
- SARTORI, Giovanni. *Homo videns: televisão e pós-pensamento*. São Paulo: Edusc, 2001.
- UCHÔA, Carlos Eduardo Falcão. *Iniciação à linguística: fundamentos essenciais*. Rio de Janeiro: 2019.

ENTREVISTA

“Tribuna BIS” Rio de Janeiro, 22 de maio de 1995

Carlinda Pate Nuñez¹, entrevistando Junito de Souza Brandão

Cortejado por todos quanto se sentem atraídos pelos carismas do mito, Junito de Souza Brandão era pródigo quando solicitado a discorrer sobre seu tema preferencial. Não bastasse a intimidade do especialista com a matéria mítica, em duas situações específicas o mitólogo parecia sentir-se em condições excepcionais para tratar do assunto: falando a seus alunos ou, sozinho, mergulhado nos desvãos da história, isto é, entre os deuses e heróis que a cultura nunca deixou de reverenciar.

A intensa produção acadêmica do estudioso da cultura clássica dá provas da incomum fertilidade deste âmbito das ciências da Antigüidade, mas não deixa também de testemunhar a dedicação exclusiva que o mestre, escritor, conferencista, pesquisador e tradutor dedicava ao mundo greco-latino.

Junito unia a indefectível generosidade para com os discípulos ao prazer de discutir sobre mito e mitologia, corno fez ao conceder urna entrevista a Carlinda F. Pate Nuñez, professora de Língua e Literatura Grega da Universidade Santa Úrsula e colaboradora sua na UERJ. O BIS a publica hoje em homenagem ao mestre, quando será celebrada a missa de sétimo dia em sua intenção, às 12h, na capela da PUC-RJ:

O senhor teria uma definição para mito?

JUNITO DE SOUZA – Vou-lhe dizer simplesmente o que concluí: trata-se o mito de um sistema que tenta, de maneira mais ou menos coerente, explicar o mundo e o homem. Opondo-se complementarmente ao *lógos*, o *mythos* integra a linguagem humana. O *lógos*, sendo um raciocínio, procura convencer, acarretando no ouvinte a necessidade de julgar. O *mythos* não possui outro fim senão a si próprio. Acredita-se nele ou não, à vontade, por um ato de fé, se o mesmo parece “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se deseja dar-lhe crédito. Assim é que o mito atrai, em tomo de si, toda a parte do irracional no pensamento humano, sendo, por sua própria natureza, aparentado à arte, em todas as suas criações. Não há domínio algum do helenismo que não

1- Professora Titular de Teoria da Literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 2018. Possui mestrado em Ciência da Literatura (1986) e doutorado (idem, 1991) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fez estágio de Pós-Doutorado na Universidade de Freiburg (março 1996-julho 1997) sob a supervisão do Prof. Dr. Wolfgang Kullmann. Procientista com bolsa da FAPERJ desde 2003.

<http://lattes.cnpq.br/755977367977718>

<https://orcid.org/0000-0002-7080-4667>

tenha recorrido constantemente a ele. Mas o mito é também um sistema de comunicação. Onde não se pode defini-lo simplesmente pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a proferem.

Que mitos teriam mais repercussão nas literaturas modernas?

Acho que, se começamos tomando por base o mito grego e, sobretudo, o teatro, passando por Sêneca, em Roma, me parece que os mitos que se tomaram definitivos na literatura ocidental, enfocados como obra literária, não só, mas como iconografia, estatuária, música e arte em geral, seriam, sem marcar ordem de importância: Édipo, Ifigênia, Medéia, Orfeu e Eurídice, Eros e Psiquê, as Electras, que você enfocou em sua tese de Doutorado, e um mito que se tomou uma espécie de obsessão a partir de Dante; o mito escatológico. A escatologia entrou numa espécie de modismo universal. Por onde você vai, tropeça no problema da escatologia. Começaram a nascer todos os tipos de religiões possíveis e imaginárias na ânsia de explicar o além.

Mas esta busca pela vida pós-tumular não seria uma preocupação grega que vem desde Hesíodo, quando propõe o mito de Pandora e diz que o último dom guardado na caixa prescrita é a esperança?

Toda mensagem de Pandora, dos olhos verdes que ficaram presos à tampa da caixa, é a grande mensagem escatológica do mundo ocidental, que os hindus também apregoavam, não como na poética de Hesíodo, mas que já estava lá. Desde o primeiro homem, a grande preocupação foi que ele se tomou mortal. Se ele morre, o que há de ser depois? Esta é uma preocupação que os gregos sempre tiveram. E a que Jung vai chamar um dos maiores arquétipos da psicologia moderna. Thánatos, ao lado de Eros. Com Jung isto fica muito claro: os dois olhos verdes de Pandora representam, eles próprios, a escatologia.

Já que o senhor mencionou Jung, quais seriam os teóricos do mito que consideraria mais importantes para os estudos literários?

A começar pelo grande amigo de Jung, no qual ele se apoiou miticamente, sem dúvida o húngaro Károli Kerényi. Este é, a meu ver, o maior mitólogo universal. Ninguém o suplantou. Eu mesmo tinha muita vontade de traduzir um de seus livros, intitulado “Os mitos”. Depois dele, há a grande analisanda de Jung, Marie Louise Von France, que muitos alegam não ser mitóloga. Há ainda Mírcea Eliade, que tanto contribuiu para esta área de estudos, há pouco desaparecido. Dentre os vivos, destacaria três grandes: Jean-Pierre Vemant, James Hilmann e uma mulher extraordinária que esteve em São Paulo, Jean Shinoda Bolen. Na França, falecido recentemente, Georges Dumézil. Este é o grande comparativista do mito. Só ele chegou ao âmago da questão, pelo conhecimento que possuía de línguas orientais. Foi o primeiro grande

comparativista que o mundo conheceu.

Podemos então dizer que o mito transcende a cultura que o gera?

Nunca se pode estudar o mito isoladamente. isoladamente. Só compreendo o mito por comparação ou, quando não há possibilidade, por simbolização. A simbologia, no mito, é tudo. O mito tem uma espécie de alma, que é o symbolon. Em si, ele não é mito, é mitografia. Só existe o mito na sua aplicabilidade. Caso contrário, transforma-se o mito, como o fez, aliás com valor, Monteiro Lobato. É o mito como mitografia, no qual não se acredita, ou o mito evemerizado, como os gregos conheceram, nos fins do séc. IV a.C etc ... Enfim, o mito tem uma finalidade não em si mesma, mas de conjunção do lógos com o mythos. Entre estas duas palavras, de fato, não há grande distinção. Elas estão muito ligadas, entrelaçadas.

Qual é, afinal, a etimologia da palavra mito?

Seria uma palavra onomatopaica, com duas sílabas my my, com um sufixo -tho, mais a desinência sigma, assim apareceu, ultimamente, não no dicionário, mas em revista, por Frisk e Chantraine, informação recente, que ainda não chegou até nós. Então, mito, decorrente deste mymy, estaria ligado ao verbo myein, que significa calar a boca, guardar segredo. Daí “mistério”. Térion, em grego, é “local”. Neste caso, o local do segredo, uma verdade revelada a poucos. Donde mito é o lógos sagrado. São sinônimos.

Por que se repete este mymy?

A reduplicação está aí apenas para mostrar que o mito nasceu, certamente, deste eco, que refaz o próprio ato de segredar.

A que ou a quem se deve o esvaziamento do mito?

Há dois grandes responsáveis. Na Grécia, não fora o povo já com o mito arraigado, ele teria sido extirpado: o epicurismo materialista e o filósofo Evêmero (fins do séc. III a. C.). Por incrível que pareça, a Igreja Católica foi uma das grandes salvadoras do mito, porque o dessacralizou, conservando-o. Basta abrir Luís de Camões. No “Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana”, quando trato do verbete Sibila, incluo todo o diálogo de uma comédia de Gil Vicente, o “Auto de Cassandra”, em que Cassandra é tida como uma sibila e que faz revelações. Ou seja, dessacralizou-se Cassandra e, por isso, as sibilas estão no teto da Capela Sistina, também dessacralizadas. Da mesma forma, as sibilas comparecem no poema inteiro de Camões. De qualquer maneira, o cristianismo vai salvar o mito. Na Grécia, seria o contrário, a dessacralização seria o fim do mito, porque não se poderia pensar no mito esvaziado de seu conteúdo sagrado. O cristianismo entendeu e muito se aproveitou de aspectos externos do mito. Como soube se aproveitar do dia 25 de dezembro, festa em Roma do Sol Invicto, que é Mitra. Vai se dizer que

o cristianismo tem um sol invicto infinitamente maior que Mitra, que é Cristo. E colocou-se o Natal no dia 25 de dezembro por esse motivo.

Há diferença entre o mito grego e o mito latino?

Total. Aí está o problema. Para o grego, o mito é uma encenação de que resulta um ritual. Ou seja, repetindo o que disseram Dumézil, Kerényi e Mircea Eliade, tem-se, na Grécia, o mito em dois momentos: um narrativo, que era feito em determinadas horas e para determinadas pessoas, por um determinado indivíduo - o “lógos” do mito, de que resultava uma ritualização; o romano partiu do contrário: da ritualização para o mito. Primeiro o ritual: o mito é secundário para o romano. Para este, um deus não ter história não tem a menor importância.

O senhor pode ilustrar isto?

Há uma deusa que faz a criança nascer em linha reta – ela se chama Prosa; e há uma deusam. Versa, que é invocada quando a mulher está para dar à luz para não atrapalhar o trabalho de Prosa, cujas etimologias são óbvias. Você poderia perguntar: qual é o mito de Versa? Não existe. Outro exemplo: o grande deus latino Vaticanus, cuja função era ensinar a criança a falar corretamente, porque confundiam vaticanus com vagitanus, do verbo vagire. O mito deste deus também não existe. Há um outro que, para a mulher não ser estéril, vigia a concepção. Chama-se Concívio, do verbo concipere, conceber. Só a mulher na Grécia podia ser estéril, do que o grego não tem cul pa, já que a esterilidade masculina só foi descoberta há pouco tempo. Da mesma forma, este deus não tem mito.

Quais são suas novas frentes de estudo? O que é que o senhor está fazendo agora?

Tenho dois caminhos de pesquisa que espero ter tempo de vida para terminá-los. O primeiro seria um dicionário históricomítico-etimológico do feminino. Há mulheres extraordinárias, no âmbito da história da cultura, totalmente desconhecidas ou ignoradas. O que dizer de Safo? E as pessoas que citam o lirismo sáfico? Modernamente se descobriram fragmentos de oito poetisas líricas da Grécia antiga. Ninguém fala de Corina, uma dessas banidas da história. E Cleópatra? E Aspásia? Só para falar na Grécia. Além delas há as grandes damas romanas, comprovadamente históricas. Esta é uma idéia. Outra é um dicionário etimológico das palavras portuguesas oriundas do grego. Poucas línguas têm este dicionário. E, neste momento, estou fazendo um estudo da tetralogia de Wagner, pois aí está toda a base do mito nórdico. Sem nenhuma influência grega, os arquétipos são idênticos. E impressionante. O mito nórdico é o mito indo-europeu. As similitudes não se devem a influências gregas, mas ao berço comum, que quero demonstrar. Por exemplo: as Normas,

que me impressionam demais no mito nórdico. Elas correspondem às Queres gregas e às Parcas latinas. São três também. Quanto à função, são muito mais poéticas do que na Grécia ou em Roma. Na Grécia, uma segura o fuso e puxa o fio; a outra sorteia o nome, e a terceira corta este fio. No mito nórdico, as Normas tecem os fios dos sonhos de Erda, que é a Mãe-Terra. Uma imensa poesia. E os sonhos de Erda são a projeção da verdade.

Ou seja, a chave do mito volta a ser o “lógos”. O segredo está no discurso.

Exatamente. Pretendo recuperar isto, pois, mesmo na Europa, o mito nórdico é menos estudado que os mitos clássicos. Como a tradição dos estudos clássicos lá é muito forte, o mito nórdico fica sob uma neblina, e ninguém escala mais o Wahlhalla (que, em alemão, significa o vale dos caídos, segundo a etimologia que proponho), o grande palácio de Odin, para onde iam os heróis, cujos últimos suspiros eram colhidos pelas Valquírias.

RESENHA

Amós Coêlho da Silva¹

“Últimas aulas no Collège de France” 1968 e 1969

Data de 2012 o lançamento de “Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)”, de Émile Benveniste pela Editora UNESP, edição estabelecida por Jean-Claude Coquer e Irène Fenoglio. Tem Prefácio de Julia Kristeva e Posfácio de Tzvetan Todorov. Repetimos aqui expressão de Roland Barthes, selecionada por Valdir do Nascimento Flores em 2013, na “Apresentação à edição brasileira”: “Barthes havia tão lindamente resumido na formulação ‘lemos outros linguistas (é indispensável), mas gostamos de Benveniste’”. (p.10)

Os avanços dos estudos linguísticos nos trouxe à luz o nosso “Aparelho Fonador”, uma marca criativa do Homem, na sua superioridade em relação às outras espécies, mas que ele mesmo, o Homem, misteriosamente, não conhecia muito bem, embora, paradoxalmente, o usasse com eficácia. O linguista Émile Benveniste foi além. Os seus estudos apresentaram ao Homem o “Aparelho Formal de Enunciação”, que é mais complexo ainda: ora, o homem precisou viver alguns milênios para descobrir que existe esse seu “Aparelho Formal de Enunciação”! Aguardou o nascimento, nesta para nossa era, de Émile Benveniste, que indicou qual é a semântica dos dêiticos pronominais, adverbiais, bem como a semântica das categorias contidas no verbo: aspecto, modo, tempo, pessoa, número e voz. Para se ter em conta a importância das observações de Émile Benveniste sobre o “Aparelho Formal da Enunciação”, basta prestar atenção na eficácia simbólica da força alegórica presente nas metáforas e ritmos métricos construídos nos provérbios populares. Suas características formais e semânticas estão contidas em pronomes indefinidos e advérbios, bem como nas categorias verbais, são ímpares. Tanto que os poetas os têm como fontes intertextuais de alguma forma em seus versos eruditos,

1- Possui mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atuou como professor titular na Universidade Gama Filho até 2006. Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o vínculo de Professor Voluntário. Um dos projetos atuais de pesquisa é INSCRIÇÕES VERNACULARES E LITERÁRIAS DA TRADIÇÃO CLÁSSICA NA CONTEMPORANEIDADE, atua na Pós-Graduação em Letras Stricto Sensu e Lato Sensu, do Instituto de Letras, da UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é o atual Presidente da Academia Brasileira de Filologia.

<http://lattes.cnpq.br/5108687360273549>

<https://orcid.org/0000-0003-0685-6259>

poesias, tragédias e comédias, e prosa em geral.

Valdir do Nascimento Flores salientou bem ao sustentar que projeto de pesquisa de Benveniste propiciou “uma metassemântica que se construirá sobre a semântica da enunciação” (p.15)

Só assim novas leituras poderão ser realizadas, pois, como nos ensinam as crianças, uma frase é como apontaria Heráclito no “panta rei”, “tudo flui” e, assim como nunca nos banharemos com a mesma água de um rio, também não pronunciaremos uma frase igual em discursos diferentes. Que mãe ensinaria uma criança dizer “fazi” ou “di”? Usar a flexão é fácil, mas discursar com o flexionismo é um complexo que pertence a um novo evento.

De um lado, pois, a língua, como um inventário, assimilado pela criança, cujo repertório amadurecerá à medida que lhe for propício. Com ajuda da escola, se o auxílio escolar for eficiente, teremos uma performance de discurso para expressar uma intenção discursiva.

MEMÓRIA

CLARICE LISPECTOR



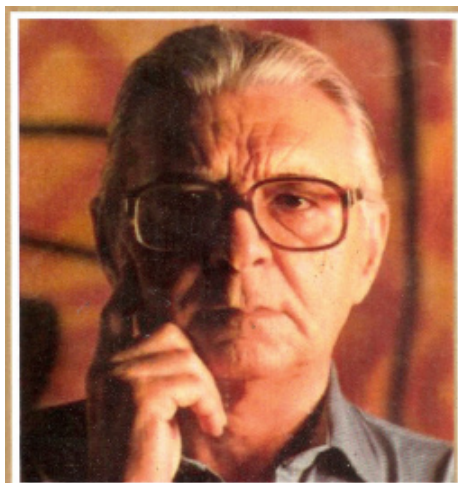
(1920 – 1977)

(Ensaio e homenagem por Luíza Lobo)

JUNITO DE SOUZA BRANDÃO

“Live” dia de 16 de setembro de 2020, às 14 e 30, organizado por Amós Coêlho da Silva e Carlinda Fragale Pate Nuñez

Introdução de Amós Coêlho da Silva.



Junito de Souza Brandão (27/04/1922 - 15/05/1995), Cadeira 29, ABRASIL Auditórios lotados, na zona sul e na norte, mas o que Junito Brandão marcava bem naquelas audiências daquelas tardes de sábados de outrora, não era tão só o interesse pelo Grego e pelo Latim, dada a *intelligentia* nas limitações gramaticais de língua, como “sistema” e instrumento regulamentador. É claro que estes estudos são importantes. Mas havia mais naqueles encontros. Havia um despertar de um mundo inventado na estética da linguagem daqueles Clássicos.

E mais: diante de um Comparativismo em crise, sua abordagem era *avant la lettre*. Debatia-se o alcance das leituras. Por ex., Eurípides, *Medeia* - em Pascal (s.XVII) e em Vinícius de Moraes: “o coração tem razões que a própria razão desconhece.”

Folheando o Dicionário (HERMAFRODITO), lemos seu estilo: “O espírito grego, curiosamente, quando está muito próximo de atingir a representação precisa e material de uma idéia, recua, retrocede e satisfaz-se com alusões e símbolos, entrincheirando-se nos arquétipos.”